



RELATÓRIO
DE CONTA
E GERÊNCIA



2017



índice

Introdução

- 5 Nota Prévia
- 6 Enquadramento Macroeconómico
- 7 Contexto Municipal | Principais Resultados
- 8 Enquadramento Legal

11 Recursos Humanos

33 Atividades

- 37 Coesão e Solidariedade Social
- 45 Economia e Emprego
- 49 Inovação
- 53 Cultura e Animação
- 61 Urbanismo e Requalificação Urbana
- 67 Saúde
- 71 Educação e Juventude
- 77 Turismo
- 81 Segurança e Proteção Civil
- 85 Desporto e Vida Saudável
- 91 Ambiente e Vida Animal
- 99 Governação Municipal

Relatório Financeiro

Análise Orçamental

- 119 4. Análise dos Movimentos de Tesouraria
- 121 5. Enquadramento orçamental
- 123 5.1 Principais destaques vrs Rácios Orçamentais
- 126 5.2 Equilíbrio orçamental
- 128 5.3 Execução orçamental
- 130 6. Análise da Receita
- 130 6.1 Alterações e revisões orçamentais da Receita
- 130 6.2 Execução Orçamental da Receita
- 132 6.3 Execução da Receita Corrente
- 135 6.4 Execução da Receita Capital
- 137 7. Análise da Despesa
- 137 7.1 Alterações e revisões orçamentais da despesa
- 139 7.2 Execução Orçamental da Despesa
- 142 7.3 Execução da Despesa Corrente
- 144 7.4 Execução da Despesa de Capital
- 147 8. Análise das Grandes Opções do Plano
- 148 8.1 Despesa por função
- 151 8.2 Despesa por unidades responsáveis

Posição Económico-Financeira

- 153 9. Análise do Balanço
- 155 9.1 Indicadores Económico-Financeiros
- 157 10. Análise da Demonstração de Resultados
- 159 10.1 Proposta de Aplicação do Resultado Líquido
- 160 11. Apuramento da Dívida Total

Nota Prévia

Compete ao Órgão Executivo, no âmbito do planejamento e do desenvolvimento, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas identificadas no n.º 2, do ponto 2 – Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, que dele faz parte integrante, e submete-los à apreciação do órgão e votação do Órgão Deliberativo, dando assim cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Nos termos instituídos pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL, apresenta-se neste relatório a Execução do Orçamento do Município de Oeiras relativo ao exercício de 2017, contendo paralelamente em anexo os mapas de prestação de contas.

Igualmente, e por forma a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro são apresentadas as declarações relativas aos compromissos anuais, pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017, bem como, a listagem das isenções concedidas durante o ano em apreço.

As contas que aqui se prestam foram auditadas e certificadas por um Revisor Oficial de Contas.

Instituída a possibilidade de aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas em momento diferente da aprovação das contas individuais do Município, concedida pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, as mesmas serão submetidas ao órgão executivo e deliberativo até junho do presente ano.

Enquadramento Macroeconómico

Faces às últimas previsões apresentadas, o PIB da União Europeia sobe para 2,5%, sendo a maior subida pós crise económica, superando assim o crescimento médio verificado em 2016, das economias que a compõem, situado nos 1,9%. O indicador de sentimento económico na zona euro é o mais elevado em 17 anos, por via de uma melhoria acentuada de praticamente todos os indicadores de confiança.

O Banco Central Europeu manteve a sua política de estímulos à economia, não efetuando qualquer alteração no nível das taxas de juro, bem como no programa de compra de ativos, permanecendo a taxa de referência nos 0%, não se esperando, para já, uma redução do pacote de estímulos.

A nível interno, o PIB nacional evidenciou um crescimento de 2,7%, significando mais 1,1% que o ano anterior, segundo as novas projeções do INE. Este desempenho muito positivo da economia portuguesa em 2017, deve-se sobretudo ao crescimento do investimento sustentado na construção.

Não obstante a despesa pública ter crescido acima do valor projetado no Orçamento de Estado (OE) para 2017, o crescimento da receita em 3,8% fica claramente acima da variação inscrita para este indicador no OE, levando a que o défice esperado das contas públicas atinja novamente valores históricos, atendendo às melhores estimativas do Governo, ficando assim em torno dos 1,2%. No entanto a UTAO¹ veio recentemente divulgar que, este indicador poderá ser substancialmente mais favorável, podendo mesmo atingir 1% do Produto Interno Bruto, se for excluído das contas a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos.

A taxa de desemprego fixou-se nos 8,9%, ficando assim abaixo das previsões do governo, que estimava um valor de 9,2% para este indicador, comparando com os 11,1% registados em 2016. Há a destacar, neste capítulo, que estes dados superam os verificados em 2009 onde a taxa de desemprego fixou-se nos 9,4%.

Segundo o INE, a variação média anual do índice de preços no consumidor foi de 1,4% fixando-se assim o valor final da taxa de inflação em 2017, perfeitamente alinhada com as expectativas iniciais do governo. Este valor representa assim o valor mais elevado desde 2012, no entanto, fica ainda longe da política monetária definida pelo BCE, que tem como objetivo a estabilidade dos preços, fixando a taxa de inflação próxima mas inferior a 2%.

¹ Unidade Técnica de Apoio Orçamental, que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe apoio pela elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública, tal como definido na Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (Lei n.º 77/88, de 1 de julho), alterada pela Lei n.º 13/2010, de 19 de julho.

Contexto Municipal | Principais Resultados

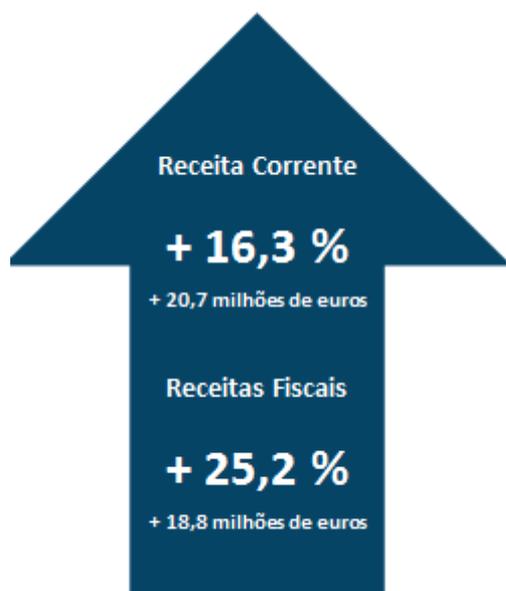
O Município de Oeiras apresentou para 2017 um orçamento que superou os 128 milhões de euros, traduzindo-se assim num aumento face ao exercício anterior de 0,5%, consolidando, apesar de forma ténue, uma inversão ocorrida em 2016, no qual se verifica um ponto de inflexão, relativo às sucessivas diminuições anuais que os últimos orçamentos haviam registado.

A taxa de execução orçamental da receita face ao orçamento inicial foi de 118%, impulsionada pelo desempenho da receita fiscal que cresceu mais de 25% face ao exercício anterior.

Neste contexto, e no que concerne às dinâmicas sociais manteve-se a comparticipação nas despesas com medicamentos, tendo o Município de Oeiras comparticipados mais de 85 mil receitas com o valor de 446 mil euros; no Fundo de Emergência Social que beneficiou 185 pessoas através de um investimento de 54 mil euros.

Como projeto estruturante identifica-se a conclusão do passeio marítimo fase Cruz Quebrada/Forte de São Bruno.

Dando continuidade à política de renovação da frota municipal foram adquiridas 10 viaturas novas em regime de aluguer operacional, e 7 totalmente movidas a eletricidade para efetuar serviços de limpeza urbana.



Enquadramento Legal

A atividade das autarquias locais, bem como, das empresas municipais encontram-se regulamentadas por diplomas legais, dos quais se evidenciam os seguintes:

- Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, e que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica;
- Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 22 de dezembro, 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e que impõe no seu artigo 25.º a criação de mecanismos de adequação da estrutura orgânica municipal;
- Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto e pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;
- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelo diploma retificação n.º 46-B/2013 de 1 de novembro, pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho e pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, retificação n.º 10/2016, de 25 de maio, e Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, diploma que introduz maiores restrições ao endividamento municipal, anuncia o fim do imposto municipal sobre transações onerosas, em regime gradual, com extinção em 2019, bem como a profundas alterações ao quadro orçamental que passa a ser plurianual, com novas regras, designadamente no âmbito do equilíbrio corrente;
- Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, alterada pelos Diplomas de Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e Retificação n.º 50-A/2013, de 11 de novembro, pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;
- Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado através da Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril de 2014, que estabelece as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação das entidades por ele abrangidas;

- Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, nomeadamente da educação.



RECURSOS HUMANOS

2.1. Dados Demográficos

2.1.1. Número de trabalhadores

A 31 de dezembro de 2017, o efetivo do Município de Oeiras era constituído por 2.393 trabalhadores, 53 dos quais em comissão de serviço (pessoal dirigente e dos gabinetes de apoio pessoal), 2.292 em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e 48 em contrato a termo certo ou incerto, para substituição temporária² de trabalhadores da carreira/categoria de assistente operacional, na área funcional de ação educativa.

O contrato em funções públicas por tempo indeterminado constitui a modalidade de vínculo de 95,8% dos trabalhadores municipais.

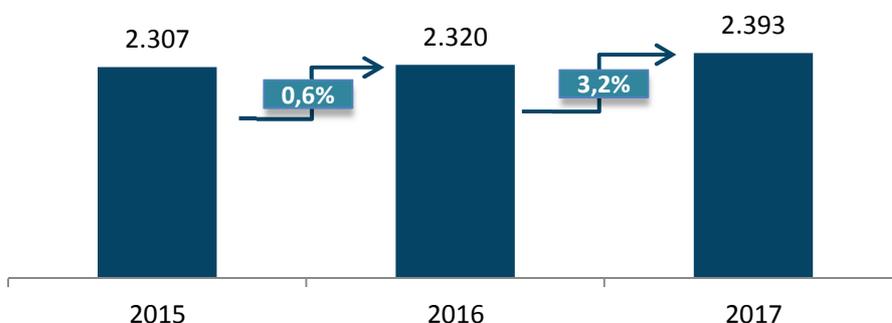
Q. 1 Modalidade de Vínculo

Modalidade de Vínculo	N.º de trabalhadores
Comissão de Serviço	53
Contrato em Funções Públicas por Tempo Indeterminado	2.292
Contrato em Funções Públicas a Termo	48
Total	2.393

O Município contava, ainda, a 31 de dezembro, com a colaboração de 30 prestadores de serviços, contratados em regime de avença.

No gráfico que se segue verificamos que o número de efetivos apresenta uma ligeira evolução entre 2015 e 2017, respetivamente de 0,6% entre 2015 e 2016, ano em que começaram a ser eliminadas algumas das restrições ao recrutamento, e de 3,2% entre 2016 e 2017.

G. 1 Evolução do nº de efetivos

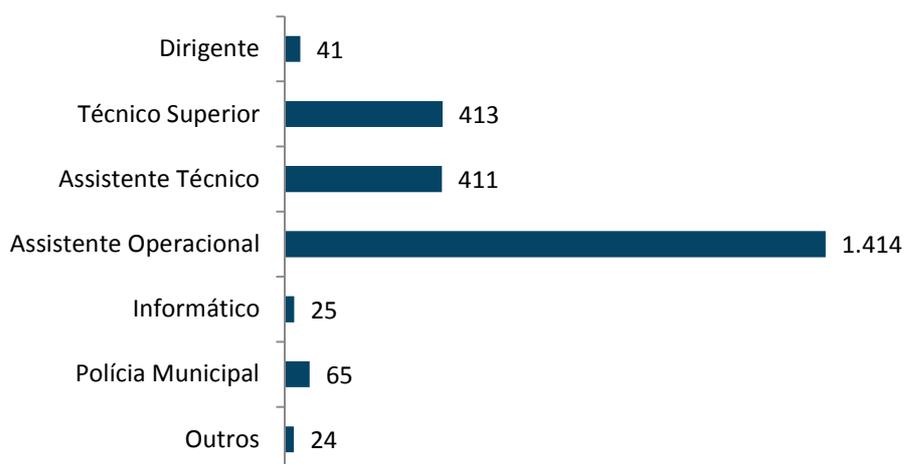


² Em licença sem remuneração, incapacidade temporária – ausência por doença, acidente de trabalho, entre outras.

2.1.1. Distribuição dos trabalhadores por grupo profissional e género

Analisando a distribuição dos trabalhadores por carreira, verifica-se uma maior representação da carreira de assistente operacional, com 59,1% dos trabalhadores. As carreiras de técnico superior e assistente técnico estão equiparadas, respetivamente com 17,3% e 17,2% dos trabalhadores.

G. 2 Distribuição dos trabalhadores por grupo profissional



Constata-se a predominância do género feminino, com 1.428 trabalhadores, correspondendo a 59,7% do total do efetivo.

Q. 2 Trabalhadores por Género

Género	2015	2016	2017
Homens	928	947	965
Mulheres	1.379	1.373	1.428

Esta realidade é notória na maioria das carreiras/categorias, com exceção das de informática, polícia municipal³ e “outros”⁴, nas quais o número de homens é superior.

³ Carreiras não revistas

⁴ Na carreira “outros” estão contempladas carreiras não revistas (Fiscais de Obras, Fiscais Municipais, Chefe de Serviços de Administração Escolar, Chefe de Serviços de Limpeza) e pessoal dos gabinetes de apoio (Chefe do Gabinete da Presidência, Adjuntos e Secretários da Presidência e das Vereações).

Q. 3 Distribuição de Gênero por Carreira/Categoria

Carreira / Categoria	Mulheres	Homens
Dirigente	26	15
Técnico Superior	283	130
Assistente Técnico	315	96
Assistente Operacional	769	645
Informático	2	23
Polícia Municipal	23	42
Outros	10	14

O rácio de trabalhadores com funções operacionais por técnico superior é de 3 trabalhadores, podendo as taxas de operacionalidade e tecnicidade ser consultadas na tabela seguinte.

Q. 4 - Rácio de trabalhadores operacionais

Taxa de Operacionalidade	Taxa de Tecnicidade*	Taxa de Enquadramento
59,1%	18,1%	1,7%

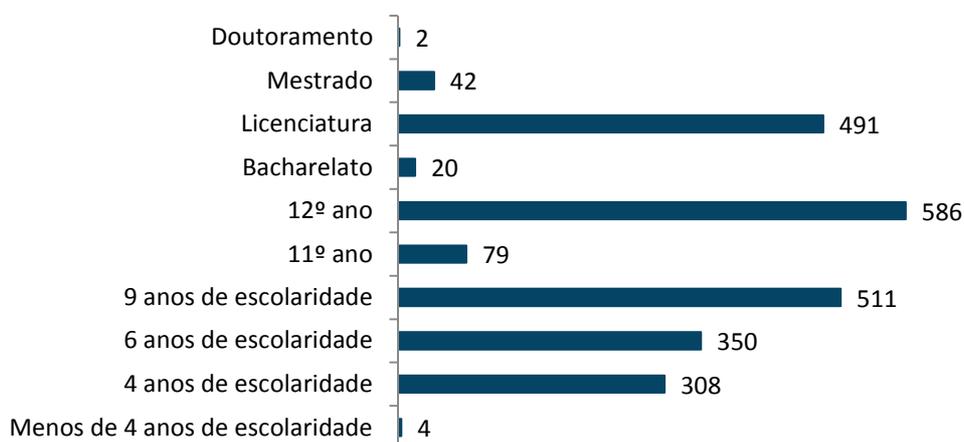
* no apuramento desta taxa foram excluídos os trabalhadores em comissão de serviço (que se encontram a ocupar cargos dirigentes ou a desempenhar funções nos gabinetes de apoio pessoal).

No que respeita aos cargos dirigentes, a respetiva taxa de enquadramento é de 1,7%, e o rácio de efetivos por dirigente é de 57 trabalhadores.

2.1.3. Nível de Escolaridade

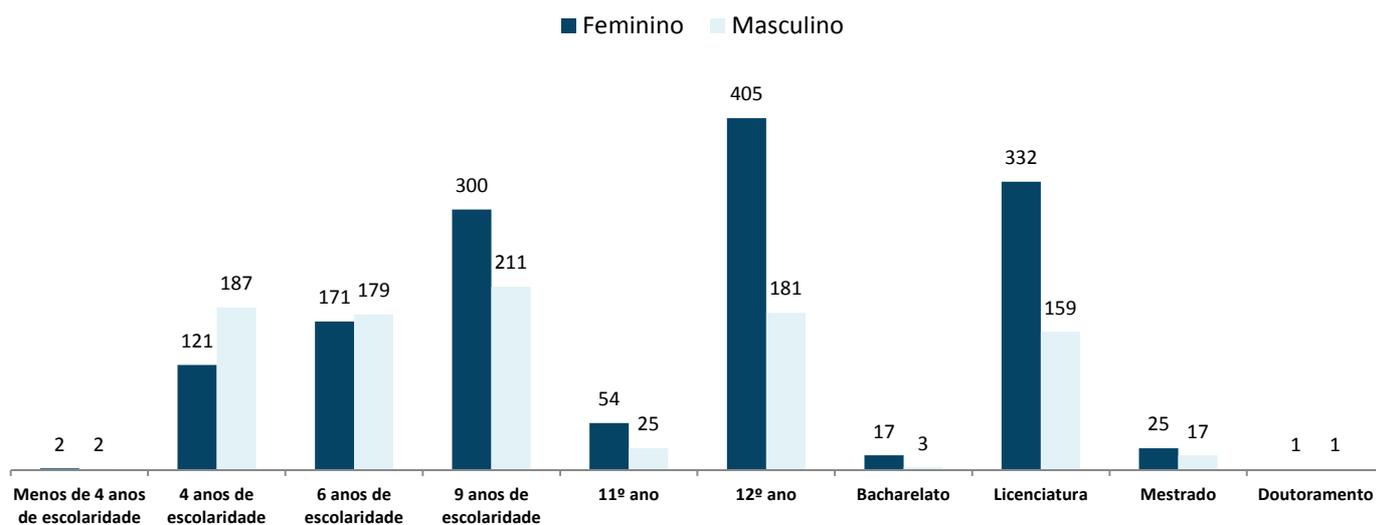
Analisando os níveis de escolaridade dos trabalhadores do Município, verifica-se que 49% detêm habilitações iguais ou inferiores a 9 anos de escolaridade. O índice de formação superior é de 23,2%.

G. 3 Nível de escolaridade



O gráfico que se segue permite verificar que o número de mulheres é superior ao número de homens nos grupos em que a escolaridade é igual ou superior ao 9º ano, com exceção do doutoramento onde ambos os grupos estão equiparados. Esta tendência inverte-se para escolaridade igual ou inferior ao 6º ano, onde o número de homens é superior, com exceção dos trabalhadores com menos de 4 anos de escolaridade, onde a distribuição por género é equiparada.

G. 4 Escolaridade por Género



Verifica-se, ainda, que a formação superior não é um exclusivo dos trabalhadores da carreira de técnico superior ou equiparada, conforme se pode observar na tabela seguinte:

Q. 3 Formação Superior por não Técnicos

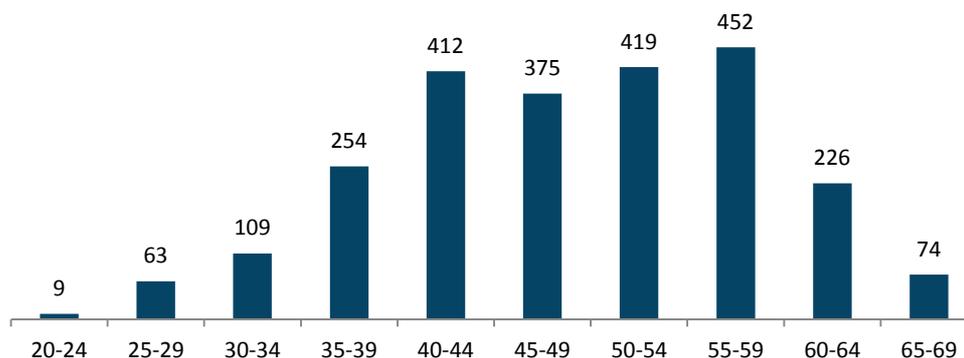
Carreira	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado
Assistentes Operacionais	4	16	3
Assistentes Técnicos	3	37	3
Polícia Municipal	1	5	

2.1.4. Escalão Etário

A média de idade dos trabalhadores do Município de Oeiras é 49 anos, registando-se o número mais elevado de trabalhadores na classe etária 55-59 anos. O trabalhador mais jovem tem 20 anos e o mais velho 69 anos, resultando num leque etário de 3,45.

A taxa de envelhecimento global (trabalhadores com 55 anos ou mais) é de 31,4%.

G. 5 Taxa de Envelhecimento



2.1.5. Escalão Etário por Carreira / Categoria

A carreira/categoria com maior taxa de envelhecimento é a de “outros”, na qual 54,2% dos trabalhadores tem 55 anos ou mais. Destacam-se ainda as taxas de envelhecimento dos grupos assistente técnico (35,3%) e assistente operacional (35,6%).

Q. 4 Caracterização Etária por Carreira/Categoria

Carreira	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69
Dirigente				2	11	13	4	5	4	2
Técnico Superior		1	12	55	126	85	60	48	22	4
Assistente Técnico		11	10	35	70	66	74	87	48	10
Assistente Operacional	9	49	83	133	158	201	277	302	147	55
Informático			3	5	9	4	1	2	1	
Polícia Municipal		1	1	24	35	1	1	2		
Outros		1			3	5	2	6	4	3
Total	9	63	109	254	412	375	419	452	226	74

Considerando a representatividade da carreira assistente operacional no efetivo municipal, detalhamos em seguida as áreas funcionais dos trabalhadores desta carreira com 55 anos ou mais, sendo visível que a área funcional de ação educativa é aquela onde se observa o maior número de trabalhadores destes escalões etários.

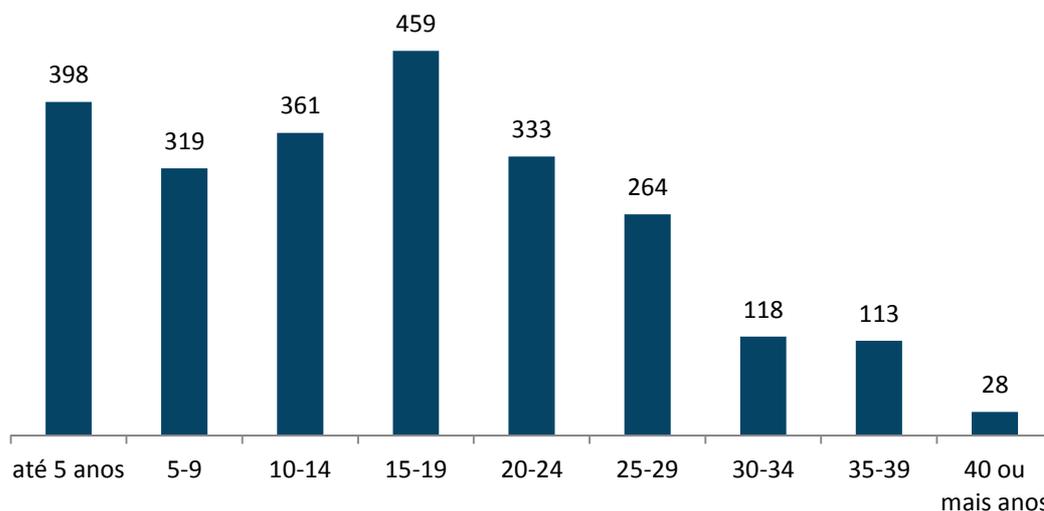
Q. 5 Taxa de Envelhecimento de Ass. Op. por Área Funcional

Assistentes Operacionais – Áreas Funcionais	55-59	60-64	65-69
Ação Educativa	115	57	24
Limpeza Urbana	43	17	1
Higiene pública e abastecimento	28	18	8
Jardinagem	38	9	6
Condução de Máq. Pesadas e Veic. Especiais	18	9	5
Serviços Gerais	11	8	1
Administrativa	7	3	4
Pedreiro	3	8	1
Montador-eletricista	3	1	
Condução de Ligeiros	2	1	1
Reprografia	3	1	
Fiel de Armazém		3	1
Serralharia Civil	3	1	
Pintura	3		
Mecânica	3		
Porta-miras	3		
Cozinheira	1	2	
Lubrificação	3		
Carpintaria	2	1	
Cemitérios		2	
Vigilante		1	1
Canalizador	1	1	
Lavagem de Viaturas	2		
Eletricidade	1	1	
Carregador		1	
Telefonista	1		
Bate-chapa	1		
Condução de Transportes Coletivos		1	
Pintura de Automóveis	1		
Calceteiro	1		
Asfaltador	1		
Torneiro			1
Biblioteca e Documentação	1		
Animação Socio Cultural	1		
Condução de Pesados			1
Apontador	1		
Eletricista de Automóveis	1		
Enc. brigada serviços limpeza		1	
Total	302	147	55

2.1.6. Antiguidade

Cerca de 55% dos trabalhadores tem uma antiguidade na função pública igual ou superior a 15 anos.

G. 6 Antiguidade



2.1.7. Admissões/Regressos por tipo e por categoria

Em 2017, registaram-se 428 entradas, caracterizadas no gráfico abaixo como comissão de serviço, mobilidade interna entre órgãos da administração, procedimento concursal, mobilidades intercarreiras ou intercategorias, e “outros”.

No que respeita às comissões de serviço, as ocorrências registadas correspondem a nomeações de dirigentes e de pessoal de apoio aos gabinetes.

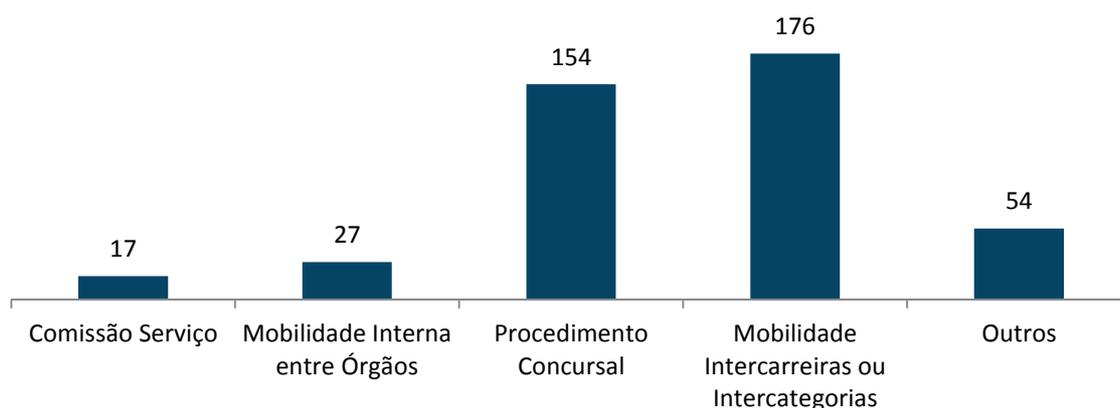
As admissões de novos trabalhadores contemplam a mobilidade interna entre órgãos da administração e os procedimentos concursais, destacando-se, nestes últimos, as admissões para as áreas funcionais de ação educativa, limpeza urbana, jardinagem, condutores de máquinas pesadas e veículos especiais e gestão.

Em 2017, na sequência das alterações introduzidas pelo Orçamento de Estado para 2017, aprovado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, no qual foi revogado o n.º 11 do artigo 99.º da LTFP e aditado o artigo 99.º-A, passou a ser permitida a consolidação da mobilidade intercarreiras e intercategorias, pelo que, neste ano, destacam-se as entradas decorrentes destes processos de mobilidade que, não traduzindo admissões, no sentido estrito de novos trabalhadores, resultaram efetivamente numa significativa ocupação de postos trabalho em novas carreiras ou

categorias, novas relações de emprego com diferente configuração, e na consequente vacatura dos postos de trabalho das carreiras/categorias de origem, que será apresentada no ponto seguinte.

Por sua vez, nas “outras” situações, estão refletidos os reingressos de trabalhadores que se encontravam em licença sem remuneração, em mobilidade em outros organismos, cedência de interesse público, comissão de serviço, período experimental noutro órgão da administração pública ou no exercício de um mandato.

G. 7 Admissões e regressos



Relativamente às entradas por carreira/categoria, predomina a de assistente operacional, através de procedimento concursal, e a de assistente técnico e técnico superior em mobilidade intercarreiras ou intercategorias. Ressalva-se que as mobilidades intercategorias para a categoria de coordenador técnico, encarregado operacional e encarregado geral operacional estão registadas como entradas nas respetivas carreiras (assistente técnico e assistente operacional).

Q 6 - Entradas por Carreira/Categoria

Carreira/Categoria	Comissão Serviço	Mob. Interna entre Órgãos	Proc. Concursal	Mob. Intercarr. / Intercateg.	Outros	Total
Dirigente Intermédio	6	0	0	0	0	6
Técnico Superior	0	15	6	72	18	111
Assistente Técnico	0	8	12	61	13	94
Assistente Operacional	0	4	136	26	19	185
Informático	0	0	0	16	1	17
Polícia Municipal	0	0	0	0	1	1
Outros	12	0	0	1	1	14
Total	18	27	154	176	53	428

As ocorrências em “Outros” (carreiras) referem-se à nomeação de pessoal de apoio aos gabinetes da presidência e vereações, designadamente secretários e adjuntos.

2.1.8. Saídas por tipo e por categoria

No ano de 2017 foram registadas 355 saídas. A mobilidade intercarreiras é a situação onde ocorreram mais saídas (176), refletindo-se nas respetivas entradas dos colaboradores noutras carreiras ou categorias. No que respeita a saídas efetivas do município, destacam-se os processos de mobilidade interna fora do Município (43), as aposentações (21), fim de comissão de serviço (20) e fim de contrato (21). Os fins de contrato referem-se a trabalhadores da área funcional de ação educativa, contratados para substituição temporária de trabalhadores em situação de mobilidade, baixa ou licença.

Q. 7 Saídas por situação e Carreira

Saídas por Situação e Carreira	Dirigente Intern.	Téc. Superior	Ass. Técnico	Ass. Oper.	Inform.	Polícia Muni.	Outros	Total
Aposentação	0	3	1	17	0	0	0	21
Comissão Serviço	0	4	2	0	1	0	0	7
Comissão Serviço fora Município	0	1	0	0	0	0	0	1
Demitido	0	0	0	4	0	0	0	4
Denúncia Contrato	0	0	1	13	0	0	0	14
Falecimento	0	0	0	3	0	0	0	3
Fim da Comissão de Serviço	6	0	0	0	0	0	14	21
Fim da Mobilidade Intercarreiras ou Intercategorias	0	0	1	0	0	0	0	1
Fim da Mobilidade Interna entre Órgãos	0	2	0	0	0	0	0	2
Fim de Contrato	0	0	1	20	0	0	0	20
Fim S/sucesso Período Experimental	0	0	0	2	0	0	0	2
Licença sem Remuneração > 60 dias	0	2	1	2	0	1	0	6
Mobilidade Intercarreiras ou Intercategorias	0	0	72	85	14	4	1	176
Mobilidade Interna (fora CMO)	0	13	18	10	0	2	0	43
Período Experimental fora Município	0	2	3	7	0	2	0	14
Outra	1	2	5	9	0	0	3	20
Total	7	29	105	172	15	9	18	355

As saídas verificadas em “Outra” situação referem-se, maioritariamente a mobilidade na categoria de trabalhadores da área funcional de ação educativa e à saída de colaboradores para desempenho de funções como eleitos locais.

A carreira/categoria onde se regista um número mais elevado de saídas é a de assistente operacional (172), seguida dos assistentes técnicos (105). O número mais elevado de saídas corresponde, nestas carreiras, à situação de mobilidade intercarreiras ou intercategorias. No que respeita à saída de trabalhadores por mobilidade interna para outros órgãos da administração, estas distribuem-se principalmente entre as carreiras de assistente técnico (18), técnico superior (13) e assistente operacional (10).

Das 29 saídas na carreira de técnico superior, apenas 5 são definitivas (aposentação e fim da mobilidade interna entre órgãos), as restantes referem-se a outras situações que implicam ou podem implicar o regresso dos trabalhadores ao Município, nomeadamente licenças sem

remuneração inferiores a um ano, mobilidade interna, cedência de interesse público e período experimental em outro órgão ou serviço.

Na carreira de assistente técnico, 3 das 105 saídas também são definitivas, correspondendo a aposentação, denúncia de contrato e fim de contrato.

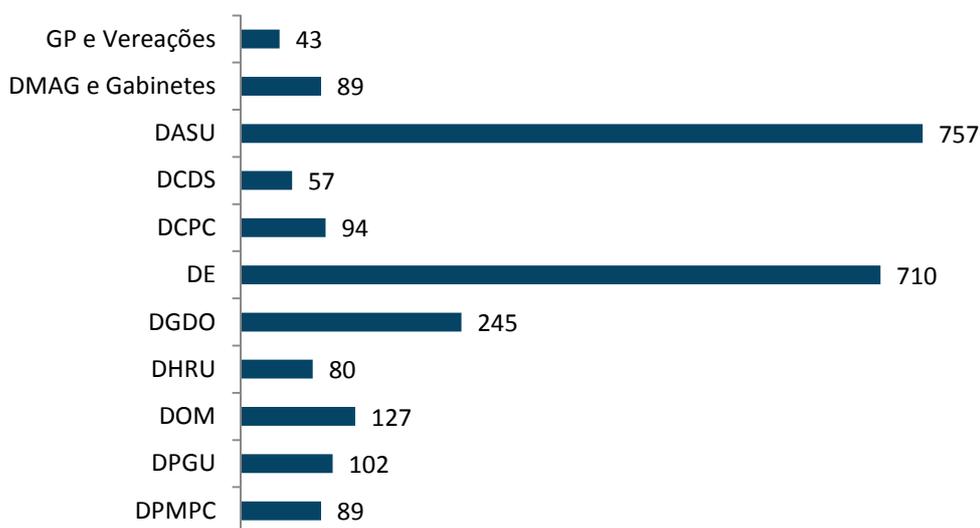
No caso das 172 saídas da carreira de assistente operacional, 59 são definitivas, devendo-se a demissão, denúncia de contrato, falecimento, fim de contrato e fim sem sucesso do período experimental.

As ocorrências na carreira “Outros” referem-se a comissões de serviço, destacamento e mobilidades em carreiras não revistas.

2.1.9. Distribuição dos trabalhadores por Unidade Orgânica

Da análise do gráfico, constata-se que existe uma distribuição diferenciada dos recursos humanos pelas unidades orgânicas do Município, sendo que o DASU e DE detêm mais de 60% dos trabalhadores.

G. 8 Distribuição de trabalhadores por UO



2.1.10. Ausências

O número total de dias de ausência ao serviço foi de 67.552, distribuídos da seguinte forma:

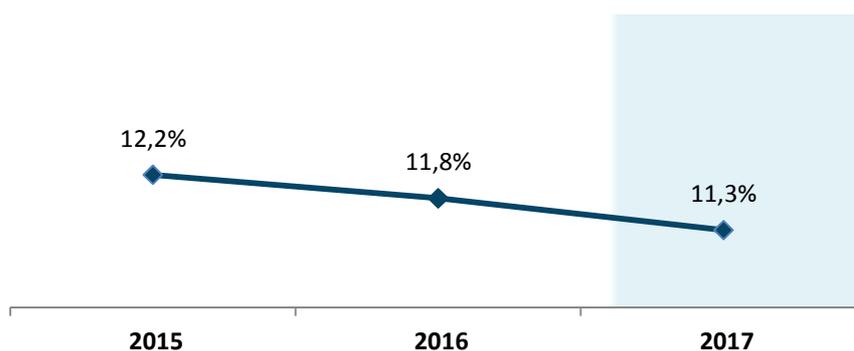
Q. 8 Motivo de ausências

Motivo da ausência	n.º de dias
Doença	37.460
Acidente de trabalho	17.199
Parentalidade	6.313
Assistência a familiares	1.797
Por conta das férias	1.398
Injustificadas	1.157
Falecimento de familiar	400
Outros	760
Greve	669
Pena disciplinar	150
Casamento	124
Trabalhador estudante	126
Total	67.552

A doença continua a ser o motivo com maior peso na taxa de absentismo (55,5%), seguido das faltas por acidente de trabalho. Estes dois tipos de faltas representam 81% da totalidade das ausências registadas.

A estas ausências corresponde a Taxa de Absentismo de 11,8%.

G. 9 Taxa de Absentismo



Relativamente à análise do absentismo verifica-se que, em média, cada trabalhador faltou 28 dias, em 2017. A análise por género demonstra que, em média, os homens faltaram 28 dias, enquanto as mulheres faltaram 29 dias.

2.1.11. Relações de trabalho

2.1.11.1. Organização Sindical

A taxa de sindicalização dos trabalhadores do Município é de 39%, mantendo-se próxima da taxa mais elevada do triénio, registada em 2016 (40%).

Q. 9 Taxa de Sindicalização

Taxa de Sindicalização	2015	2016	2017
Número de trabalhadores sindicalizados	831	922	925
Número de trabalhadores	2.307	2.320	2.393
% Trabalhadores Sindicalizados	36%	40%	39%

2.1.11.2. Ação disciplinar

Em 2017 foram instaurados 29 processos disciplinares. Considerando o triénio 2015-2017, o ano de 2016, foi aquele no qual se registou o maior número de processos disciplinares instaurados.

Q. 10 Processos de Ação Disciplinar

Ação Disciplinar	2015	2016	2017
Processos instaurados	25	31	29

As penas mais frequentemente aplicadas em 2017 foram a multa (10) e o despedimento por facto imputável ao trabalhador (6). Registaram-se ainda 3 apreensões escritas e 3 suspensões.

2.2. Saúde, Higiene e Segurança

2.2.1. Vigilância da Saúde

Em 2017, no âmbito da atividade desenvolvida na área da Vigilância da Saúde, foram realizadas 2.866 consultas de Medicina Geral e Familiar, prescritas 1.185 receitas aos trabalhadores no ativo, aposentados e familiares diretos. Esta atividade representa uma poupança de aproximadamente 15,9 mil euros para os trabalhadores e suas famílias, considerando a Taxa Moderadora no Serviço Nacional de Saúde (4,5 €) bem como a taxa de pedidos de receituário (2,5 €).

Foram também realizadas 3.643 consultas de enfermagem no âmbito da Medicina do Trabalho, apoio ao trabalhador vítima de acidente de trabalho, tratamento e vacinação.

Quanto a iniciativas de promoção/sensibilização da saúde foram realizados 9 rastreios a 313 participantes, nomeadamente, rastreio auditivo, visual, saúde oral, nutricional, densitometria óssea, insuficiência venosa e espirometria.

A campanha de vacinação da gripe abrangeu 400 trabalhadores e decorreu, como habitualmente, no último trimestre.

Foram efetuadas ainda: 2 Iniciativas de Dádiva de Sangue, em articulação com Instituto Português do Sangue que contou com 50 participantes; 2 *Workshops* sobre as temáticas “Gestão do Peso” e “Quiroprática” (62 participantes); Campanha de Proteção Solar, tendo sido distribuídos 726 protetores solares a trabalhadores cuja realização das tarefas diárias está sujeita a uma elevada exposição solar.

Analisado o perfil etário e aos riscos profissionais dos trabalhadores, em 2017 foi planeada a realização de 1.600 consultas de Medicina do Trabalho, com a despesa anual estimada próxima dos 40 mil euros, tendo sido realizadas 1.634 consultas, 1.531 exames periódicos e 103 exames ocasionais (estes últimos em situações de regresso ao trabalho após ausência por doença ou acidente).

Q. 11 Ações de promoção/sensibilização da Saúde

AÇÕES DE PROMOÇÃO / SENSIBILIZAÇÃO DA SAÚDE	
Consultas Medicina Geral e Familiar	2.866
Receituário Prescrito	1.185
Consulta de Enfermagem	3.643
Atividades promoção/sensibilização saúde	
Rastreios	9
Dádivas de Sangue	2
Ações Sensibilização Auditório	2
Campanha Proteção Solar (Nº protetores)	726
Campanha Vacinação da Gripe	400
Consulta Medicina do Trabalho	1.634
Exames Admissão	0
Exames Periódicos	1.531
Exames Ocasionais	103
Exames Auxiliares Diagnóstico	1.360

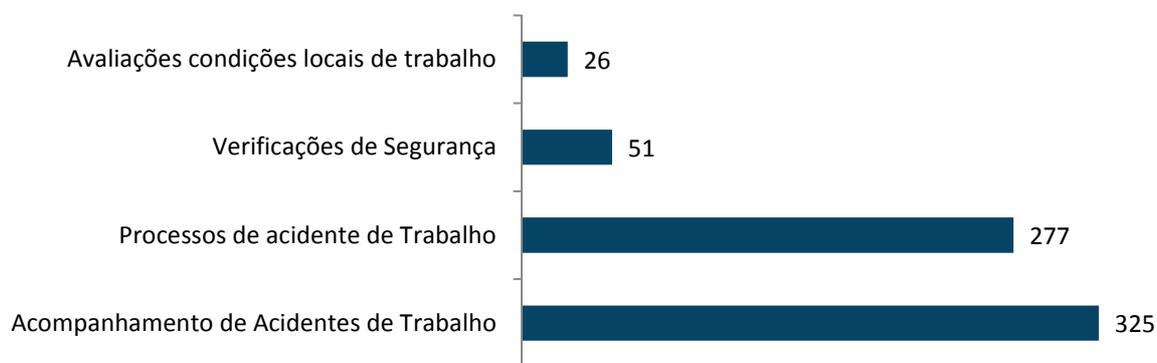
2.2.2. Higiene e Segurança

Em relação à Sinistralidade Laboral, registaram-se 277 acidentes de trabalho (AT) em 2017, dos quais 78 estão ativos em janeiro 2018. Isto representa um aumento de 21% comparativamente ao período análogo (229 AT em 2016).

Considerando o número de dias perdidos por Acidente de Trabalho (AT), registou-se uma diminuição de 8% (1384 dias) face a 2016, em consequência da menor gravidade dos AT e também da mais rápida recuperação clínica, devendo-se esta última circunstância ao novo modelo da rede de apoio ao trabalhador sinistrado, cujo objetivo é complementar o Serviço Nacional de Saúde, visando dar resposta às lacunas deste em matéria de Urgências, Ambulatório, Cirurgias, Fisioterapia, Medicação, Serviços de Ótica, com um custo anual estimado a rondar os 78 mil euros.

Foram também efetuadas 26 avaliações das condições/locais de trabalho, 3 avaliações ao amianto em instalações do DPE e do GTSI, 1 avaliação às condições de iluminação em diversos postos de trabalho do DPE (48) e realizados 35 controlos de alcoolémia.

G. 10 Higiene e Segurança no Trabalho



2.2.3. Psicologia

Durante o ano de 2017, foram realizados 925 atendimentos a 62 utentes, o que corresponde a 14,9 atendimentos por utente e representou uma média mensal de 77,1 atendimentos.

2.3. Desenvolvimento Socioprofissional

2.3.1. Formação Profissional

O Município de Oeiras investe no desenvolvimento de competências através de duas modalidades distintas de formação profissional dirigida aos seus trabalhadores: formação interna, promovida pela autarquia, no âmbito do estatuto de entidade formadora certificada, com recurso a bolsa de formadores internos eventuais, entidades formadoras ou formadores externos certificados; e formação externa, cuja promoção e organização é da responsabilidade de entidades externas.

2.3.1.1. Formação Interna

No ano de 2017 foram realizados 34 cursos de Formação Interna, constituídos por 53 ações de formação, a que correspondem 1.232 horas ministradas. Nestas ações foram registadas 781 participações⁵, o que se consubstancia num Volume Total de Formação Interna de 17.836 horas, com um investimento total de quase 51 mil euros.

Verificou-se uma redução dos custos do Plano de Formação Interna, por comparação com o ano anterior, na ordem dos 32,4%. Tal resultou do recurso a formação financiada ou gratuita, através de parcerias com os Centros da Formação da Rede IEFP, formação abrangida por Contratos-Programa, e ainda, da aposta na formação ministrada por formadores internos.

Q. 12 Ações de Formação Interna

Área de Formação (CNAEF)	N.º Cursos	N.º Ações	Formandos	Horas Ministradas	Horas Frequent.	Custos Diretos (€)
222 - Línguas e Literaturas Estrangeiras	1	1	15	50	691	0
310 - Ciências Sociais e do Comportamento	7	19	356	431	8.014	21.856
322 - Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	1	1	14	30	390	2.638
340 - Ciências Empresariais	1	1	10	14	133	263
344 - Contabilidade e Fiscalidade	3	4	32	83	627	6.740
345 - Gestão e Administração	2	2	15	55	376	11.416
347 - Enquadramento na Organização/Empresa	1	1	25	25	611	0
380 - Direito	3	3	41	45	627	607
480 - Informática	9	11	101	203	1.751	4.527
482 - Informática na óptica do utilizador	3	5	64	182	2.209	0
850 - Protecção do Ambiente	1	1	20	14	278	2.700
862 - Segurança e Higiene no Trabalho	2	4	88	100	2.131	0
Total	34	53	781	1.232	17.836	50.746

⁵ N.º de trabalhadores do Município de Oeiras com contrato de trabalho em funções públicas ou com vínculo de nomeação que frequentaram ações de Formação Interna.

Por outro lado, registou-se uma diminuição de 48 ações realizadas e de 415 formandos, por comparação com 2016, o que, no entanto, não se refletiu no volume de horas frequentadas, que aumentou 4,4% relativamente a 2016 (o que representou um acréscimo de 884 horas), traduzindo uma aposta substancial em ações de formação com maior duração dirigidas a colaboradores afetos às escolas (Pessoal Não Docente).

2.3.1.2. Formação Externa

Em 2017 foram registadas 374 participações, em 142 cursos constituídos por 147 ações de formação externa, a que correspondem 2.503 horas ministradas, com um volume de 5.611 horas frequentadas, o que representou uma despesa total de 41 mil euros. A esta despesa acresce ainda um valor de 5 mil euros, não faturado pela PSP, respeitante à formação em Instrução de Tiro para a Polícia Municipal, o que se traduz num total de 46 mil euros em 2017.

Os resultados revelam um decréscimo de 15 ações e de 21 participantes em formação externa por comparação com o ano de 2016. Por outro lado, verificou-se o aumento de 1.758 horas no Volume de horas frequentadas, bem como da despesa realizada, que superou o ano anterior em mais de 12 mil euros (29,9%), o que reflete a aposta em cursos de Pós-Graduação e cursos avançados de especialização e certificação, nomeadamente: “TSHOOT - Troubleshooting and Maintaining CISCO IP Networks”; “20696 -ADMINISTERING SYSTEM CENTER CONFIGURATION MANAGER AND INTUNE”; “ICND2 - INTERCONNECTING CISCO NETWORK DEVICES 2”; e ainda a 2ª Edição da Pós-Graduação em Smart Cities.

Q. 13 Ações de Formação Externa

Área de Formação (CNAEF)	N.º Cursos	N.º Ações	Formandos	Horas Ministradas	Horas Frequent.	Custos Diretos (€)
320 - Informação e jornalismo	2	2	5	18	48	500
322 - Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	7	7	22	188	328	2.840
342 - Marketing e Publicidade	3	3	3	42	42	386
345 - Gestão e Administração	11	11	24	112	206	1.449
380 - Direito	7	7	19	56	127	549
384 - Direito	4	4	8	28	60	280
481 - Ciências Informáticas	2	2	4	19	47	0
482 - Informática na óptica do utilizador	15	15	30	830	1.949	25.636
580 - Arquitectura e Construção	1	1	6	12	72	522
581 - Arquitectura e Urbanismo	9	9	26	142	295	1.664
621 - Produção Agrícola e Animal	2	2	2	22	22	120
760 - Serviços Sociais	2	24	32	269	386	654
761 - Serviços de apoio a crianças e jovens	24	2	2	37	37	120
762 - Trabalho Social e Orientação	2	2	5	13	31	0
812 - Turismo e Lazer	2	1	3	6	18	135
840 - Serviços de Transporte	1	12	20	276	836	3.140
850 - Protecção do Ambiente	7	6	21	44	180	775
851 - Tecnologia de Protecção do Ambiente	6	20	44	181	345	100
853 - Serviços de Saúde Pública	20	1	12	6	72	0
860 - Serviços de Segurança	1	8	68	49	289	0
861 - Protecção de Pessoas e Bens	8	1	1	48	38	369
862 - Segurança e Higiene no Trabalho	1	5	14	69	139	1.616
640 - Ciências Veterinárias	5	2	3	37	44	190
Total	142	147	374	2.503	5.611	41.045

2.3.1.3. Executive Coaching para Dirigentes

Em 2017 decorreu a 2ª edição do *Programa de Executive Coaching para Dirigentes*, pioneiro na administração pública, com o objetivo de trabalhar e desenvolver competências de liderança com forte impacto na organização. À semelhança da 1ª edição de 2016, contou com a participação de 10 dirigentes (Chefes de Divisão), resultando numa despesa global superior a 16 mil euros.

Ainda no âmbito deste Programa, foi realizado um Workshop que contou com a participação de 17 dirigentes das duas edições (13 Chefes de Divisão e 4 Diretores de Departamento), estando prevista a realização de um 2º Workshop em 2018, para conclusão desta fase do Projeto.

Atendendo aos resultados obtidos, prevê-se dar continuidade a este Programa, perspetivando o envolvimento de todo o grupo profissional dirigente.

2.3.2. Plano de Estágios

No ano de 2017 o Município recebeu 70 solicitações para estágios curriculares, tendo sido acolhidos 46 estagiários (2 do 3º Ciclo do Ensino Básico; 30 do Ensino Secundário; 9 de Licenciatura e 5 de Mestrado), representando uma taxa de acolhimento de 65,7%.

Q. 14 Plano de Estágios

Grau Académico	Estágios Acolhidos
Básico	2
Secundário	30
Licenciatura	9
Mestrado	5
Total	46

2.3.3. Ação Social

2.3.3.1. Ação Social Interna

O Atendimento Social é uma medida de apoio e acompanhamento de trabalhadores em situação desfavorecida, que, de forma personalizada, visa o combate à exclusão e a atuação em situações de risco social. No ano de 2017, realizaram-se 177 atendimentos, que resultaram em 43 novos processos e 12 processos arquivados, tendo sido atendidas todas as solicitações efetuadas neste âmbito e não existindo solicitações em lista de espera.

O Fundo de Emergência Social visa dar resposta imediata a situações de carência económica e social, no sentido de assegurar necessidades básicas. Trata-se de um apoio de emergência, de carácter pontual, atribuído até que a situação possa ser enquadrada por uma resposta de âmbito comunitário. No ano 2017 foram apoiados 39 colaboradores, mais 7 que em 2016, com um encargo efetivo de 19 mil euros.

O Subsídio de Apoio ao Medicamento tem por objetivo disponibilizar medicamentos em situações clínicas devidamente fundamentadas, incluindo doenças agudas, diabetes, hipertensão arterial, etilismo, transtornos mentais, entre outras, sendo este apoio proporcionado aos trabalhadores com baixos recursos financeiros associados a grave carência social e/ou familiar. No ano de 2017, foram apoiados 18 colaboradores com este subsídio, com um encargo efetivo de 4,5 mil euros.

As Conversas com Barriguinhas, cursos de preparação para o Parto, Maternidade e Paternidade, têm por objetivo facilitar a adaptação dos colaboradores e seus cônjuges à parentalidade durante a gravidez e após o nascimento dos seus filhos, bem como promover um maior conhecimento sobre este período e as suas fases. Em 2017 foi efetuado um curso que contou com a participação de cinco grávidas.

Os Subsídios Educacionais, Subsídios Sociais, e Subsídio Social Mensal são benefícios sociais atribuídos aos trabalhadores e respetivos familiares. A atribuição deste tipo de subsídios obedece a normas regulamentadas:

- Subsídio Educacional: compensação de encargos com educação dos seus associados e descendentes, matriculados e a frequentar estabelecimentos escolares, desde o Jardim-de-infância até ao Ensino Superior. No ano de 2017 foram abrangidos 1.419 beneficiários com o apoio do Subsídio Educacional, num valor aproximado de 355 mil euros;
- Subsídio Social: compensação a trabalhadores, aposentados ou respetivos cônjuges viúvos em situação de comprovada carência socioeconómica ou doença. Em 2017 foram abrangidos 2 beneficiários com apoios do subsídio social no valor de 2,3 mil euros;
- Subsídio Social Mensal: apoio financeiro extraordinário para fazer face às restrições que possam afetar o bem-estar pessoal e familiar do trabalhador, em resultado de crise económica e subsequentes reduções remuneratórias e das aposentações; a concessão deste subsídio destina-se aos colaboradores e aposentados do Município que auferem remuneração mensal até 1,5 mil euros. Em 2017 foram abrangidos 2.639 beneficiários num total de 379 mil euros.

Na época natalícia, promovendo o espírito de comunhão e de equipa, foram realizados o Almoço de Natal para trabalhadores e a Festa de Natal para trabalhadores e seus familiares, no âmbito da qual foram distribuídos cabazes de Natal e presentes para os filhos dos colaboradores do Município, Militares, Polícia de Segurança Pública, Bombeiros e Juntas de Freguesia. Foram atribuídos 1.798 presentes com um investimento total superior a 28 mil euros.

2.3.3.2. Ação Social Externa

No que respeita à ação social externa destacam-se o programa de Trabalho Comunitário e a Iniciativa de Emprego.

O programa Trabalho Comunitário decorre de um protocolo estabelecido entre o Município de Oeiras e a Direção Geral de Reinserção Social, para assegurar a integração de utentes das Medidas de Trabalho a Favor da Comunidade, designadamente, Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade (PTFC), Substituição de Multa por dias de trabalho (SMT) e Prestação de Serviços de Interesse Público (PSIP). No ano de 2017, foram integrados 63 utentes destas medidas (mais três que no ano de 2016), sendo a respetiva taxa de integração de 100%.

No que respeita à Iniciativa de Emprego – Contratos Emprego-Inserção (CEI), trata-se de um projeto promovido pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, ao qual o Município de Oeiras aderiu em 2009, tendo como destinatários desempregados beneficiários de subsídios de desemprego (CEI) ou social de inserção (CEI+). Em 2017 foram celebrados 39 Contratos Emprego Inserção, sendo integrados 14 CEI e 25 CEI+, em diversas Unidades Orgânicas, conforme se apresenta na tabela infra.

Q. 15 Contrato Emprego Inserção (CEI)

UO	Afetação	Nº Candidatos Inseridos	Área Funcional
DCDS	DASSJ	1	AT - Adminis.
DCPC	DBDI	5	AT - Adminis.
DGDO	SEF	3	AT - Adminis.
	Tesouraria	2	AT - Adminis.
	UPOC	1	AT - Adminis.
Gabinetes	GC	2	AT - Adminis.
Total		14	

Q. 16 Contrato Emprego Inserção +

UO	Afetação	Nº Candidatos Inseridos	Área Funcional
DOM	DEM	3	A. Operacional
DASU	DEV	22	A. Operacional
Total		25	



ATIVIDADES

O final do ano de 2017 é caracterizado pelo término de um ciclo governativo que, por inerência, conflui no início de um outro. Com base no Modelo Integrado de Gestão (MIG), assente no Mapa Estratégico 2014-17 e nos 7 Eixos Estratégicos, que se decompõem em 20 Objetivos Estratégicos, verifica-se que foram atingidos ou superados 5 Eixos, encontrando-se 2 em fase de execução.

No seguimento da adoção de medidas que integram um novo paradigma de Gestão da Administração Pública, preconizada pelo modelo da Nova Governação Pública, em que o seu foco surge cada vez mais na satisfação das necessidades dos munícipes, bem como no crescente aumento da sua envolvimento nos processos de tomada de decisão, a comunicação das atividades, projetos e ações realizadas pelo Município de Oeiras ao longo de 2017, foram decompostas em doze dimensões estratégicas que melhor retratam o trabalho realizado.





NARK
CPK

COESÃO E SOLIDARIEDADE SOCIAL

CPCJ OCIRAS
POLÍCIA M.R.P.P.
PROCURADORIA
PÚBLICA
RDS
BARROSA

Apesar das dificuldades
o amor pode vencer

FAIXA Nº:
NARK CPK

A Coesão e a Solidariedade Social são parte integrante de uma sociedade evoluída que promove o desenvolvimento sustentável e igualdade de oportunidades entre os seus cidadãos. Neste contexto, ao longo do ano de 2017 foram múltiplas as atividades levadas a efeito no âmbito da intervenção social, com destaque para o início do processo de avaliação da Rede Social de Oeiras e respetiva atualização dos instrumentos de planeamento social (Diagnóstico Social de Oeiras e Plano de Desenvolvimento Social) que ainda decorre e se suporta na continuidade do trabalho levado a cabo pelos grupos de trabalho setoriais decorrentes da Rede Social de Oeiras. Igualmente procedeu-se à instrução e deferimento de 88 processos no âmbito do Fundo de Emergência Social, representando um apoio a 185 indivíduos com o valor aproximado de 54 mil euros.

Fundo de Emergência Municipal

185 munícipes

54 mil euros

O Programa Oeiras Solidária (POS), de iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras (CMO), conta com 13 anos de existência, continuando a apostar na experiência partilhada de responsabilidade social e na preocupação com a cidadania e desenvolvimento social local.

O POS, durante 2017, procurou manter e potenciar a sua estrutura flexível e multissetorial, através da mediação de recursos na área da partilha de experiências e conhecimentos entre agentes que atuam no Concelho de Oeiras. Assim deu-se continuidade no trabalho desenvolvido, em anos anteriores, mas fomentando o desenvolvimento de novos projetos e novas linhas de atuação, nunca perdendo de vista a capacitação dos agentes presentes no território e, potenciando as atividades desenvolvidas pelos elementos integrantes da Rede POS, no âmbito da responsabilidade social externa.

Assim, a partir de projetos diversificados, procurou-se criar sinergias entre entidades, como por exemplo o projeto Bolsa de Partilha - Ciclo de Workshops, em conjunto com diversas entidades, de naturezas jurídicas distintas, ao longo de seis sessões, entre setembro e dezembro, onde se abordaram temáticas como bem-estar organizacional ou formas de trabalho colaborativo e de partilha. O Ciclo desenvolveu-se na totalidade em Pro Bono com a cedência do Pequeno Auditório do Centro de Congressos do Núcleo Central, por meio da parceria com o Taguspark, tendo contado com uma média de 50 presenças por sessão com um total de 16 entidades dinamizadoras.

Destacamos ainda as duas campanhas anuais promovidas pelo POS, a de recolha de Material Escolar e a de Natal, sendo que a campanha de recolha de material escolar teve como objetivo recolher material para ser distribuído às crianças sinalizadas, como estando em situação de maior vulnerabilidade, que frequentam do 1º ao 4º ano escolar, abrangendo cerca de 250 crianças, residentes nos 15 empreendimentos municipais do Concelho. Nesta ação destaca-se a participação de 8 entidades parceiras da rede POS. Já a campanha de Natal apostou no apoio à área da infância e juventude, pessoas com deficiência ou incapacidade, com problemas de saúde mental, idosos e indivíduos em situação de sem-abrigo, imigrantes e os requerentes de proteção internacional, contando com o apoio de 17 entidades.

Realça-se ainda a aprovação do Regulamento do Programa Oeiras Solidária, que tornou oficial a possibilidade de todas as entidades, independente da sua forma jurídica, poderem integrar a rede colaborativa POS.

Alguns indicadores sobre a atividade POS:

Q 17 – Programa Oeiras Solidária

Designação	2016	2017	Variação
Entidades Aderentes	127	138	+9
Novas Adesões	8	9	+1
nº Entidades apoiantes	43	67	+24
nº Entidades apoiadas	79	107	+28
nº de apoios concedidos	120	135	+15
Donativos Financeiros	+ de 28 mil euros	+ de 28 mil euros	0
Donativos em Géneros (valor monetário associado)	+ de 12,4 mil euros	+ de 32 mil euros	+19,6 mil euros

Manteve-se a operacionalização da distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade no âmbito do Programa de Apoio Complementar à execução do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), beneficiando mensalmente 1.050 municípios.

Realizaram-se 1.754 atendimentos a imigrantes pelos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, correspondendo estes a 1.149 processos acompanhados por estas estruturas. Foi feito o acompanhamento de proximidade a 5 famílias refugiadas (num total de 12 indivíduos) provenientes da Síria, Iraque e Eritreia, em parceria com o Conselho Português para os Refugiados, contribuindo para a sua integração, nomeadamente, aos níveis habitacional, escolar, profissional e no acesso à saúde. Em 2017 este acolhimento representou um apoio próximo dos 14 mil euros por parte do Município.

Em 2017, entrou em funcionamento o Gabinete de Apoio à Vítima de Oeiras, que preconiza um modelo sustentável de intervenção junto das vítimas de crimes violentos, integrando e articulando o trabalho dos diferentes atores territoriais e que deu origem a parceria estabelecida entre o Município, a Polícia de Segurança Pública e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Para o funcionamento deste gabinete, foi assumida uma verba por parte do MO no valor aproximado de 21 mil euros.

As ações realizadas no âmbito da intervenção social são por si só, um motivo pelo qual o MO se pode orgulhar. No entanto, o reconhecimento público por parte das instituições responsáveis pelos vários domínios sociais, é um fator de satisfação, que também origina um aumento de responsabilidades. Desse modo, a obtenção da distinção Autarquia Familiarmente Mais Responsável, atribuída pela Associação Portuguesa de

Apoio a
1.050
Municípios
mensalmente
com distribuição
de géneros
alimentares

Famílias Numerosas, pelo trabalho desenvolvido em prol das famílias do Concelho, é um indicador de qualidade das ações desenvolvidas pelo MO. A grave crise financeira e económica que assolou o país na última década, pôs a nu diversas fragilidades de carácter social, nomeadamente o

acompanhamento social da comunidade mais idosa. De modo a minimizar esse impacto, o MO ciente das suas responsabilidades, tem vindo a desenvolver diversas atividades que visam o apoio, a vários níveis, à população mais idosa. Nesse sentido, destacam em 2017, entre outras, a realização de 12 ações do Projeto Café

Foram efetuados apoios na comparticipação de 85.122 receitas, correspondendo a mais de 446 mil euros, através da Medida de Comparticipação em Medicamentos.

Memória, que envolveram 175 pessoas, tanto idosos com demência como os seus cuidadores.

Foi implementada a Rede de Referência e Intervenção no Isolamento (RRII), dirigida à intervenção e acompanhamento de situações de isolamento sinalizadas pela comunidade, suportada no trabalho em rede. Em 2017 a RRII registou a sinalização de 9 idosos potencialmente em situação de isolamento, sendo que somente 4 se enquadravam nos critérios de isolamento considerados.

A operacionalização do Projeto ROTAS, serviço de transporte para facilitação do acesso dos munícipes com 65 e mais anos e/ou mobilidade condicionada a serviços públicos essenciais e a atividades sociais, totalizou em 2017 mais de 200 deslocações.

Realizou-se a edição dos Encontros de Outubro com diversas atividades, com destaque para a realização de ação de sensibilização sobre Violência contra Pessoas Idosas, ministrada pela Polícia de Segurança Pública a cerca de 25 técnicos locais e a VI edição do Encontro Musical das Tunas Seniores do Concelho de Oeiras.

Levou-se a cabo mais uma edição do tradicional Almoço de Natal dedicado à população idosa, que envolveu a participação de cerca de 900 munícipes com 65 ou mais anos.



Na área da deficiência procedeu-se ao funcionamento do Serviço de transporte Adaptado, assegurado pela Associação de Bombeiros de Oeiras e garantindo, de forma regular, o transporte de 23 utentes e 25 de modo pontual. Ainda neste âmbito, desenvolveu-se mais uma edição do projeto Praia Acessível que visa facilitar o acesso de pessoas com mobilidade condicionada à praia e aos banhos de mar, através da utilização de cadeiras anfíbias.

Realça-se, ainda, a cedência de dois apartamentos à Minicor – Associação de Solidariedade Social, destinados aos acompanhantes de crianças acompanhadas pelo Serviço de Cardiologia Pediátrica do Hospital de Santa Cruz e de um apartamento à Associação de Reabilitação e Integração Ajuda, destinado à instalação de uma unidade de treino da autonomia para pessoas com doença mental.

Como consequência de diversas ações desencadeadas em 2017, foram atribuídas participações financeiras para apoio ao funcionamento e para as atividades dos agentes locais, com reflexo não só em 2017 mas também em anos futuros. Nesse enquadramento, destacam-se os seguintes apoios:

- CerciOeiras, para a construção da Unidade Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais em Porto Salvo, no valor aproximado de 458 mil euros para 2018, 2019 e 2020;
- Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide, para as obras de ampliação do Lar de Nossa Senhora do Amparo, no montante de cerca de 876 mil euros distribuídos ao longo de 2017, 2018 e 2019;
- Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Porto Salvo, para a instalação de Centro de Dia e de outros serviços de apoio à comunidade, no valor de 600 mil euros a aplicar em 2017 e 2018;
- Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas, para a realização de obras de adaptação do edifício sito na Quinta de Santa Marta, em Algés, visando a disponibilização de um conjunto de serviços de apoio às crianças e suas famílias e comunidade em geral, no valor de 100 mil euros a realizar em 2017 e 2018;
- Centro Social e Paroquial de Barcarena, para a construção do Centro Multivalências, no valor de 800 mil euros distribuídos pelos anos de 2017, 2018 e 2019;
- Equipa Móvel de Desenvolvimento Infantil e Intervenção Precoce, para a instalação da Casa Fundação Luís Figo, na ex-EB1 Sofia de Carvalho em Algés, no montante global de 250 mil euros repartidos por 2017 e 2018;
- VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional, para as obras de adaptação da ex-EB1 Custódia Marques para a criação das respostas Centro de Alojamento de Emergência Social e Comunidade de Inserção, no valor aproximado de 61 mil euros, investimento a efetuar em 2017 e 2018.
- Projeto Família Global - Associação para a Inserção Sociocultural e Profissional da Família, para apoio à aquisição de equipamento e material necessário para o funcionamento do Gabinete de Optometria e Oftalmologia, no valor de mais de 19 mil euros;
- Apoio a 6 entidades para aquisição de viaturas para apoio ao funcionamento do Serviço de Apoio Domiciliário, no montante de 72 mil euros;
- Apoio a 48 entidades nas áreas de ação social e saúde, para a manutenção das suas atividades, no montante total de 126 mil euros.

No âmbito da gestão do parque habitacional foram desenvolvidas várias ações e iniciativas de cariz social, tendentes a proporcionar um bem-estar social cada vez maior aos munícipes, com particular relevância na manutenção das condições adequadas às famílias realojadas em habitação municipal, bem como colaborar na resolução das carências habitacionais que alguns munícipes ainda apresentam. Tem sido prática nesta área o acompanhamento e promoção da integração social das famílias, designadamente através do acompanhamento das famílias arrendatárias, tanto na organização de processos familiares como nas suas respetivas dinâmicas. Foram atribuídos fogos a famílias carenciadas bem como a jovens, no âmbito do programa de habitação jovem nos Centros históricos.



Realizaram-se diversas reparações de fogos que se encontravam devolutos a fim de proporcionar novas atribuições. O custo médio por fogo deste tipo de intervenções teve um aumento em 2017 devido sobretudo às condições de deterioração geral que os fogos apresentaram quando chegaram à posse da CMO, resultantes muitas vezes de despejos coercivos e atos de vandalismo. Realizaram-se adaptações de mais 13 fogos para pessoas com mobilidade reduzida, existindo para o efeito no Parque Habitacional Municipal (PHM) 100 fogos devidamente preparados, representando cerca de 3% do total de fogos.

De modo a permitir a integração social nas novas realidades urbanas, foram concluídas perto de 1.200 reparações em fogos ocupados do parque habitacional. Foram alvo destas intervenções 63 fogos e 21 espaços comuns abrangendo cerca de 18% do PHM.

Procedeu-se também ao acompanhamento técnico de todas as estruturas organizativas das populações locais, no sentido de apoiar e orientar as diferentes associações de moradores já constituídas, nas suas atividades socio culturais.

No final do ano iniciaram-se ações no âmbito dos Novos Programas de habitação Municipal, dos quais se destacam a preparação do lançamento de Concurso Público de Empreitadas de Obras Públicas (EOP), para construção de 27 fogos no Empreendimento habitacional da Quinta das Acácias, preparação para lançamento do Concurso Público EOP de construção de 12 fogos no Empreendimento Habitacional da Quinta dos Aciprestes, de 64 fogos no Empreendimento Habitacional do Alto da Montanha bem como a construção de 16 fogos no Empreendimento Habitacional do Parque da Junça.



ECONOMIA E EMPREGO

Apoio a **114** processos de Empreendedorismo

Foi realizado o acompanhamento e avaliação das dinâmicas empresariais de Oeiras, bem como a sistematização dos seus indicadores socioeconómicos de que resultaram os relatórios Dinâmica Empresarial de Oeiras, Tecido Empresarial de Oeiras e Oeiras na AML. Paralelamente realizou-se a análise trimestral dos dados respeitantes ao Desemprego em Oeiras, com base nos elementos disponibilizados pelo instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), comparando a informação obtida com o período homólogo e com a situação verificada na AML.

Desse modo, realizaram-se várias ações com vista a apoiar o empreendedorismo. Nesse contexto, desenvolveu-se a ação da Fábrica do Empreendedor (FE) e o Gabinete Empreende+, projetos desenvolvidos em parceria com a Agência de Empreendedores Sociais e a AERLIS, respetivamente, e que representaram um investimento do MO de cerca de 50 mil euros. O Empreende+ apoiou a organização de 114 processos, com o seguinte grau de desenvolvimento: 64 projetos em fase embrionária, 32 em desenvolvimento, 16 em fase de obtenção de financiamento e 2 com financiamento aprovado. Na FE foram integradas 139 pessoas em processos de *Job Mentoring*, 16 em ações de formação de curta duração, 41 integradas no mercado de trabalho, tendo sido estabelecidas, também, 23 parcerias com empresas do concelho.

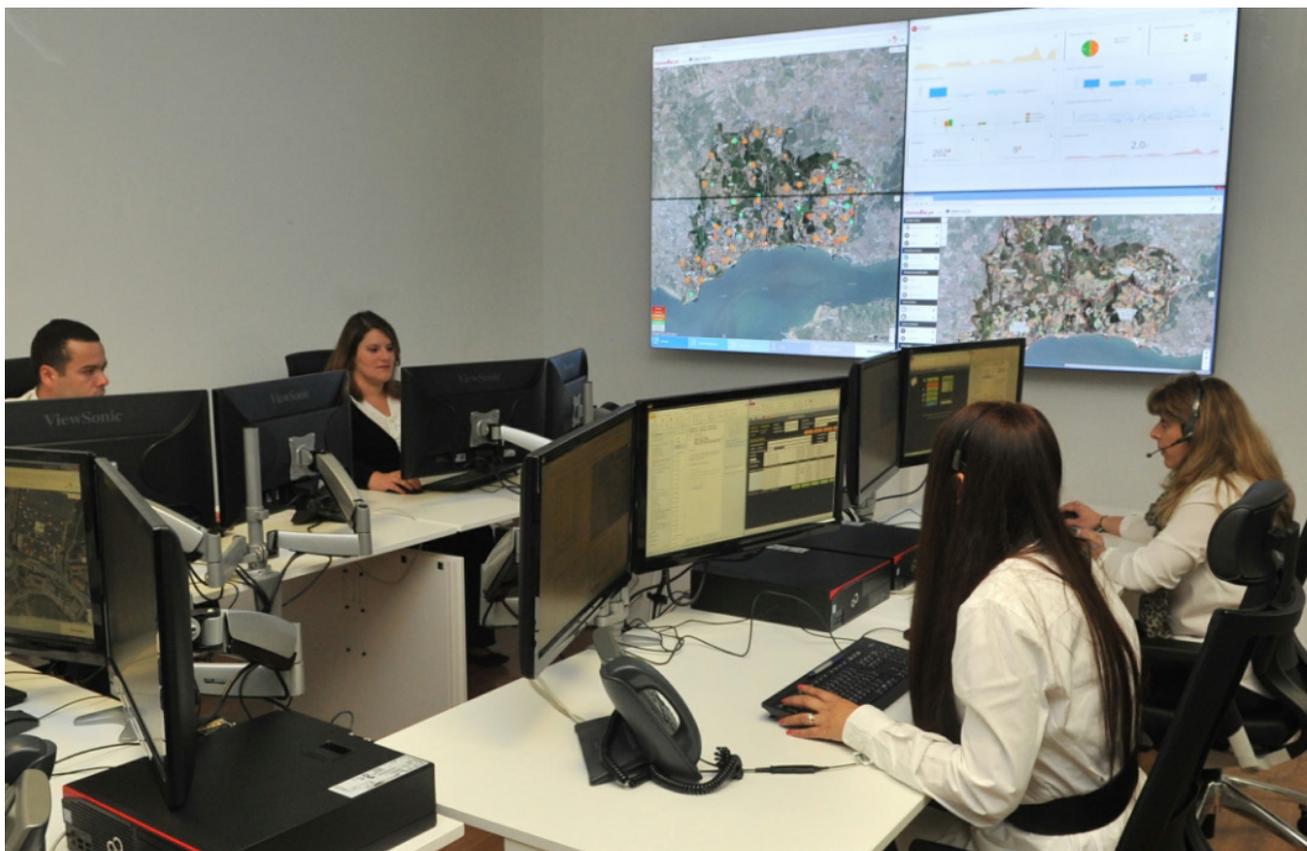


Procedeu-se à dinamização da RedOeiras+ com a constituição de dois grupos de trabalho e elaboração dos planos de ação respetivos: empregabilidade e qualificação; empreendedorismo.

O trabalho de proximidade desenvolvido pelos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) de Oeiras, Algés e Carnaxide, em estreita parceria com o Centro de Emprego de Cascais, originou no ano de 2017, a negociação de 2.763 ofertas de emprego.



INOVAÇÃO



SMART CITIES

WebApp

O MEU BAIRRO

8.900

Ocorrências/Reclamações

Num contexto de modernização da gestão pública, capacitando o poder local de ferramentas que permitam encarar de forma mais segura os desafios do futuro, as Cidades Inteligentes (*Smart Cities*) vão muito além do conceito de Cidades Digitais, uma vez que elas carreguem em si mesmas um paradigma completamente disruptivo de Governança Autárquica. Indo ao encontro destas expectativas, regista-se a implementação de um sistema de gestão *online* denominado Portal Oeiras *Smart City*, disponível para telemóvel, *tablet* e computador.

Esta nova ferramenta, digital incentiva a participação ativa dos munícipes no contributo para a resolução dos problemas do concelho, reforçando laços entre estes e a autarquia, obtendo-se assim uma redução de custos operacionais e orientação para uma governação mais transparente. Desse modo, para o efeito, foi criado o Centro de Controlo e Gestão de Ocorrências, que tem como incumbência a responsabilidade na gestão e centralização de todas as ocorrências submetidas ao MO e conseqüente monitorização dos cumprimentos dos prazos de resposta.

Foi registado um aumento substancial do número de ocorrências/reclamações rececionadas em 2017, como consequência do desenvolvimento e disponibilização da *WebApp O Meu Bairro*, na qual o cidadão reporta ocorrências através da sua georreferenciação, e da centralização de todas as ocorrências/reclamações provenientes de outros canais (*email*, telefone, carta) nesta plataforma. Paralelamente deu-se continuidade no desenvolvimento dos conteúdos para o novo portal institucional bem como para a solução CRM – *Client Relationship Management*, que permite a gestão do atendimento municipal e a visão 360º do munícipe, agregando o conjunto de interações que o mesmo

realiza junto do município, independentemente do canal definido para o efeito e das diferentes áreas de intervenção.

Concluiu-se o projeto para o Parque dos Poetas, de cobertura *Wifi* nas principais vias deste espaço, com ligação à rede de comunicações do MO. Encontra-se em fase de implementação uma aplicação que integra funcionalidades de mobilidade dentro do parque, com a localização e disponibilização de soluções de informação complementar das várias estátuas dos poetas (QRcode), gestão de eventos do parque, seleção por votação dos programas de fontes disponíveis, atividades/desafios de labirinto. Recorrendo a tecnologias de *IoT* é facultada informação relativa à disponibilidade dos WC's, qualidade do ar e contagem automática de pessoas (entradas e saídas) que permitam potenciar a utilização do espaço por parte dos munícipes e outros visitantes.

Ao nível da inovação no contacto com o cidadão foi dada continuidade à implementação da solução de gestão do atendimento que engloba três eixos de atuação:

- Sistema de gestão do atendimento "*Mobiqueue*", que permite gerir as filas de espera à distância, configurável e acessível via web;
- Aplicação *mobile*, a disponibilizar aos cidadãos que permite tirar senhas à distância e ser notificado quando próximo da sua vez;
- *Corporate TV*, integrado com painel do sistema de gestão de filas, o qual permite a gestão de conteúdos multimédia a apresentar em Televisores visíveis pelos munícipes.

Foi assegurada a conclusão da nova versão da aplicação do Salão Nobre Digital, integrando, entre outras funcionalidades, a capacidade de voto direto do executivo sobre cada proposta de deliberação, bem como a capacidade de existirem anexos ocultos e de acesso restrito para casos como os processos disciplinares.

Saliva



CULTURA E ANIMAÇÃO

Cultura

Através de esforços concertados dos vários serviços municipais afetos sobretudo à área da cultura, mas também em conjunto com outras unidades orgânicas foi desenvolvida uma programação diversificada, agregando a valorização do património histórico e a criação contemporânea, como fator dinamizador da economia e turismo local.

Foi neste contexto que se concluíram os trabalhos de ilustração, realizados por processos informáticos, de um álbum dedicado ao povoado pré-histórico de Leceia, o qual deu origem à produção de filme animado baseado nestas imagens. Realizaram-se 21 visitas guiadas, com um total de cerca de 650 pessoas, a este povoado pré-histórico, bem como às respetivas exposições permanentes e que se encontram patentes na Fábrica da Pólvora de Barcarena. Paralelamente foi elaborado parecer sobre a estação arqueológica paleolítica na calçada do Rei em Queijas, realizaram-se escavações arqueológicas em edifício na Rua Marquês de Pombal, destinado a Habitação Jovem no âmbito do projeto de reabilitação de Oeiras, com ocupações tardo-romana, alto-medieval, época moderna e época contemporânea, e sondagens arqueológicas nos terrenos da Quinta da N.ª Sra. da Conceição em Leceia, situados na zona de proteção especial do povoado pré-histórico de Leceia.

Ainda no âmbito arqueológico, teve lugar no Auditório da Câmara Municipal de Oeiras na Universidade Atlântica da Fábrica da Pólvora de Barcarena, o “I Colóquio Internacional sobre História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia”. Este contou com a participação de notáveis conferencistas nacionais e internacionais, atingindo um público de cerca de 70 participantes.

Estando classificado como monumento nacional desde 1940, o Palácio Marquês de Pombal assume-se como cenário singular para realização de eventos, tornando-se num polo de atração turística e cultural incontornável. Destaque neste contexto para iniciativas como o *Há Prova em Oeiras*, o festival internacional de Música de Câmara *Música no Palácio*, a *X Temporada de Música Antiga – West Coast Early Music Festival*, o festival *EDPCooljazz*, o *Curso Livre Em torno do Mobiliário do Século XVIII – o caso do Palácio Marquês de Pombal* e o evento de época *Natal no Palácio Encantado*.

Já o Parque dos Poetas, o único museu ao ar livre de Portugal, evidenciou-se como espaço privilegiado de oferta cultural e turística. Acolheu no mês de julho a 10.ª edição do Festival Panda um grande evento infantil orientado para crianças entre os 3 e os 8 anos de idade, dedicado a toda a família. Em setembro foi a vez de receber o festival Poetas da Língua Portuguesa, uma iniciativa cultural de celebração artística de diversos países lusófonos através da música, poesia, gastronomia, jogos tradicionais, entre outros.

Mas a oferta cultural do município não se restringe a estes espaços. O Centro de Arte Manuel de Brito, o Centro Cultural Palácio do Egipto, a Livraria Galeria Municipal Verney e a Galeria Municipal Palácio Ribamar são já referências culturais a nível de programação expositiva, com públicos fidelizados e oferta



diversificada. Ao todo foram 26 exposições que reuniram formas de expressão artísticas tão distintas e complementares como a pintura, a escultura, a fotografia e a cerâmica. Neste contexto importa realçar a consolidação do Serviço Educativo dos vários equipamentos culturais cuja programação pretende aproximar a oferta de produção artística e cultural da potencial procura da comunidade.

A Fábrica da Pólvora de Barcarena reúne atualmente condições para ser um espaço de referência a nível patrimonial, cultural e turístico. Para além



Museu
Pólvora Negra

3.300
Visitantes

do Museu da Pólvora Negra evidencia-se já como sendo o palco do Festival Sete Sóis Sete Luas e do Ciclo de Cinema ao Ar Livre, acolhendo habitualmente atividades fomentadas pela Comunidade Europeia e do Conselho da Europa no âmbito da comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios e do Dia Internacional dos Museus.

Oeiras acolheu ainda, no seu Jardim Municipal, a segunda edição do Festival Iminente, um evento cultural multi artístico com a curadoria de Vhils, que juntou a nova

música à nova arte, numa experiência de intensa proximidade coletiva. Este festival, que esgotou bilheteira, surge como uma oportunidade única de reunir convidados deste artista num evento que engloba as áreas da arte pública, música, cinema e poesia.

Realizou-se a 31ª Mostra de Teatro Amador do Concelho de Oeiras, que evidencia a aposta do município no Teatro, expressa também no apoio às companhias residentes do município: Companhia de Actores, no Auditório Municipal Amélia Rey Colaço; Custom Circus, nos Nirvana Studios; Drama X, no Auditório Municipal Eunice Muñoz; Intervalo Grupo de Teatro, no Auditório Municipal Lourdes Norberto; Teatro Independente de Oeiras, no Auditório Novo Espaço.

De salientar ainda a programação cultural dos Auditórios Municipais Eunice Muñoz, Maestro César Batalha e Ruy de Carvalho, que acolheram em 2017, entre outras iniciativas, o ciclo Vozes do Fado, o projeto musical Soam as Guitarras, os Clássicos em Oeiras, as Masterclass de Cinema "O Actor" de Lauro António, e vários espetáculos de Animação Infantil.

Foram produzidas três exposições fotográficas e documentais com forte retorno positivo em termos de opinião pública: Passeio Marítimo de Oeiras, patente naquele equipamento, Desportos Náuticos e Tradições Religiosas no Concelho de Oeiras.

As Bibliotecas Municipais têm um papel fundamental no contexto das políticas de desenvolvimento social e cultural do município, através de uma oferta diversificada de serviços e iniciativas para diferentes públicos com o objetivo da promoção do livro, da leitura e das literacias. Neste alinhamento, deu-se continuidade ao ciclo de conferências Livros Proibidos e Aldeia Global. O primeiro apela à reflexão sobre um dos temas mais transversais da história do pensamento, do livro e da leitura: a censura – *“Livros Proibidos em Portugal: o segundo sexo”* e o segundo ciclo sobre o *“Futuro Sustentável”*, de onde se destacam a organização de 17 conferências que registaram cerca de 1500 participantes.

O Auditório da Biblioteca Municipal foi palco para algumas das personalidades mais relevantes da política, literatura, religião e ciência nos darem a conhecer algumas obras da literatura universal que ao longo dos séculos foram proibidas por motivos religiosos, ou trouxeram à discussão da comunidade questões científicas e as relações entre a ciência e as outras áreas do saber.



Manteve-se a aposta na formação na área da promoção da leitura e da literacia digital, com 12 ações que atingiram um público de quase 190 participantes. Simultaneamente desenvolveram-se programas de extensão bibliotecária e cultural, em parceria com diversas instituições, para iniciativas fora de portas. Neste âmbito, foram realizadas 301 ações fora de portas em que se registou a adesão de mais de 5.300 participantes.

Pela importância da requalificação e gestão do património de história local, deu-se continuidade ao projeto Memórias de Oeiras, com a digitalização em concreto da Coleção Pombalina e obras do séc. XVII (cofinanciado pela Fundação Calouste Gulbenkian), difundido no *site* da internet Memória de Oeiras: <http://memoriasdeoeiras.cm-oeiras.pt>, um repositório cooperativo que proporciona o acesso a conteúdos e recursos digitais relacionados com o Concelho de Oeiras e o seu património histórico material e imaterial.

Um dos projetos mais antigos de promoção da leitura para o público adulto, Grupo de leitores, manteve a dinâmica através da realização de 45 sessões, em que foram abordados mais de 20 livros e onde se registaram 374 participantes. De salientar que estas sessões contaram com a presença de diversos autores e com a seleção para o Festival do primeiro Romance de Chambéry (França), cujo júri é constituído pelos utilizadores das Bibliotecas Municipais de Oeiras.



Durante os meses de julho e agosto assegurou-se o serviço de Biblioteca de Praia, instalado na praia de Paço de Arcos, aproveitando a sua localização privilegiada, onde se registaram 1.500 empréstimos de livros, jornais, revistas e jogos. Como forma de promoção deste serviço, realizaram-se 12 atividades para crianças obtendo a participação de 295 crianças.

Biblioteca de Praia

1.500 Empréstimos

Concretizou-se mais uma edição do Oeiras Internet Challenge – escolas, que visa conjugar a investigação *online* com a componente lúdica em torno das ferramentas de pesquisa, avaliação e seleção de informação nas diferentes fontes disponíveis na internet. Nesta edição foram abrangidos 509 alunos do 3º ciclo e ensino secundário das escolas de Oeiras, divididos por 97 equipas de 8 agrupamentos que participaram no torneio final e que envolveu o *Game Day*.

Com o intuito de reforçar a envolvência da comunidade com a biblioteca pública e dar novos rumos à aposta que as bibliotecas municipais têm realizado na área da tradição oral e da revitalização da memória coletiva, um dos vetores assumidamente crucial e determinante no desenvolvimento das literacias, deu-se continuidade ao projeto Histórias de Vida, um trabalho de recolha e registo de histórias de vida de pessoas

nascidas antes de 1955, permitindo ir ao encontro de um segmento de público crescente e para o qual urgia encontrar formas inovadoras de promoção à participação cidadã, à envolvência com a comunidade, às dinâmicas de grupo e ao combate à solidão. Este projeto conta já com um livro e com o site <http://historiasdevida.cm-oeiras.pt> onde se disponibilizam os conteúdos recolhidos.

Animação

No âmbito dos apoios a festividades e outras iniciativas foram atribuídos diversos apoios logísticos e financeiros para as festividades do Concelho de onde se destacam o apoio para fogo-de-artifício no montante aproximado de 53 mil euros. Neste contexto, destaca-se a celebração do aniversário do município onde é oferecido seis rotas aos que moram, trabalham ou visitam o MO: da música, do movimento, das artes, dos miúdos, dos jovens e dos arraiais.



165
mil pessoas

22
mil estrangeiros

80
Países

Voltou a realizar-se o NOS Alive, que contou com a 11ª edição, recentemente considerado um dos melhores festivais de música da Europa que continua a escolher Oeiras como palco dos grandes músicos nacionais e internacionais.



URBANISMO E REQUALIFICAÇÃO URBANA

No domínio do planeamento territorial deu-se continuidade aos trabalhos de monitorização do PDM de Oeiras, tendo por base os indicadores de avaliação definidos no seu relatório proposta. Da monitorização realizada foi elaborado o Relatório de Monitorização do Plano, sendo a sua consulta possível no *site* do PDMOeiras, onde também é possível consultar o *Dashboard* de monitorização da execução do plano quanto aos índices e aos usos. Nesta circunstância inscreve-se o projeto *Urban Analytics Hub*, desenvolvido com o intuito de tornar o território de Oeiras mais analítico e inteligente, influenciando positivamente a atratividade do município e simultaneamente fomenta a participação cívica, o qual se constitui como gerador de eficiências, inovação e conhecimento.

Foi apresentada e publicada uma metodologia para planeamento de espaços verdes para o Concelho de Oeiras no evento Internacional AESOP2017, em Lisboa, subordinado ao tema *Planning of Urban Green Areas on GIS Tools*.

Por via do processo de consulta pública do Plano Municipal de Redução de Ruído (PMRR) foi realizada sessão de discussão técnica direcionada para os serviços municipais e sessão de discussão técnica com as entidades responsáveis pelas Grandes Infraestruturas de Transporte. Posteriormente foi efetuada análise, tratamento e georreferenciação da informação recebida dos participantes e elaboração do relatório de consulta pública, dos quais resultou na preparação da proposta do PMRR e envio para a aprovação e deliberação da Assembleia Municipal de Oeiras, análise de reclamações e resposta a pedidos de parecer e preparação da proposta de metodologia do Mapa Estratégico de Ruído (MER) de 2ª geração.

Foi realizado o levantamento cartográfico das áreas ardidas no Concelho de Oeiras e seu lançamento na plataforma eletrónica SGIF do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Deu-se continuidade à recuperação do complexo do Palácio do Marquês de Pombal e de vários edifícios municipais. Simultaneamente foi dada continuidade à elaboração de 80 projetos para recuperação e requalificação de várias unidades escolares, de diversos espaços públicos, integrando requalificações paisagísticas. Paralelamente foram encetados estudos para a instalação de novos ossários no cemitério de Oeiras, bem como de estacionamento em diversos pontos do concelho.

Foram concluídas diversas obras relevantes para a estrutura urbana municipal, das quais se destacam a conclusão da obra do Passeio Marítimo fase Cruz Quebrada/Forte de São Bruno, Quinta Pedagógica fase A em Linda-a-Velha, estacionamento da frota municipal em Vila Fria, requalificação do parque de estacionamento das piscinas de Barcarena, Viaduto da Quinta da Fonte (1ª fase - troço poente) e construção da novas Secções de Limpeza de Algés e de Tercena.

Encontram-se em fase de desenvolvimento diversos estudos relevantes



estrategicamente, como são os casos da Ciclovia Empresarial (Estação de Paço de Arcos/Lagoas Park), Corredor prioritário de TCSP Miraflores/Alfragide, Prolongamento do Viaduto Quinta da Fonte para nascente (2ª fase), projetos de novas rotundas, reabilitação da Cascata da Quinta Real de Caxias e Reabilitação e reforço do molhe do Porto de recreio de Oeiras.

Relativamente a obras de menor dimensão, mas com grande impacto no quotidiano destacam-se a pavimentação de 3,12 km de faixa de rodagem, instalação de iluminação pública em diversos locais do concelho que careciam deste tipo de equipamento, remodelação da rede de iluminação pública, diversas obras de estabilização de taludes e repavimentações várias.

Ao nível da reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal foram desenvolvidas diversas atividades de melhoramento dos quais se destacam a elaboração de estudos prévios, para adaptação e ampliação de edifícios, implementação de nova sinalização em vários arruamentos, requalificações diversas, instalação de iluminação pública, reparação de pavimentos dos arruamentos existentes e demolições de construções desqualificadas.

No domínio da requalificação e reabilitação dos centros históricos, procedeu-se à recuperação e requalificação do espaço urbano e do património edificado assente numa gestão global e integrada do território, perceptível nas estratégias e ações promovidas pelos gabinetes dos centros históricos, que funcionam como interlocutores privilegiados entre os cidadãos e o município. Neste contexto foram realizadas diversas ações de recuperação/reparação e requalificação em diversos edifícios inseridos nos núcleos históricos do município.

Foi ainda aprovada a delimitação de 6 Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), designadamente Algés e Cruz-Quebrada/Dafundo, Caxias e Laveiras, Carnaxide, Oeiras, Paço de Arcos e Porto Salvo. Neste propósito e, de forma a prosseguir com a sequente aprovação das respetivas operações de reabilitação urbana, através de Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, foi realizada uma apresentação pública com os deputados municipais da Comissão Permanente do Ambiente e Ordenamento do Território.

No que se refere à recuperação do Património Histórico e Cultural foram desenvolvidas várias ações de reabilitação, conservação e restauro do edificado, de modo a preservar e valorizar o vasto e diversificado património existente no Concelho de Oeiras, tendo em vista cuidar o legado deixado pelas gerações passadas e perpetuá-lo às gerações vindouras. Desse modo, realizaram-se intervenções em diversas igrejas do concelho, no Centro Cultural Palácio do Egipto, no Palácio dos Aciprestes, entre outros.

Ainda no que confere aos Planos Municipais de Ordenamento do Território, efetuou-se o acompanhamento dos procedimentos e análise das propostas para a reprogramação relativa ao Plano de Ordenamento da Área Empresarial da Zona Norte de Caxias (antigas Pedreiras), com a atualização dos Protocolos de acordo com os principais proprietários envolvidos. Foi igualmente finalizado o projeto de execução relativo à Plataforma Superior das Fontainhas em Paço de Arcos.

Em articulação com o IPDJ e a FPF efetuou-se o acompanhamento do Plano de Gestão e Ordenamento do Complexo Desportivo Nacional do Jamor, designadamente a construção da II fase da Cidade do Futebol e consolidação das propostas para a Fase I.



Realizou-se o acompanhamento em articulação com a Parques de Sintra, Monte da Lua e outros Serviços Municipais, da finalização do Projeto EVA relativo à Bacia Hidrográfica do Jamor, envolvendo o Monumento Nacional do Palácio de Queluz e as Câmaras Municipais de Sintra e Amadora.

Efetuiu-se o acompanhamento, em articulação com várias entidades envolvidas, dos projetos da SBE da NOVA e Escola de Comunicações e informações da NATO. Prosseguiram os estudos para a reabilitação urbanística das antigas zonas Industriais de Queluz de baixo e Portela de Carnaxide, Fundação de Oeiras e AUTOSIL.

Deu-se apoio a estudos da Parques Tejo, no âmbito da oferta de estacionamento público, com destaque para as zonas das interfaces, áreas residenciais e empresariais. Foi feito o acompanhamento, conceção e conclusão dos estudos no âmbito de candidaturas a Fundos Comunitários, designadamente Ciclovias Empresariais, Canais Dedicados a TC e *Bike Sharing*. No sentido de se proceder à reconversão dos Mercados Municipais, elaboraram-se análises, e identificaram-se condicionantes e programas de ação.



UNIDADE
DE
SAÚDE
DE
ALGÉS

SAÚDE

Foi feito o desenvolvimento de cinco projetos de promoção e educação para a saúde desenvolvidos em meio escolar (Mun-Si, Programa Educação pelos Pares, Eu Passo..., Nino e Nina e Crescer a Brincar), em áreas de intervenção como a promoção da alimentação saudável, a promoção de competências sociais, afetivas e cognitivas, de forma a potenciar os fatores de proteção e reduzir os fatores de risco na criança, a promoção de competências psicossociais e de hábitos de vida saudáveis e a sensibilização, informação e educação em sexualidade e a adoção de comportamentos preventivos. No ano letivo 2016/2017, estes projetos abrangeram 3.103 alunos e 31 professores de 18 escolas do Concelho.

Ao nível dos cuidados primários de saúde, destaca-se a inauguração da nova Unidade de Saúde de Algés. Esta resultou da colaboração entre o Município de Oeiras e a ARSLVT, tendo o investimento na construção deste equipamento sido integralmente suportado pelo Município de Oeiras e que teve um valor global que ascendeu a 3,6 milhões de euros.

No que respeita à Saúde Pública foram realizadas 16 vistorias no âmbito do Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos de Retalho, 41 vistorias relativas ao Plano de Aprovação e Controlo de Cantinas Escolares e foram recolhidas 12 amostras com referência ao Plano de Vigilância de Resistência Antimicrobiana.

No domínio da ação social escolar, merece particular destaque a aprovação do Plano Municipal para a Atribuição de Auxílios Económicos no Âmbito da Ação Social Escolar, através do qual foram definidos e clarificados procedimentos no que respeita aos Transportes Escolares, Material Escolar e Refeições Escolares.



EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

Apoio Social Escolar
+ de 1,7 milhões de euros

Do global despendido em medidas de apoio social escolar, cerca de 1,7 milhões de euros, foram destinados quase 1,4 milhões de euros em refeições abrangendo mais de 6.600 crianças e alunos. Foram atribuídos subsídios de transporte escolar que beneficiaram mais de 1.000 alunos nas suas deslocações para escolas dentro e fora do concelho no montante superior a 250 mil euros. Foi disponibilizado material escolar no montante superior a 30 mil euros destinados a 1.330 alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico. Investiram-se mais de 43 mil euros em 30 bolseiros do ensino superior.

Foram celebrados os acordos de colaboração entre município, associações de pais e encarregados de educação e agrupamentos de escolas que regulam o funcionamento dos 28 centros de tempos livres em funcionamento nas escolas da rede pública no ano letivo 2017/2018.

Entraram em vigor os protocolos de colaboração com as associações de pais e encarregados de educação das EB Gomes Freire de Andrade (AE de S. Julião da Barra) e EB Cesário Verde (AE de Linda-a-Velha e Queijas) que regulam o funcionamento das atividades de animação e de apoio família para as crianças do pré-escolar nesses estabelecimentos.

Foram efetuadas 20 visitas a jardins-de-infância para acompanhamento do desenvolvimento das Atividades de Animação e de Apoio à Família geridas pelo Município e em que estão inscritas 181 crianças do pré-escolar.

Assegurou-se a oferta do programa de atividades de enriquecimento curricular para alunos do 1.º Ciclo em todas as escolas do concelho através de acordos de parceria com os agrupamentos de escolas, associações de pais e encarregados de educação, instituições particulares de solidariedade social e uma associação sem fins lucrativos. Este Programa funciona ao abrigo da candidatura ao financiamento da DGEstE, protagonizada pelo município no montante aproximado de 480 mil euros e abrange 3.165 alunos. Os restantes alunos beneficiam de AEC asseguradas com recurso a professores do quadro das Escolas.

Foi assegurada a gestão do pessoal de Ação Educativa, cerca de 700 elementos, a exercer funções nos 10 Agrupamentos Escolares e na Escola não Agrupada da Rede Pública. Durante o ano de 2017 foram admitidos 79 novos trabalhadores para substituir os trabalhadores das escolas por força de aposentações, rescisões, mobilidades e situações de doença.

Realizou-se uma ação formativa destinada aos conselhos administrativos das 11 unidades orgânicas escolares do concelho visando a harmonização de procedimentos e preparação para a utilização do sistema de normalização contabilística para administrações públicas - SNC-AP.

Nas 27 unidades de refeitório escolares de gestão municipal, são servidas 916.856 refeições a crianças e alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo. No âmbito da monitorização do funcionamento do serviço de fornecimento de refeições realizaram-se 299 visitas de acompanhamento e 80 inspeções e foram recebidas e tratadas 133 reclamações. Foram também realizadas

28 auditorias relativas à higiene e segurança alimentar nos 27 refeitórios de gestão municipal e no refeitório sob gestão da APEE da EB Jorge Mineiro.

Mantém-se a monitorização da plataforma de Gestão de Refeições e de Prolongamento de Horário em que estão inscritas 6.555 crianças do pré-escolar e do 1.º Ciclo de todas as escolas dos 10 agrupamentos de escolas do concelho.



Foram realizadas diversas intervenções no parque escolar da responsabilidade do MO visando a melhoria das condições dos equipamentos escolares proporcionando uma melhor qualidade de utilização por parte dos alunos e professores, onde se investiu um montante aproximado de 1,2 milhões de euros. Ainda neste contexto, foram transferidos cerca de 300 mil euros para realização de obras em 4 escolas, a fim de procederem à substituição de coberturas com amianto na sua composição e em mau estado de conservação.

Realizaram-se ainda aquisições de mobiliário que beneficiaram as condições ergonómicas e de conforto dos alunos do 1º e 2º ciclo, substituindo mobiliário degradado, tendo este apetrechamento um custo global a rondar os 75 mil euros.

O desenvolvimento de projetos na área da Educação continuou a merecer especial destaque em 2017. Deu-se apoio e acompanhamento aos projetos em desenvolvimento nas escolas da rede pública, nomeadamente o Projeto Aqui há Ciência que visa a melhoria das aprendizagens dos conteúdos científicos através do ensino experimental junto de crianças do pré-escolar e de alunos do 1.º CEB das EB Alto de Algés, da EB Porto Salvo e da EB Gomes Freire de Andrade; o Projeto Orquestra Geração iniciado no âmbito do Projeto Orquestras Sinfónicas Juvenis que integra alunos do 1.º e 2.º CEB do Agrupamento de Escolas Carnaxide-Portela distribuídos por 4 níveis de aprendizagem; o Projeto MUS-E de educação pela arte na EB Pedro Álvares Cabral do Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro e o Projeto Pré Programa de Competências e Programa Crescer a Brincar que visam a intervenção precoce em meio escolar junto de crianças e alunos.

Foi implementado nas 8 escolas com ensino secundário da rede pública o Projeto Inspira o Teu Professor que visa valorizar a figura do docente e alertar crianças e jovens para a importância que os professores têm nas suas vidas.

No início de maio foi disponibilizado o Guia de Matrícula 2017 – Como Matricular o seu educando numa Escola da Rede Pública que informa sobre o ingresso na educação pré-escolar e sobre os anos iniciais de ciclo, atendendo ao alargamento das competências do Município e ao alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano de escolaridade. O Guia foi disponibilizado através do Portal Institucional e do Portal da Educação, *sites* das Escolas e páginas institucionais do *Facebook*. Nesta plataforma, nas páginas do Município, o Guia alcançou 23.561 visualizações e 175 partilhas.

No que diz respeito à gestão da rede escolar, foi assegurada a centralização do processo de gestão de matrículas em estreita articulação com todos os agrupamentos de escolas. Neste âmbito foram tratados para os anos iniciais de ciclo (pré-escolar, 1.º, 5.º e 7.º anos do ensino básico e 10.º ano do ensino secundário) 17.408 candidaturas que envolveu a colocação até ao final de julho de 7.428 alunos. Entre agosto e dezembro foram ainda tratados cerca de 254 pedidos de vaga de anos intermédios de ciclo num trabalho conjunto e em rede com todos os agrupamentos de escolas assim como com a DGEstE. Foram respondidos 200 pedidos de esclarecimentos apresentados por pais e encarregados de educação para além do atendimento telefónico e presencial assegurado por técnicos do DE.

A manutenção do Portal e a reedição do Guia de Matrículas espelham a nossa determinação em privilegiar a facilidade no acesso à informação e a autonomia dos utilizadores, apostando-se na melhoria da resposta às necessidades das crianças e jovens que frequentam as nossas escolas.

Destaca-se neste âmbito a disponibilização na rede de ofertas educativas do Curso de Formação de Turismo Equestre na ES Aquilino Ribeiro que têm a sua componente prática para as aulas da componente específica na Hípica de Oeiras assim como a nova valência de jardim-de-infância na Escola Básica António Rebelo de Andrade com capacidade para acolher 50 crianças e aumentou em 25% a cobertura do pré-escolar em Oeiras e S. Julião da Barra.

Foi dada continuidade à organização de um conjunto de atividades junto das escolas do concelho, com maior incidência no pré-escolar e no 1º ciclo, através da realização de 212 sessões, com o intuito de despertar nos mais novos o gosto pelo livro, pela literatura e pelas literacias.

Realizou-se mais uma vez o programa de ocupação de tempos livres remunerados Tempo Jovem, que abrangeu **1.670 jovens** (com uma média mensal de 150 colocações), através da sua integração em serviços da Autarquia e entidades externas como Instituições Particulares de Solidariedade Social, Uniões de Freguesia e Organismos juvenis. Também à semelhança de anos anteriores voltou a realizar-se o programa de ocupação de tempos livres Mexe-te nas Férias, que se constitui como uma colónia de férias aberta e abrangeu **780 jovens** munícipes com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos e que se realizou em abril (férias da páscoa), em julho e agosto (férias de verão) e em dezembro (férias do natal).

Efetuiu-se o planeamento de eventos organizados em parceria com os organismos juvenis, fomentando a proximidade aos jovens munícipes, não descurando a dinamização da Rede de Juventude com os utilizadores habituais dos espaços geridos pelo Núcleo da Juventude.

Procedeu-se à requalificação de 10 escolas do ensino básico e jardim-de-infância do concelho tendo o seu custo ascendido a quase 890 mil euros.



TURISMO

Vinho de Carcavelos Villa Oeiras

Vendas
120 mil euros

Produção
9.818 garrafas

Por via da gestão e produção da vinha e do vinho Villa Oeiras, verificou-se uma produção de quase 61 ton de uvas brancas que permitiram a produção de quase 46 mil litros de vinho Carcavelos Villa Oeiras, possibilitando assim um retorno financeiro, por via da sua venda, que ascendeu a 120 mil euros, representando um aumento de mais de 18%. Foram engarrafadas 9.818 garrafas de vinho Carcavelos Villa Oeiras nas diversas categorias.

Com o objetivo de potenciar a atração turística no Concelho de Oeiras, foram organizados vários eventos. Releva-se a organização de mais uma edição da Mostra Gastronómica de Paço de Arcos, do evento Há Prova em Oeiras, do Passeio dos Automóveis Antigos e da XI edição do Magusto alusivo ao dia de São Martinho.





SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

Uma vez que se encontra suspenso, por parte da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), o processo de implementação das Equipas de Intervenção Permanente (EIP) nas Corporações de Bombeiros, dando assim resposta à portaria 1358/2007, de 15 de outubro, entendeu o MO que havia necessidade de reforçar a capacidade operacional dos Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município, pelo que, foi criado, em cada um dos Corpos de Bombeiros do Concelho, um Grupo de Primeiro Socorro (GPS), composto por 4 elementos.

Procedeu-se à atualização do Plano Municipal de Emergência de proteção Civil, segundo novos critérios e normas técnicas, tendo em vista o processo de aprovação está prevista a colocação em consulta pública em 2018. Por via da aprovação por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) do Plano Municipal de Defesa da Floresta, o mesmo encontra-se em execução por parte dos serviços municipais, bem como das demais entidades com intervenção na área territorial e administrativa do Concelho de Oeiras.

Ao nível administrativo promoveu-se uma inovação metodológica de despacho e orientação dos procedimentos administrativos, permitindo a conclusão mais célere dos processos, diminuindo o peso administrativo, tornando-se relevante tendo em conta a escassez de recursos humanos nesta área.

Foram exercidas ações de vigilância dos espaços públicos em matéria de segurança, em coordenação com as forças de segurança, dado o seu efeito dissuasor sobre a prática de incivilidades e factos que consubstanciam a prática de contraordenações e crimes (atos de vandalismo), fatores geradores de insegurança.

No tocante aos índices de criminalidade e insegurança do concelho, por via da sua Polícia Municipal, e em articulação com as forças de segurança, tem-se procedido ao aumento da visibilidade de Agentes policiais vocacionados para a segurança das pessoas e dos seus bens.

Foi promovida a colaboração estreita entre as forças de segurança municipais e as equipas que prestam auxílio e socorro, com o intuito de uma melhor prevenção, emergência e resposta, aumentando desta forma a sua eficiência e eficácia nas ações de proteção e socorro.



DESPORTO E VIDA SAUDÁVEL

Na prossecução da sua missão de promoção e generalização da prática de atividade física e desportiva, a ação do MO em 2017 promoveu a sua atuação tendo em conta as suas principais linhas de atuação:

- Apoio ao associativismo desportivo;
- Projetos e ações de promoção da prática de atividade física e desportiva;
- Dinamização de eventos;
- Instalações desportivas.

No âmbito do associativismo desportivo, o ano de 2017 foi o segundo ano de implementação do regulamento de apoio ao associativismo desportivo de Oeiras (RAAD), que naturalmente decorreu com maior eficiência no processo. De forma global, os apoios financeiros concedidos neste contexto atingiram um valor próximo dos 1,35 milhões de euros, significando um acréscimo de aproximadamente 30% relativamente ao ano transato, que se explica pelo maior investimento nas obras, manutenção e aquisição de equipamentos:

- Atividade Regular – 45 entidades apoiadas no montante global de cerca de 733 mil euros;
- Projetos Pontuais - 14 entidades apoiadas no montante aproximado de 81 mil euros;
- Obras e Manutenção/Aquisição Equipamentos – 17 entidades apoiadas no montante que ascende os 533 mil euros.

No que se refere aos apoios não financeiros, foram concedidos 199 apoios logísticos (grades, som, transporte, etc.) a 29 entidades, entre os quais, 137 cedências autocarros.





No âmbito dos projetos e ações de promoção da atividade física e desportiva foram mantidas as atividades regulares – Programa 55+ e Atividades de Ar Livre - que no seu conjunto atingiram aproximadamente 3.200 participantes, bem como as iniciativas de divulgação, onde se destacam as ações municipais de encerramento da Marginal, mas que incluem igualmente dezenas de eventos realizados em parceria com entidades externas, e que abrangem públicos muito diversos. No global, estima-se que estiveram envolvidos nestas ações mais de 65.000 participantes, sendo que as mesmas incluem desde atividades formativas, a projetos de intervenção, iniciativas regulares e pontuais, ao longo de todo ano. Repetindo a tendência de crescimento dos últimos anos, a 35ª edição do Troféu CMO - Corrida das Localidades, atingiu aproximadamente as 7.600 participações, numa média de 870 participantes por prova, num total de 12 provas, tendo abrangido idades dos 6 aos 85 anos.

No que se refere à organização direta de eventos desportivos destacam-se a forte participação na Marginal à Noite e Corrida do Tejo, que em conjunto mobilizaram cerca de 16.000 corredores. Merecem, também, destaque o Triatlo de Oeiras e a Travessia de Águas Abertas Bessone Bastos que continuam a constituir-se como referência no panorama nacional das modalidades. A concretização de todas as atividades incluídas nos vetores da promoção da atividade física e desportiva e organização de eventos representam um investimento municipal a rondar os 250 mil euros, sendo que representam apenas uma parte dos custos das atividades, que têm um grau de autofinanciamento elevado.

Finalmente, de referir o Contrato Programa de compensação de preços sociais celebrado com a Oeiras Viva EM, que representa um investimento de 300 mil euros, e cujo objetivo é a comparticipação dos custos de atividade no sentido de reduzir o custo para o utente e incentivar a sua utilização.

No que concerne às instalações desportivas municipais, foi realizado em 2017 a atualização da carta de equipamentos desportivos. Dentro deste processo, foi realizado um levantamento sobre as condições efetivas dos polidesportivos descobertos, o qual terminou numa proposta de intervenção com medidas de curto, médio e longo prazo de acordo com a premência no que diz respeito à segurança e utilização. Por outro lado, foi mantido o apoio ao apetrechamento e manutenção dos equipamentos desportivos nas escolas.





AMBIENTE E VIDA ANIMAL

Ambiente

No âmbito ambiental e vida animal, deu-se continuidade à promoção e sensibilização ambiental através dos projetos de ocupação dos tempos livres em atividade de promoção da cidadania ambiental ativa, com ênfase no sentimento de pertença e respeito pelos espaços públicos comuns, na prestação de informação e sensibilização ambiental porta-a-porta, dinamização de eventos e atividades ambientais de ar livre que promovam o envolvimento dos cidadãos, aos espaços verdes municipais, ecossistemas ribeirinhos, costeiros e um maior conhecimento da biodiversidade local, tendo a temática animal continuado a ser uma das temáticas de maior enfoque durante o ano de 2017.

Educação Ambiental

2.022 atividades

16.928 participantes

Em matéria de educação ambiental, realizaram-se 2.022 atividades com o envolvimento de 16.928 participantes destacando-se para o efeito a continuidade no que concerne à estratégia municipal de educação ambiental, através do Programa de Educação Ambiental nas Escolas, onde se realizaram 523 atividades em articulação com 35 parceiros, tendo sido envolvidos 13.406 alunos, professores e auxiliares de educação. No âmbito da Campanha Display foram afixadas 27 etiquetas energéticas em 27 escolas.

O programa Bairro Limpo desenvolveu atividades em 3 bairros municipais (Outurela, Navegadores e Pombal) onde foram envolvidos 309 participantes e recolheu-se 23 ton de resíduos. Foi realizada campanha de sensibilização sobre resíduos, limpeza urbana, boas práticas na utilização de água e energia a 200 alunos da escola do bairro, inquéritos sobre pegada ecológica a 220 moradores, 36 participantes em *workshop* de boas práticas e 3 ações ao comércio.

Deu-se continuidade ao projeto Jovens em Movimento, que em 2017 teve 638 jovens e monitores envolvidos em ações de limpeza e manutenção de ruas, praias e jardins. Neste projeto foram recolhidas 339 toneladas de resíduos, distribuídos 7.295 comunicados porta-a-porta, com informação sobre resíduos e espaços verdes e 4.374 materiais de promoção de boas práticas ambientais (eco-cinzeiros).

Desenvolveram-se através de Eco-Conselheiros 1.232 ações de informação e sensibilização ambiental ao comércio e serviços, com distribuição de comunicados sobre boas práticas para a deposição de resíduos nos novos equipamentos subterrâneos.

No âmbito da Compostagem Doméstica, projeto implementado no MO há já alguns anos, foram entregues este ano 95 recipientes em moradias com jardim, escolas e empresas tendo atingido em 2017 cerca de 1.998 moradias abrangidas. Paralelamente foram realizadas 13 ações de sensibilização ambiental, envolvendo 285 participantes.

Realizaram-se 12 eventos além da Comemoração de Dias Ambientais Temáticos onde se obteve no total 14.285 participantes em parceria com 227 entidades externas. Levou-se a cabo uma iniciativa no contexto do Plano Municipal Arborização/Comemoração da Primavera com a adesão de 121 participantes voluntários. Aderiram 10 participantes na comemoração do Dia do Fascínio das Plantas e 30 participantes na Exposição Casa Eficiente, realizada no Centro Comercial Alegro no âmbito do Dia Nacional da Energia, integrado na Semana do Município Saudável. Obteve-se ainda a adesão de 512 participantes nas atividades realizadas no Dia Mundial do Ambiente e 25 participantes no Dia Mundial da Conservação da Natureza.

Realizaram-se 3 exposições em diversos espaços municipais com os temas Casa Eficiente, Projeto Eixo Verde e Azul, Política Animal em Oeiras.

Foi efetuado levantamento das principais espécies de fauna e flora existentes no município, no âmbito do projeto Oeiras tem vida, para posterior elaboração de materiais de divulgação da biodiversidade existente no município.

Realizou-se a 6ª edição do projeto Família Oeiras Ecológica VI, com a realização de ações de sensibilização a 50 famílias, para a alteração de comportamentos face ao consumo hídrico, energético, hábitos de mobilidade e de reciclagem.

No âmbito da qualidade das zonas balneares, à semelhança de anos anteriores, foi feito o acompanhamento, monitorização e divulgação da qualidade das águas balneares das Praias da Torre, Sto. Amaro, Paço de Arcos e Caxias. Foi feita a dinamização de 17 *ateliers* de sensibilização ambiental nas praias atingindo os 290 participantes. Deu-se continuidade ao projeto *Meo BeachCam* nas praias da Torre, S. Amaro de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias. A intervenção ao nível da limpeza do areal e dos equipamentos de deposição de RSU realizou-se ao longo de todo o ano, sendo recolhidas cerca de 55 a 60 toneladas de resíduos.

No domínio das Hortas Urbanas, foi feita a gestão de 3 conjuntos de hortas já existentes (Outurela, Cacilhas e Moinho das Antas) atingindo um total de 80 participantes. Simultaneamente foram realizados 2 *workshops* sobre temas de agricultura biológica.

No contexto de Controlo e Prevenção de Cheias, foram desenvolvidos diversos trabalhos de Limpeza e Desassoreamento de Linhas de Água do Concelho, que resultaram na remoção de sedimentos acima da cota da água e respetiva desobstrução (remoção de sedimentos rochosos e lenhosos) do Rio Jamor entre a Quinta da Gandarela e Queluz de Baixo numa extensão aproximada de 3 quilómetros, na remoção do excesso de sedimento acumulado no leito da Ribeira da Freiria, através de limpeza mecânica, desobstrução do troço terminal a céu aberto da Ribeira de Queluz de Baixo e que confina com a Estrada Consiglieri Pedroso,

através de limpeza manual e limpeza do troço da Ribeira da Laje compreendido entre a Ponte da Rua Desembargador Faria e a entrada do Jardim Municipal junto ao edifício do Centro de Apoio Animal numa extensão aproximada de 450 metros.

Foi submetida a candidatura ao Programa ECO XXI – Municípios Sustentáveis 2017, que valeu a Oeiras a atribuição do Galardão ECO XXI. O Município de Oeiras esteve ainda presente no Seminário de Formação Avançada Relatórios de Sustentabilidade – GRI *Sustainability Standards*.



Procedeu-se, no domínio da gestão e manutenção de espaços verdes, entre outras atividades, à requalificação da área canina e jardim municipal de Algés, dos jardins municipais de Caxias e Paço de Arcos, dos espaços verdes do Palácio dos Aciprestes, ao transplante e plantação de árvores e à requalificação do património arbóreo de Caxias e na Rua Major Afonso Palla.

A dimensão dos espaços verdes tratados do MO ascende a 262 ha, dos quais 10 ha são mantidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades. Dos restantes 252 ha, 20 ha foram mantidos por administração direta, sendo os restantes mantidos através de contratos de

prestação de serviços externos. Neste âmbito foram ainda, entre outras atividades realizadas por administração direta, realizadas 4.206 podas de árvores, plantadas 157 novas árvores e lavadas para efeitos de combate de pragas cerca de 80 árvores.

Plantadas

157

Novas árvores

Em 2017 foram recolhidas cerca de 66,5 mil toneladas de resíduos urbanos, sendo que destas pouco mais de 58 mil toneladas correspondem a resíduos indiferenciados e, mais de 8,4 mil toneladas referem-se a resíduos seletivos, representando dessa forma, uma taxa de Recolha Seletiva a rondar os 13%. Ainda neste contexto, cada habitante do Concelho de Oeiras produz em média, anualmente, cerca de 386 kg de resíduos urbanos dos quais pouco mais de 49 kg correspondem a resíduos seletivos.

No que respeita ao Sistema de Deposição de Resíduos, deu-se continuidade ao plano de instalação de 500 equipamentos enterrados de grande capacidade, pelo que atualmente a taxa de concretização do projeto ronda os 47%, o que significa que foram instalados até à data 236 equipamentos, dos quais 161 equipamentos são destinados à deposição de resíduos indiferenciados e 75 para deposição de resíduos seletivos. De salientar ainda neste domínio que foram realizadas quase 6.400 lavagens de equipamentos de deposição e procedeu-se à reparação de quase 2.300 equipamentos.

A atividade de recolha de resíduos sólidos prestada a Grandes Produtores do Concelho de Oeiras, originou uma receita aproximada de 543 mil euros.

Política Animal

No âmbito da promoção e sensibilização para as questões animais, foi realizada a Feira Animal e Dia Animal em que participaram 8.000 pessoas. Ainda neste contexto realizou-se o 1º *Sunset* Canino que contou com a presença de 100 participantes, e a realização do 1º *Dog Park Paper* que contou com 150 participantes. Já nas atividades realizadas na Semana Europeia de Prevenção de Resíduos obteve-se a adesão de 235 participantes.



Realização

1º Dog Paper

Foram realizadas diversas vistorias de averiguação de situações de insalubridade e/ou bem-estar animal, igualmente, vistorias no âmbito do Plano de Controlo de Alojamentos de Animais de Companhia e a Centros de Atendimento Médico Veterinário. Foram encetadas campanhas de adoção de animais, através da divulgação dos diversos canais de comunicação institucionais, bem como foram realizadas ações de esterilização destes animais.

Participação na Feira de Solidariedade promovida pelo colégio Monte Flor em Carnaxide, onde foi divulgado o trabalho do Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Oeiras (CROAMO) e em que se sensibilizou a comunidade educativa para a sua importância no nosso município. Neste contexto, e no que concerne ao Programa de Educação Ambiental Escolar, foram realizadas visitas ao CROAMO tendo sido envolvidos 329 alunos e 14 professores, à semelhança da colaboração em atividades de escuteiros em que 34 crianças e 6 dirigentes realizaram visitas a este centro.

Em parceria com a Ordem dos Médicos Veterinários foram atribuídos 113 Cheques Veterinários a famílias comprovadamente carenciadas.

No Centro Animal foram adotados 585 gatos e foram realizadas 1.150 intervenções.

Cheques Veterinários

113 atribuídos a

Famílias Carenciadas



GOVERNAÇÃO MUNICIPAL

No âmbito de um novo paradigma de gestão pública, por via da adoção de medidas que se enquadram numa Nova Governação Pública, em articulação com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), promoveu-se a implementação da iniciativa Licenciamento Zero – (Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril), e da Diretiva de Serviços – (Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho) que estabelece a redução dos encargos administrativos sobre o cidadão e as empresas, através da eliminação de licenças, autorizações e outros atos permissivos.

Tem sido efetuado o acompanhamento de algumas medidas de simplificação legislativa e administrativa com impacto no MO, no âmbito do programa Simplex +.

Deu-se continuidade à manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança (SIGQAS), através da realização de reuniões de acompanhamento com os vários Gestores de Processo/Interlocutores, de Auditoria Interna ao SGQ, realizada por uma Equipa Auditora Externa com a consequente elaboração do Plano de Ações Corretivas. Foi realizada, ainda no âmbito do SGQ a Auditoria Externa – Auditoria de acompanhamento ao SGQ já certificado, por parte da Equipa Auditora da Associação Portuguesa de Certificação (APCER), mas também à extensão da certificação do SGQ ao Processo Serviço Administrativo do Departamento de Obras Municipais de onde foi emanado o Plano de Ações Corretivas. Foi apresentado o Plano de Modernização Administrativa do qual fazem parte o SGQ e o SIGQAS.

Continuou a dar-se relevo ao processo de Avaliação da Satisfação dos Clientes, por via da aplicação de Inquéritos/Questionários de satisfação, à monitorização e medição dos processos “Gestão” e “Medição e Melhoria”, através da análise de dados relativos aos indicadores da Qualidade, espelhados no PDE.

Ao nível do arquivo municipal, e em colaboração com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas deu-se continuidade aos projetos normativos de âmbito nacional. Paralelamente manteve-se a colaboração no grupo de trabalho para a elaboração do Plano de Classificação para a Informação Arquivística da Administração Local (PCIAAL), bem como no projeto ASIA – Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística, criado com o objetivo de rever as atuais portarias de Gestão de Documento, numa perspetiva transversal a toda a Administração Pública. No âmbito da implementação da atual solução de gestão documental, foi realizada a formação a cerca de 200 colaboradores em sala, complementada com a formação em contexto *on job* aos utilizadores que assim o solicitaram.

Em matéria documental, iniciou-se o tratamento dos fundos *Associação de Socorros Mútuos de Oeiras e Associação Humanitária Cruz Azul* e continuou-se o trabalho do *espólio do Conde de Arrochela e Castelo de Paiva*, incluindo a sua vertente fotográfica, no sentido de enriquecer o catálogo do arquivo *online*.

Procedeu-se à transferência da documentação dispersa nos depósitos do Cemitério, dos Barrinhos e da Fundação de Oeiras, para o novo depósito do Parque dos Poetas.

O MO tem vindo a definir, a instituir e a gerir uma política de recursos humanos orientada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores, com o objetivo de atribuir elevados níveis de desempenho, envolvimento, e corresponsabilização, bem como a promover a partilha de conhecimentos e desenvolvimento de competências sociais, profissionais e organizacionais. A incessante procura de excelência dos serviços prestados e a crescente preocupação em garantir as obrigações legais e os objetivos organizacionais, tiveram um impacto elevado na atividade no decorrer do ano de 2017.

Tivemos, por um lado, a continuidade dos constrangimentos provenientes da Lei do Orçamento de Estado, ao nível da proibição da valorização remuneratória, com o inerente congelamento das progressões na carreira, bem como ao nível da gestão previsional do nosso efetivo/nº de trabalhadores, uma vez que tivemos sempre presente as regras espartanas de controlo da despesa com pessoal.

No âmbito da atividade de recrutamento, atenta a assunção pelo Município da competência de gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino do Concelho, houve a necessidade premente de dar cumprimento aos rácios estabelecidos por lei de trabalhadores por escola, tendo sido integrados nas áreas de Ação Educativa - 102 trabalhadores. Foram ainda integrados trabalhadores novos noutras áreas, nomeadamente área Administrativa - 1 trabalhador, Limpeza Urbana - 24 trabalhadores, Jardinagem - 16 trabalhadores, Condutores de Máquinas pesadas e Veículos Especiais - 5 trabalhadores e Gestão - 6 trabalhadores, totalizando 154 novos recrutamentos em 2017.



Formação Interna

53 ações

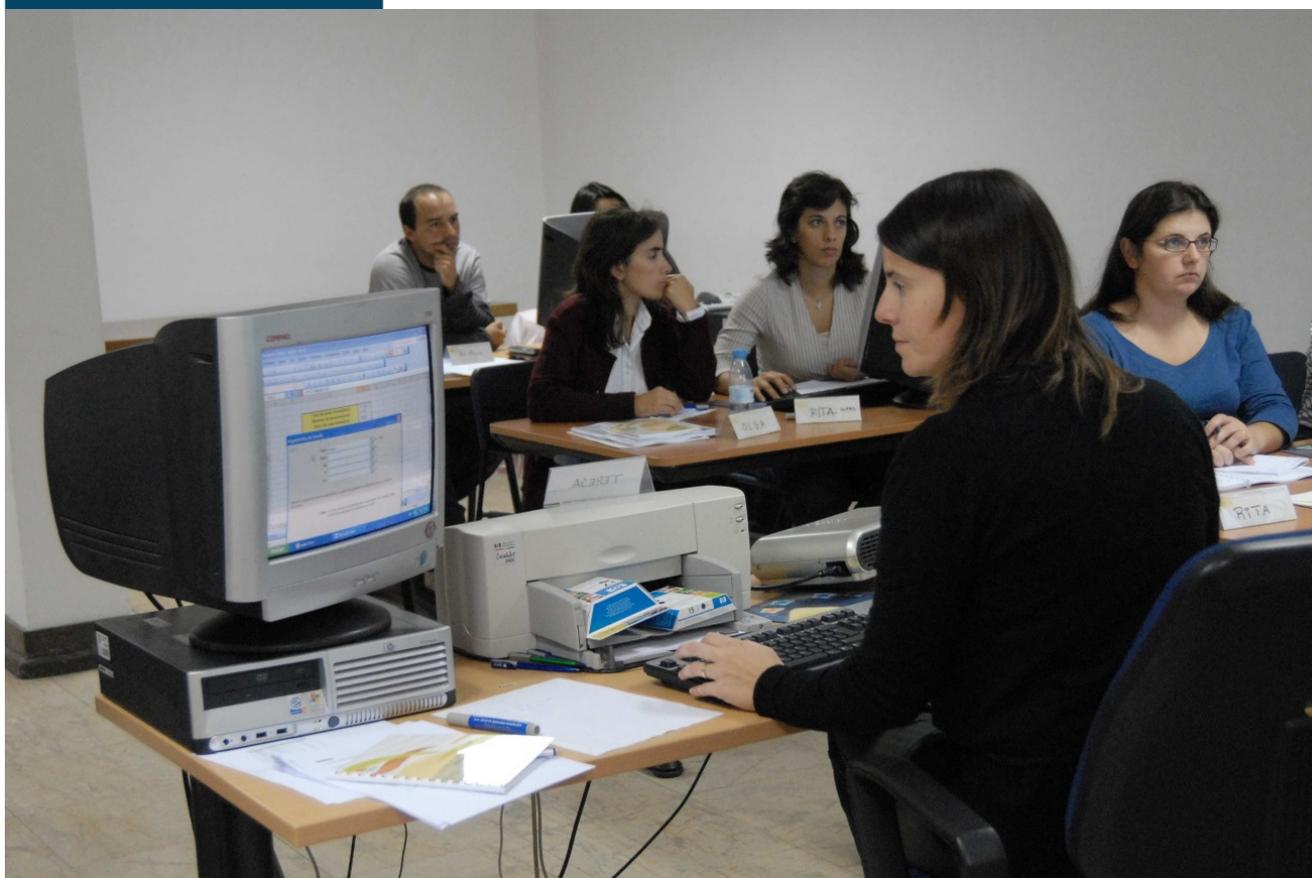
781 participantes

Formação Externa

147 ações

374 participantes

Atenta à sua missão, tem-se vindo a apostar cada vez mais no desenvolvimento de competências e valorização profissional dos trabalhadores através da adoção de um plano de formação estruturado e direcionado, como reflexo das necessidades elencadas pelos serviços e pelos trabalhadores, tendo subjacente um diagnóstico exaustivo e aprofundado. Incidimos especial foco nos trabalhadores afetos à área de ação educativa onde foram realizadas diversas ações de formação, nomeadamente ao nível comportamental, com especial relevo nas áreas de humanidades, ciências empresariais, informática, direito, proteção de ambiente e serviços de transporte. No global, foram realizadas 53 ações de Formação Interna com a frequência de 781 participantes, e foi disponibilizada 147 ações de Formação Externa com a participação de 374 trabalhadores do MO.



As oportunidades de Mobilidade Interna têm vindo a ser uma realidade crescente e constante, não só por se tratar de um instrumento de gestão com elevado impacto ao nível do desenvolvimento organizacional como também por apresentar reflexos ao nível da motivação dos trabalhadores, tendo-se registado 44 processos de mobilidade com um grau de satisfação de 90%.

Ao nível da responsabilidade Social interna, apoiamos trabalhadores em situação de vulnerabilidade económica e social, tendo-se identificado, em 2017, 93 problemáticas, das quais foram solucionadas ou encaminhadas 66, através de diversas medidas de apoio, com o objetivo de melhorar a respetiva qualidade de vida, bem como dos seus familiares. O apoio social

foi em alguns casos consolidado através do Fundo de Emergência Social (FES), que atua no contexto de situações de comprovada carência econômico e social, ou ainda através da articulação com parceiros sociais, por forma a contribuir para o desenvolvimento gradual das capacidades individuais, coletivas, sociais e profissionais. Por outro lado o atendimento social tem-se vindo a revelar um recurso fundamental no acompanhamento de trabalhadores e na procura de respostas sociais registando, em 2017, 177 atendimentos, tendo sido iniciados 43 processos e arquivados 12.

No âmbito da responsabilidade social externa, o Município tem vindo a promover a empregabilidade através dos Programas de Emprego Inserção e Emprego Inserção+ e desenvolvendo Programas de Estágio para pessoas portadoras de incapacidades (PEPPI), criando parcerias com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e com diversas Instituições de Solidariedade Social, por forma a combater a exclusão social. Deste modo, ao abrigo destes programas, foram integrados no Município 45 beneficiários/portadores de incapacidade em 2017.

Ao nível do Núcleo de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, temos vindo a garantir o apoio na doença ao trabalhador em atividade, bem como aos aposentados, e ainda estendemos o apoio aos familiares, através da realização de consultas médicas e de acompanhamento psicológico. Foram realizadas 2.866 consultas médicas e assegurados 925 atendimentos de acompanhamento psicológico a 62 trabalhadores.

No respeitante ao Plano anual de Medicina do Trabalho, foram efetuadas 1.634 consultas, nas quais também foram abrangidos os trabalhadores ao abrigo do contrato interadministrativo. Ao longo do ano de 2017 registaram-se 277 acidentes de trabalho, tendo sido todos acompanhados clinicamente e administrativamente.

No âmbito de Atividades de Promoção da Saúde foram realizados: 9 rastreios; 2 dádivas de Sangue (em parceria com o Instituto Português do Sangue); Vacinação da Gripe; Ações de Sensibilização e Workshops.

Deu-se início ao programa Nutricional Comer melhor para viver melhor, que se revelou um grande apoio para os trabalhadores que têm por objetivo melhorar os seus hábitos alimentares e que consequentemente obtêm resultados ao nível da diminuição do peso.

Dentro das várias aplicações que integram esta nova visão do futuro, foi desenvolvida uma aplicação em parceria com a CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) que integra o mapeamento das crianças alvo de monitorização por parte desta entidade, caracterizando os problemas reais das crianças, cruzando com os recursos existentes no município e que podem fazer parte da solução das problemáticas existentes.

Medicina do Trabalho

1.634 consultas

Acidentes de Trabalho

277 acidentes

No âmbito do desenvolvimento de aplicações informáticas que permitam alimentar o Sistema de informação Geográfica (SIG) Municipal, envolvendo diversas unidades orgânicas, promovendo assim a integração de base de dados e a melhoria dos processos internos, foram efetuadas diversas atividades ao longo de 2017, das quais se destacam:

- Desenvolvimento do Portal de dados Abertos que permite o acesso livre e generalizado a um vasto conjunto de dados sobre Oeiras e, tem como principal objetivo a reutilização dos dados para criar novos produtos e serviços, incentivar o desenvolvimento e instalação de novos negócios no MO, bem como estimular o desenvolvimento de trabalhos académicos que beneficiem o território de Oeiras;
- Foi desenvolvida a aplicação Subsídios de Transporte Escolar para gestão da atribuição de subsídios de transporte aos alunos;
- Desenvolveu-se a aplicação Área de Influência dos Espaços Verdes Urbanos que analisa a área de influencia os espaços verdes integrados na Estrutura Ecológica Municipal, na perspetiva da mobilidade pedonal, permitindo através de simulação, uma análise de ponderação sobre implantação de novas áreas verdes urbanas;
- Foi efetuado o desenvolvimento da aplicação Gestão Urbanística e Alvarás de Loteamento que permite a consulta e gestão de processos de operações e alvarás de loteamento;
- Foi criado um novo módulo no GeoPortal, Módulo Ambiente, que integra, entre outra informação, a referente a equipamentos de recolha de resíduos, hortas urbanas, praias, espaços de jogo e recreio, espaços caninos, etc.;
- Da necessidade de se efetuar a ligação entre o SIG (GeoPortal) e um serviço de ERP, foi assegurada uma solução que permite esta ligação, disponibilizando aos serviços uma ferramenta de consulta, exploração e gestão integrada do Património Imóvel Municipal;
- Desenvolvimento da aplicação Espaços Verdes e Cadastro Arbóreo, que permite a gestão dos espaços verdes, cadastro arbóreo, espaços de jogo e recreio e áreas caninas e ainda fiscalização dos trabalhos realizados pelas empresas de *outsourcing*.

Procedeu-se à atualização da informação relativa às unidades funcionais destinadas ao comércio e serviços existentes no Município. Este tema encontra-se disponível para consulta no GeoPortal, no módulo “Informação Geográfica Municipal”. No âmbito desta atualização, e com recurso à tecnologia *mobile mapping*, fez-se um levantamento vídeo (fotografias 360º processadas e georreferenciadas) do espaço público em todas as vias (transitáveis e pedonais) em que foi possível a circulação automóvel.

No âmbito do período de Programação Comunitária 2014 - 2020 e inerente à presença do Município de Oeiras no Conselho Metropolitano de Lisboa, deu-se continuidade aos trabalhos do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa (PDCT-AML) a concretizar naquele período. Inscreve-se neste domínio a submissão de candidaturas inscritas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que engloba o Plano de Mobilidade Sustentável, o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD). Foram ainda submetidas candidaturas no âmbito do POISE - Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego e do POCH - Programa Operacional Capital Humana, pelo que em 2017 foram submetidas 45 candidaturas.

No capítulo da adesão de Oeiras ao Pacto de Autarcas Integrado para o Clima e Energia, deu-se início dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Oeiras (PMAACO) em parceria com a Faculdade de Ciências de Lisboa. Foi também realizado um *Workshop* sob o tema Adaptação às Alterações Climáticas.

Relativamente ao apoio aos Órgãos Municipais realçam-se as atividades conducentes à preparação das 29 reuniões do Órgão Executivo e das 31 sessões do Órgão Deliberativo, bem como a elaboração de três atas adicionais referentes aos diferentes Conselhos/Comissões Municipais. Em consequência das eleições autárquicas de outubro último, foram efetuadas as diligências inerentes à tomada de posse dos novos órgãos executivo e deliberativo, tendo sido realizado um enquadramento designadamente sobre os procedimentos e regras essenciais de funcionamento deste órgão.

Realização de 4 Pequenos-almoços com Sustentabilidade com os temas: Ecologia Humana; Património Material; Riscos Ambientais e Planeamento Urbano; Territórios Colaborativos – com a presença de 213 participantes.

Foi efetuado o acompanhamento dos projetos aprovados na 1ª e 2ª edição do Orçamento Participativo: Quinta Pedagógica de Linda-a-Velha e Mercado Social e Cultural de Linda-a-Velha. Simultaneamente foi elaborada a informação contendo as questões a considerar para o relançamento do processo de Orçamento Participativo de Oeiras 2018/19.

Foi definido para este ano, no âmbito da gestão da frota municipal, dar-se continuidade à estratégia de renovação, tendo-se adquirido para o efeito 7 veículos totalmente movidos a eletricidade para serviços de limpeza urbana, sendo esta aquisição cofinanciada pelo programa Fundo Ambiental, uma vez que estes novos veículos vieram substituir outros que



foram por essa via abatidos. Foram igualmente adquiridas 10 viaturas em regime de aluguer operacional, sendo 4 viaturas ligeiras e 6 viaturas ligeiras de mercadorias. A adoção destas medidas permitiu a redução do consumo de combustíveis fósseis em cerca de 4% face ao ano transato.

Paralelamente procedeu-se ao abate de 61 máquinas de pequeno porte, de 13 viaturas, das quais se destacam 2 pesados de mercadorias e 3 pesados de serviço de recolha de resíduos, uma vez que se encontravam em estado de grande desgaste mecânico e economicamente a sua manutenção não era viável.

Num contexto de partilha de recursos internos, aumentando a eficiência dos serviços, no que diz respeito à partilha de viaturas da CMO foi possível através da aplicação XRPool responder a cerca de 94% do total de pedidos efetuados (12.635), registando-se assim um aumento da satisfação de pedidos em cerca de 9% face ao período homólogo. Foram ainda abertas cerca de 5.400 ordens de trabalho de manutenção de viaturas e máquinas, tanto manutenção preventiva como corretiva, das quais se concluíram quase 4.300.

Dando continuidade às políticas nacionais de descentralização de diversos serviços públicos, nomeadamente no que diz respeito à educação e à limpeza urbana, efetuou-se o acompanhamento da operacionalização da Delegação de Competências nas juntas de freguesias. Paralelamente foi prestado apoio às iniciativas festivas das freguesias.

No domínio jurídico foram criados 92 novos processos judiciais em 2017, sobretudo pelo aumento de processos para cobrança coerciva de valores em dívida no âmbito da habitação social e, pelo aumento de processos de impugnação tributária que visam a anulação do ato de liquidação das taxas de ocupação de subsolo com depósito de carburantes em postos de abastecimento. Relativamente a processos de acidente, foram instruídos 546 novos processos, dos quais foram concluídos 267, transitando para 2018 279 processos. Neste domínio há a considerar a diminuição do montante pago pelo Município a terceiros, o aumento da transferência de responsabilidade do Município para a companhia de seguros e aumento dos valores recebidos pelo Município devido ao aumento de ocorrências e implementação de novos procedimentos na gestão de processos.

Dos valores reclamados ao município (mais de 153 mil euros) apenas tiveram que ser assumidos pouco mais de 5 mil euros. Em contrapartida, a Seguradora do MO assumiu quase 63 mil euros representando um aumento de mais de 48 mil euros. No que concerne às indenizações requeridas pelo MO a terceiros no âmbito de processos de acidente, foi recebido a título de indemnização mais de 20 mil euros, significando um aumento de quase 7 mil euros face ao ano anterior.

Auditoria Interna

10 ações

24 recomendações

Na área da auditoria interna foram desenvolvidas 10 ações de controlo, que culminaram com a apresentação superior de 24 recomendações. Paralelamente foi realizada a atualização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão e ao preenchimento do Questionário sobre “Conflitos de Interesse na Administração Pública”, promovido pelo Concelho de Prevenção da Corrupção.

Foram submetidos 11 processos de contratos/escrituras, para efeitos de fiscalização prévia e concomitante do Tribunal de Contas, sendo que todos foram enviados dentro do prazo legal e os pedidos de esclarecimento por parte desse órgão de controlo externo, recolheram a argumentação do MO, tendo sido todos visados.

A aprovação de negócios jurídicos passíveis de titulação por escritura pública, designadamente, atos que operem transmissão de propriedade, aumentou ligeiramente em 2017, atingindo as 21 escrituras celebradas. No que respeita ao número de contratos celebrados por documento particular entre o MO e diferentes entidades, o número de contratos titulados foi de 448.

Com base no princípio da transparência, associado ao dever de divulgação aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, nomeadamente informação sobre a situação financeira da entidade, foram construídos relatórios e indicadores económicos e financeiros para informação à Assembleia Municipal e para divulgação no portal municipal, onde todos os *stakeholders* podem ter acesso facilmente.

De modo a garantir a divulgação de informação de cariz financeiro para reporte às entidades reguladoras, foi verificado frequentemente o limite da dívida total, em articulação com as empresas do setor local em que o MO detém participação. Paralelamente, foi realizada a análise dos fundos disponíveis, garantindo a estabilidade das operações financeiras do município, necessária quer à atividade corrente, quer à realização de investimentos.

Foi também remetido, pela sexta vez, o Reporte de Contas relativo ao exercício económico de 2016 relativo à atividade de Gestão de Resíduos Urbanos (RU), uma das três atividades objeto de regulação da ERSAR. Ainda neste seguimento, foi submetido o tarifário para 2018, o qual foi elaborado por aplicação dos primeiros 23 artigos do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado no Diário da República, 2ª Série – n.º 74, de 15 de abril de 2014, a que se refere a Deliberação n.º 928/2014 da ERSAR.

Durante o ano de 2017, foram tramitados cerca de 1.740 processos no âmbito da contratação pública, encontrando-se alguns ainda em tramitação. Deste total, mais de 85% dos processos criados em 2017 correspondem a processos de ajuste direto em regime simplificado.



Por tipologia de procedimentos de aquisição/locação de bens e serviços, tramitaram-se 196 procedimentos por ajuste direto (excluindo os que decorrem em regime simplificado) cuja pretensão de abertura de procedimento deram entrada em 2017. A sua tramitação na plataforma eletrónica não tem carácter obrigatório uma vez que o CCP não o obriga. No entanto, aludindo mais uma vez ao princípio da transparência, tem sido feito um esforço junto dos serviços para que procedem nessa conformidade. Assim, em 2017 foram desenvolvidos 132 processos na referida plataforma de contratação, correspondendo, a cerca de 67% do total, não representando grande oscilação comparativamente com o ano anterior.

Foram instaurados, ao nível de execução fiscal, 21.954 novos processos, dos quais 21.935 correspondem a processos de água com um montante de quase 954 mil euros. Os restantes 19 processos foram instaurados no âmbito da CMO com um valor pouco superior a 14 mil euros.

Na área de influência da gestão do Património, mais concretamente no setor dos Bens Imóveis, foram inventariados 12 novos bens, alguns ainda adquiridos em anos transatos cuja inventariação não tinha ocorrido. Foram abatidos 89 bens do património municipal por via de alienações, permutas, anexações de parcelas de terreno e clones. Ainda nesta esfera, deu-se continuidade ao projeto de delimitação das áreas de domínio público e privado, tendo-se atingido a ligação ao sistema de georreferenciação suportado pela cartografia do município.

No âmbito dos bens móveis, foram recolhidos 74 equipamentos multifunções do anterior contrato, tendo sido substituídos através da colocação de 92 novos equipamentos multifunções. Ainda neste contexto foram cadastrados quase 6 mil bens novos que foram adquiridos com contraprestação. Destes bens, cerca de 3,4 mil referem-se a equipamento destinado a diversas escolas do concelho. Foram ainda realizadas duas Hastas Públicas para alienação de bens móveis.

No que ao património histórico diz respeito, foram aceites doações a favor do MO, num valor total superior a 26 mil euros.

No que respeita à ocupação de espaços municipais, existem situações de cedências e comodatos que se encontram em regularização, além de algumas situações de pagamentos em atraso nos arrendamentos, que podem vir a dar origem a processos de contencioso. No entanto, face ao trabalho realizado neste sentido, foi possível aumentar a diferença entre as rendas recebidas e rendas pagas, sendo agora este saldo positivo em mais de 430 mil euros.

Está também em curso o projeto de reorganização dos armazéns do MO, que visa essencialmente a redução de *stocks* em quantidade e diversidade e consequentemente o seu valor em armazém, mantendo apenas *stocks* essenciais ao normal funcionamento dos serviços, por via de uma maior flexibilização de fornecimento por via de fornecimentos contínuos. Neste âmbito, encontra-se em análise o projeto de construção de novas instalações para os armazéns, questão essencial para o processo de melhoria contínua da sua gestão.

No que concerne à gestão dos seguros, tendo em conta a aquisição de seguros obrigatórios, de acordo com a legislação em vigor e aquisição de seguros para outros fins, tem-se verificado uma diminuição paulatina do valor pago, sendo em 2017 de mais de 564 mil euros, significando uma redução de mais de 30% face ao ano anterior.

Através da sua política de comunicação, o MO procedeu a diversas publicações, não periódicas de, livros, coletâneas, coleções e folhetos de cariz institucional. Neste âmbito procedeu-se à edição de três livros genéricos, sete catálogos e foram concebidos mais de 886 mil exemplares de materiais de divulgação institucional, envolvendo um valor aproximado de 300 mil euros.

Relativamente às publicações periódicas foram impressas e distribuídas cerca de 587 mil exemplares representando cerca de 129 mil euros.

Em articulação com os *media*, foram elaborados 343 comunicados de imprensa, para além do envio semanal da agenda das reuniões de Câmara e editais da Assembleia Municipal, entre outros. No conjunto de meios que integram o CAIR foram publicados 41 anúncios. Já no âmbito da monitorização dos Órgãos de Comunicação Social, foram selecionadas 11.112 notícias (31,3% na imprensa, 8,7% na TV, 2,1% na rádio e 58% na internet), com um AAV (*Automatic Advertising Value*) aproximado de 2,4 milhões de euros.

Num contexto promocional da imagem institucional foram desenvolvidas diversas campanhas promocionais com publicidade nos órgãos de comunicação social tanto a nível local, regional e nacional, na imprensa, nos cinemas, nas rádios, nas televisões e nos meios de transporte, representando um investimento superior a 160 mil euros.

No âmbito de uma maior proximidade com o cidadão foram geridos e atualizados os conteúdos do Canal Oeiras, canal corporativo, onde se estima um número mínimo de visualizações superiores a 3,5 milhões por ano. Através do lançamento do novo portal institucional do MO na internet, foram registadas mais de 2 milhões de visitas através de quase 600 mil utilizadores.

Devido ao facto do novo portal ser responsivo nas plataformas móveis motiva uma maior adesão aos conteúdos, representando assim as sessões iniciadas nos telemóveis e *tablets* cerca de 50% do total de acessos.

No que diz respeito ao Plano de Desenvolvimento Estratégico, é de referir que o mesmo teve uma execução média de cerca de 101%. Dos 7 eixos estratégicos definidos, foram atingidas ou superadas as metas em 5 eixos, não se tendo atingindo as metas em 2 eixos. Do total dos 20 objetivos estratégicos que alimentaram os eixos, de salientar que em 12 deles se atingiu ou superou as metas definidas, pelo que em 8 desses objetivos não se atingiram.

Constrangimentos Identificados

Numa perspectiva evolucionista da gestão autárquica e atendendo ao processo de melhoria contínua, as diversas Unidades Orgânicas que compõem o Município de Oeiras a nível organizacional, apresentaram alguns constrangimentos sentidos no desenvolvimento das suas atividades.

Nesse sentido destacam-se sobretudo constrangimentos ao nível de recursos humanos, equipamento obsoleto, alterações legislativas e dispersão física de edifícios e serviços.

No que concerne aos recursos humanos, os constrangimentos apresentados são por via de razões distintas. Nalguns casos é a falta destes meios por força de saídas que não foram devidamente acauteladas ou, crescimento e aparecimento de novos serviços, existindo assim recursos humanos em falta. Noutros casos, e devido à constante evolução de determinadas áreas, existe falta de recursos humanos devidamente qualificados tendo a organização maior dificuldade em desenvolver determinadas atividades. Outro fator apresentado por alguns serviços prende-se com uma elevada taxa de absentismo.

Quanto ao equipamento, devido às novas tendências, nomeadamente no setor tecnológico, nem sempre a substituição do equipamento foi devidamente tratada, originando constrangimentos na prestação dos serviços por falta de meios adequados, encontrando-se nalguns casos equipamentos obsoletos.

As frequentes alterações legislativas, sobretudo no âmbito da contratação pública, provocam alguns constrangimentos aos serviços, sendo identificado por essa via um aumento da burocracia, e dessa forma, uma maior morosidade nos processos.

Melhoria Contínua

Neste contexto, foram apresentadas algumas sugestões que visam aproximar os serviços prestados pelo Município de Oeiras a um patamar de excelência exigido pelos cidadãos.

Assim, foi sugerido um aumento das relações entre as várias unidades orgânicas, sensibilizando os dirigentes para o cumprimento de prazos de resposta, sobretudo enquanto fornecedores internos. Paralelamente foi apontada a necessidade de se melhorar e otimizar os processos internos, encontrando metodologias mais adequadas e inovadoras, aumentando a eficiência e a eficácia.

Por último, apontado como principal contributo de um serviço público adequado às novas realidades e exigências, é a capacitação constante dos recursos humanos, uma vez que são estes o garante de uma melhoria contínua que a organização necessita para a persecução do interesse público.



RELATÓRIO FINANCEIRO

Análise Orçamental

4. Análise dos Movimentos de Tesouraria

No triénio 2015-2017 os recebimentos registam um crescimento médio anual de 12,5%

O mapa dos Fluxos de Caixa faz a síntese de ligação entre a contabilidade orçamental, baseada nos princípios de caixa (cash basis), em que as receitas e despesas são registadas no momento em que se verifica o respetivo recebimento e pagamento, e a contabilidade patrimonial, elaborada na base do acréscimo (accrual basis), evidenciando os saldos iniciais e finais da conta de disponibilidades através do saldo de execução orçamental (ligação ao orçamento).

Apresenta a discriminação dos recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, desagregado por tipologia, corrente e capital, assim como as operações de tesouraria que representam os valores cobrados para terceiros.

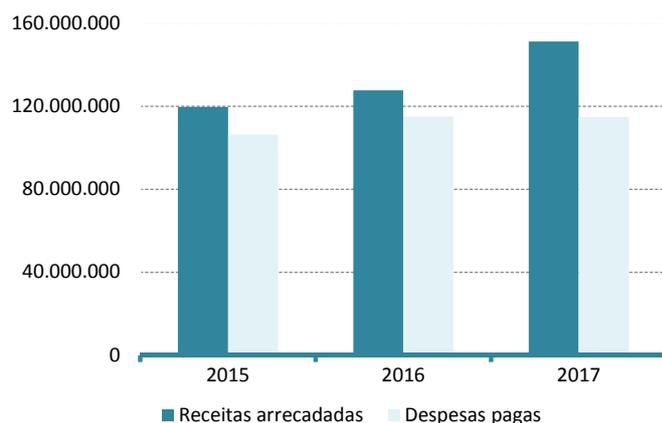
Q. 18 Realização dos fluxos de caixa

				unid: euros
Recebimentos				
Saldo da Gerência Anterior		50.145.631	Total Despesas Orçamentais	114.798.229
Execução Orçamental	47.557.011		Despesas Correntes	88.535.047
Operações de Tesouraria	2.588.620		Despesas Capital	26.263.182
Total Receitas Orçamentais		151.261.512	Operações de Tesouraria	9.768.612
Receitas Correntes	145.770.467			
Receitas Capital	5.384.270			
Receitas Outras	106.775			
Operações de Tesouraria		10.203.508	Saldo para a Gerência Seguinte	87.043.810
			Execução Orçamental	84.020.294
			Operações de Tesouraria	3.023.516
Total		211.610.651	Total	211.610.651

O Saldo da Gerência Anterior, que no Balanço se encontra registado nas contas 12 – Depósitos em Instituições Financeiras e 11- Caixa, ascende a 50,1 milhões de euros, com origem na execução orçamental da gerência de 2016. No exercício de 2017 foram arrecadadas receitas no montante de 151,3 milhões de euros e efetuaram-se pagamentos no valor de 114,8 milhões de euros, o que resulta num **saldo para a gerência seguinte de 87 milhões de euros**, valor que regista um crescimento de 73,6%, comparativamente a igual período do ano anterior.

Regista-se uma cobertura total das despesas correntes por parte das receitas orçamentais correntes enquanto o total das receitas orçamentais de capital em conjunto com as outras receitas manifestaram-se insuficientes para cobrir as despesas de capital, com um montante inferior em 79,1%. A análise, pormenorizada, às variações, encontram-se descritas em capítulo próprio.

G. 11 Evolução dos recebimentos e pagamentos



A comparação dos recebimentos e pagamentos, no último triénio, permite-nos verificar a tendência crescente dos recebimentos. No ano de 2017 destacam-se com uma variação positiva de 18,5% face ao ano anterior, suportado, principalmente, nos impostos diretos e indiretos.

Este crescimento dos recebimentos comparativamente com os pagamentos efetuados, tem originado saldos de tesouraria expressivos.

5. Enquadramento orçamental

A natureza de análise neste capítulo concentra-se na ótica de caixa – pagamentos e recebimentos, face à dotação inicial e corrigida.

O rigor na elaboração dos orçamentos previsionais tem como resultado uma subida da taxa de execução, a nível da receita com taxas superiores a 100% e na despesa taxas de a rondar os 80%, apesar de o ultimo ano se ter verificado um ligeiro decréscimo.

Q. 19 Evolução do orçamento

Período de análise	Dotação inicial	Dotação final	Receita cobrada	Tx exec.	Despesa executada	Tx exec.
	€	€	€	%	€	%
2015	121.501.185	131.558.045	127.989.044	97,3	106.311.161	80,8
2016	127.424.050	140.285.440	140.482.546	100,1	115.171.511	82,1
2017	128.023.360	155.260.352	178.271.286	114,8	114.798.229	73,9

O orçamento final do ano de 2017 regista um incremento de 21,3%, face ao orçamento inicial, em resultado da inclusão do saldo da gerência de 2016, no montante de 27.025.000 €, e do valor de 211.992€ correspondente à aprovação das candidaturas FAMI/ Plano Municipal de Oeiras para a Integração de Imigrantes e do Fundo Ambiental.

A execução da **receita**, na gerência de 2017, apresenta um crescimento de 14,8% face à dotação final e 26,9% face os valores realizados no ano anterior.

A **despesa efetuada** regista um ligeiro decréscimo face aos valores finais de 2016, na ordem dos 0,3%, e uma taxa de realização de 73,9% relativamente à dotação final.

Em suma, face à dotação final verifica-se que a receita apresenta valores superiores aos realizados em igual período do ano anterior e a despesa um ligeiro decréscimo.

Q. 20 Realização do orçamento por componentes: receita e despesa

Período de análise	Dotação inicial	Dotação final	Receita corrente	Tx exec.	Receita capital	Tx exec.
	€	€	€	%	€	%
2015	121.501.185	131.558.045	114.986.804	87,4	4.499.527	3,4
2016	127.424.050	140.285.440	126.694.517	90,3	746.839	0,5
2017	128.023.360	155.260.352	145.755.241	93,9	5.384.270	3,5

Período de análise	Dotação inicial	Dotação final	Despesa corrente	Tx exec.	Despesa capital	Tx exec.
	€	€	€	%	€	%
2015	121.501.185	131.558.045	79.041.098	60,1	27.270.063	20,7
2016	127.424.050	140.285.440	84.742.690	60,4	30.428.821	21,7
2017	128.023.360	155.260.352	88.535.047	57,0	26.263.182	16,9

5.1 Principais destaques vrs Rácios Orçamentais

Os rácios orçamentais, em 2017, continuam a evidenciar o controlo de gestão eficiente e rigorosa

Os rácios orçamentais registam em 2017 valores que demonstram o esforço para um maior controlo do orçamento, ou seja, uma gestão financeira mais eficiente em que o exercício orçamental previsional e a sua efetiva realização tendem a colidir.

Q. 21 Indicadores orçamentais

Designação	2015 %	2016 %	2017 %
RECEITA			
Execução da receita total	97,3	100,1	114,8
Execução das receitas correntes	94,5	102,0	116,1
Execução das receitas capital	295,2	23,1	201,6
Receitas fiscais / Receitas correntes	65,4	59,6	64,6
Receitas próprias / receitas totais	74,2	70,2	65,1
Receita corrente cobrada/Receita corrente orçada	94,5	102,0	116,1
DESPESA			
Execução da despesa total	80,8	82,1	73,9
Execução da despesa corrente	60,1	60,4	83,7
Execução da despesa de capital	71,6	71,7	53,0
Despesas com Pessoal / Despesas correntes	43,8	47,9	47,5
Despesa corrente paga / Despesa corrente orçada	84,4	86,6	83,7
EQUILIBRIO ORÇAMENTAL E DÍVIDA			
Saldo corrente (Rc-Dc) / Receita corrente	31,3	33,1	39,3
Serviço da dívida (J+A) /Receita corrente	4,9	5,5	2,5

A **receita total** regista um **acréscimo de 37,8 milhões de euros** face ao ano anterior, para esta variação contribuíram os valores realizados na receita corrente, com 19,1 milhões de euros e na receita de capital com 4,6 milhões de euros.

As receitas fiscais, continuam a ser as receitas com o peso mais significativo nas receitas correntes, revelam-se também as receitas que mais contribuíram para o acréscimo da receita corrente, quando comparadas com 2016.

Ao nível das **despesas totais** verifica-se, no ano em apreço, um **decréscimo de 0,3%** por força da redução de 4,2 milhões de euros das despesas de capital.

A taxa de cobertura das **receitas próprias** é um dos indicadores com destaque nesta análise, uma vez que regista todas as receitas municipais, desconsiderando as Transferências e dos Passivos Financeiros, e representam 65,1% do total das receitas. O decréscimo deste indicador, encontra-se suportado na diminuição do valor referente aos lucros transferidos pelos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora (adiante designado por SIMAS) em menos 1 milhão de euros face ao ano de 2016.

Este indicador permite aferir o grau de independência financeira municipal. Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias representem, pelo menos, 50% das receitas totais. O conceito de independência financeira não deve ser confundido com o de autonomia financeira, referido no art.º 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo este último referente ao facto dos municípios disporem de finanças e património próprio, cuja gestão compete aos seus órgãos.

A Independência Financeira pressupõe que os recursos financeiros proveem de receitas próprias, onde os impostos e as taxas têm um papel central e as transferências e os empréstimos bancários têm menor influência.

A variação positiva apurada nas despesas correntes ocorre essencialmente nas rubricas de transferências correntes, despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, ocorrendo uma redução de 29,2% nos juros e outros encargos.

A taxa de execução da receita corrente do Município, bem como a taxa de execução da despesa corrente, são demonstrativas do rigor e da prudência aplicados à preparação do orçamento.

A taxa de crescimento do saldo corrente em 2017, superior à ocorrida nas receitas correntes, faz com que o rácio que lhe está associado aumente face ao ano anterior.

Q. 22 Serviço da dívida

	2015	2016	% Var	2017	% Var
Serviço da dívida	€	€	16-15	€	17-16
Juros	1.907.933	99.396	-94,8	30.740	-69,1
Amortização	3.712.073	5.419.629	46,0	2.508.572	-53,7
TOTAL	5.620.005	5.519.025	-1,8	2.539.312	-54,0

O rácio do serviço da dívida regista, no ano em apreço, uma redução de 54 % face ao ano anterior, facto justificado pela amortização antecipada do empréstimo nº 9015/00006774/691 – Projetos de Investimento no ano de 2016.

5.2 Equilíbrio orçamental

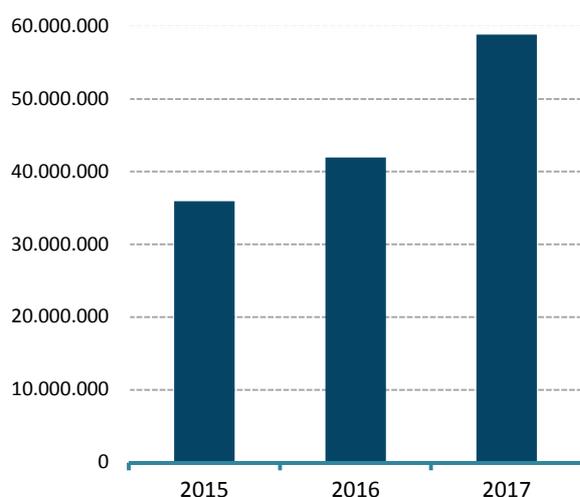
O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes

Q. 23 Equilíbrio orçamental

Designação	2015	2016	% Var	2017	% Var
	€	€	16-15	€	17-16
Poupança corrente	35.945.706	41.951.827	16,7	57.220.194	36,4
Equilíbrio orçamental	21.677.883	25.311.035	16,8	63.472.357	150,8
Saldo efetivo	24.915.747	31.506.456	26,5	66.607.434	111,4

A execução do orçamento do Município cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital. Em 2017, a poupança corrente foi de 57,2 milhões de euros, superior aos 27,9 milhões de euros previstos no orçamento inicial.

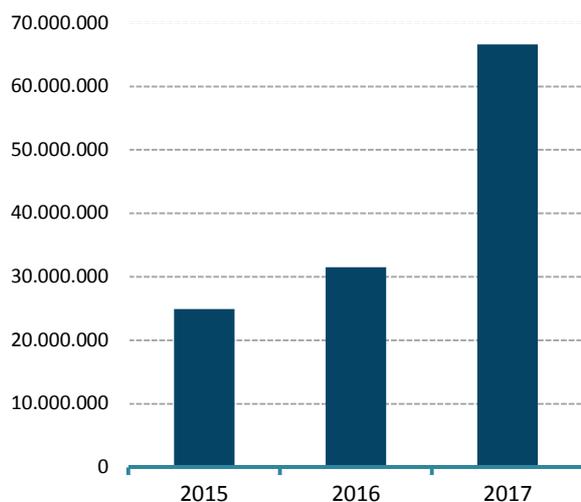
G. 12 Evolução da poupança corrente



A evolução da poupança corrente ao longo do último triénio permite verificar o desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização da dívida.

O acréscimo acentuado da receita corrente em 2017 relativamente ao ano anterior conjugado com um aumento, menos significativo, das despesas correntes influenciou a poupança corrente.

G. 13 Evolução do saldo efetivo



O novo regime financeiro das autarquias locais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais, o orçamento deve respeitar o equilíbrio efetivo, suportando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros).

Em 2017, o saldo global efetivo foi de 66,6 milhões de euros. O desvio entre o saldo global efetivo orçamentado e o que se alcançou no final do ano, resulta em grande parte, do saldo de gerência que transitou do ano de 2016, integrado no orçamento, em sede de revisão orçamental, dos montantes recebidos do financiamento das Unidades de Saúde de Barcarena e Carnaxide, por parte da ARS e PorLisboa, e dos Impostos Diretos.

A evolução do saldo global efetivo ao longo do último triénio, evidencia a capacidade de poupança do Município, facto que permitiu, de forma sustentada, manter e melhorar o equilíbrio das finanças municipais.

5.3 Execução orçamental

O detalhe da execução da receita e da despesa nas suas componentes, corrente e capital, a taxa de realização face ao orçamento final, bem como a comparação com os valores realizados nos dois anos antecedentes mostra-nos o controlo de gestão com a qual se tem norteado os princípios financeiros da Autarquia.

Q. 24 Evolução da receita e da despesa

Designação	2015	2016	Tx Var.	2017		Tx Var.
	€	€	16-15 %	Orçamento Final €	Receita cobrada €	17-16 %
Receita Corrente	114.986.804	126.694.517	10,2	125.565.062	145.755.241	15,0
Impostos Diretos	71.770.942	72.548.636	1,1	71.625.880	89.970.968	24,0
Impostos Indiretos	2.437.911	1.917.074	-21,4	1.975.080	1.669.451	-12,9
Taxas, Multas e Outras Penalidades	985.098	1.093.179	11,0	1.104.130	2.580.647	136,1
Rendimentos de Propriedade	3.153.631	4.243.108	34,5	4.215.630	3.539.354	-16,6
Transferências Correntes	21.706.818	28.805.255	32,7	29.418.312	30.038.674	4,3
Venda Bens e Serviços Correntes	14.575.963	17.200.713	18,0	16.816.100	17.729.303	3,1
Outras Receitas Correntes	356.441	886.552	148,7	409.930	226.843	-74,4
Receita Capital	4.499.527	746.839	-83,4	2.670.280	5.384.270	620,9
Venda de Bens Investimento	479.601,04	652.875	36,1	188.690	189.756	-70,9
Transferências de Capital	2.769.925,88	85.688	-96,9	2.477.390	4.988.426	> 100,0
Ativos Financeiros	1.250.000,00	0	-100,0	20	149.987	0,0
Passivos Financeiros	0	0	0,0	20	0	0,0
Outras Receitas de Capital	0	8.276	0,0	4.160	56.102	> 100,0
Total das Receitas S/ Reposições	119.486.330	127.441.357	6,7	128.235.342	151.139.511	18,6
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	152.713,48	179.799	17,7	10	106.775	-40,6
Total das Receitas C/ Reposições	119.639.044	127.621.156	6,7	128.235.352	151.246.285	18,5
Saldo da gerência anterior	8.350.000	12.861.390	54,0	27.025.000	27.025.000	110,1
TOTAL	127.989.044	140.482.546	9,8	155.260.352	178.271.285	26,9
Receita Efetiva	126.739.043,93	140.482.546	10,8		178.121.299	26,8

Designação	2015	2016	Tx Var.	2017		Tx Var.
	€	€	16-15 %	Orçamento Final €	Despesa paga €	17-16 %
Despesa Corrente	79.041.098	84.742.690	7,2	105.727.076	88.535.047	4,5
Despesas com o Pessoal	34.650.282	40.594.366	17,2	43.744.416	42.070.685	3,6
Aquisições de Bens e Serviços	33.128.240	31.122.271	-6,1	45.500.123	32.249.445	3,6
Juros da Dívida Pública	1.907.933	1.505.334	-21,1	1.130.873	1.066.151	-29,2
Transferências Correntes	8.287.609	10.355.967	25,0	14.099.555	11.973.935	15,6
Outras Despesas Correntes	1.067.035	1.164.752	9,2	1.252.108	1.174.830	0,9
Despesa Capital	27.270.063	30.428.821	11,6	49.533.276	26.263.182	-13,7
Aquisição de Bens de Capital	20.737.905	22.915.166	10,5	41.754.403	20.572.509	-10,2
Transferências de Capital	2.040.559	1.318.234	-35,4	4.325.509	2.406.308	82,5
Ativos Financeiros	775.792	775.792	0,0	776.000	775.792	0,0
Passivos Financeiros	3.712.073	5.419.629	46,0	2.674.364	2.508.572	-53,7
Outras Despesas de Capital	3.734	0	-100,0	3.000	0	0,0
TOTAL	106.311.161	115.171.511	8,3	155.260.352	114.798.229	-0,3
Despesa Efetiva	101.823.297	108.976.090	7,0		111.513.865	2,3

Q. 25 Indicador de realização orçamental

Indicador	2015	2016	Tx Var. 16-15	2017	Tx Var. 17-16
	€	€	%	€	%
Saldo Efetivo	24.915.747	31.506.456	26,5	66.607.434	111,4
Despesa Primária	99.915.364	107.470.756	7,6	110.447.713	2,8
Saldo Corrente	35.945.705	41.951.827	16,7	57.220.194	36,4
Saldo de Capital	-22.770.536	-29.681.982	-30,4	-20.878.912	29,7
Saldo Primário	26.823.680	33.011.790	23,1	67.673.585	105,0

O **Saldo Efetivo** regista um **crescimento superior a 100,0%** quando comparado com os valores realizados no ano de 2016, facto que se deve ao aumento da receita efetiva nas rubricas Impostos Diretos, Taxas Multas e Outras Penalidades, mas principalmente ao valor realizado da receita de capital. Para este saldo contribui também o valor do saldo da gerência de 2016 que, comparativamente ao valor realizado na gerência de 2015, observa um crescimento de mais de 14,2 milhões de euros.

O **Saldo de Capital**, que resulta da diferença entre a receita de capital e a despesa de capital, indica que a receita de capital foi insuficiente em 20,9 milhões de euros para liquidar os pagamentos efetuados na despesa de investimento, no entanto face ao ano anterior apresenta uma variação positiva o que significa que a percentagem de cobertura do investimento passou de 2,5% em 2016 para 20,5% na gerência de 2017.

O **Saldo Primário**, que decorre da diferença entre a receita efetiva e a despesa primária (despesa efetiva excluída da rubrica de juros e outros encargos) regista um crescimento de 34,7 milhões de euros quando comparada com a gerência anterior.

6. Análise da Receita

A receita regista valores que ultrapassam o valor previsional em mais 23,2 milhões de euros, não considerando a incorporação do saldo da gerência

6.1 Alterações e revisões orçamentais da Receita

Q. 26 Origem do acréscimo de dotação

Designação	Orçamento inicial	Orçamento final
	€	€
Receita corrente	125.353.070	125.565.062
Receita de capital	2.670.280	2.670.280
Saldo da Gerência Anterior		27.025.000
TOTAL	128.023.350	155.260.342

O valor do orçamento final da receita foi determinado pela incorporação do saldo de gerência e pela aprovação das candidaturas efetuadas ao Fundo Ambiental, com o valor de financiamento no montante de 127.413 € para aquisição de 7 veículos, totalmente elétricos, para a limpeza urbana e ao FAMI (OE2-Integração e Migração Legal) fundo que viabiliza a implementação do Plano Municipal de Oeiras para a Integração de Imigrantes, elaborado pelo Município, com a comparticipação de 84.579 €, que se consubstancia num reforço total de 27,2 milhões de euros quando comparado com o orçamento inicial.

6.2 Execução Orçamental da Receita

A **Receita** cobrada, no ano em análise, regista uma variação positiva de **26,9%**, se considerarmos as outras receitas (RNAP's e o Saldo da Gerência anterior), face ao valor realizado na gerência de 2016, no entanto se atendermos à receita total (corrigida das RNAP's e Saldo da Gerência) a receita cobrada observa um **aumento de 23,7 milhões de euros**.

A execução da receita traduz os recebimentos gerados no ano (receita liquidada e cobrada) acrescidos dos proveitos gerados em anos anteriores e não cobrados.

Q. 27 Evolução da receita

Designação	2015	2016	2017
	€	€	€
Receita prevista final (1)	123.208.045	127.424.050	128.235.352
Receita liquidada (2)	120.391.844	128.390.205	169.192.950
Receita por cobrar no início ano (3)	5.441.268	6.178.572	6.922.831
Receita cobrada (4)	119.639.044	127.621.156	151.246.286
Excedente da receita prevista (5)=(4)-(1)	-3.569.001	197.106	23.010.934
Grau de execução da receita cobrada do ano (6)=(4-3)/(1)	92,7%	95,3%	112,5%
Grau de execução da receita cobrada no ano (7)=(4)/(1)	97,1%	100,2%	117,9%

Os valores apresentados para a receita prevista, liquidada e cobrada, não incluem o saldo da gerência anterior

No triénio em análise os orçamentos previsionais aproximam-se cada vez mais, dos valores cobrados, onde se destaca o ano de 2017 com valores de execução que ultrapassam os 100 %. Grau de execução que promove uma maior sustentabilidade financeira e reduz a possibilidade de ocorrência de condições indutoras de desequilíbrio.

Q. 28 Realização da receita, por classificação económica

Designação	Orçamento final	Liquidada	Cobrada	Desvio	Tx exec.
	€	€	€	€	%
	1	2	3	4 = 3 - 1	5 = 3 / 1
Receita Corrente	125.565.062	161.341.600	145.755.241	20.190.179	116,1
Impostos Diretos	71.625.880	98.930.090	89.970.968	18.345.088	125,6
Impostos Indiretos	1.975.080	2.042.969	1.669.451	-305.629	84,5
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.104.130	4.345.034	2.580.647	1.476.517	233,7
Rendimentos de Propriedade	4.215.630	3.527.726	3.539.354	-676.276	84,0
Transferências Correntes	29.418.312	32.994.789	30.038.674	620.362	102,1
Venda de Bens e Serviços Correntes	16.816.100	19.283.860	17.729.303	913.203	105,4
Outras Receitas Correntes	409.930	217.132	226.843	-183.087	55,3
Receita Capital	2.670.280	7.744.575	5.384.270	2.713.990	201,6
Venda de Bens de Investimento	188.690	242.387	189.756	1.066	100,6
Transferências de Capital	2.477.390	7.094.010	4.988.426	2.511.036	201,4
Ativos Financeiros	20	348.821	149.987	149.967	> 100,0
Passivos Financeiros	20	0	0	-20	0,0
Outras Receitas de Capital	4.160	59.357	56.102	51.942	1348,6
Total das Receitas S/ Reposições	128.235.342	169.086.175	151.139.511	22.904.169	117,9
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10	106.775	106.775	106.765	> 100,0
Total das Receitas C/ Reposições	128.235.352	169.192.950	151.246.286	23.010.934	117,9
Saldo da gerência anterior	27.025.000	27.025.000	27.025.000	0	100,0
TOTAL	155.260.352	196.217.950	178.271.286	23.010.934	114,8

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas ultrapassaram as previsões finais em 35,8 milhões de euros. Contribuíram para esta variação positiva os Impostos Diretos, as Taxas, Multas e Outras Penalidades e Venda de Bens e Serviços e em sentido inverso os Impostos Indiretos, dos Rendimentos de Propriedade e das Outras Receitas Correntes.

No que respeita aos valores cobrados verifica-se um desvio positivo de 20,2 milhões de euros face ao orçamentado, a nível da receita corrente, com principal suporte no valor cobrado dos Impostos Indiretos, que registam um aumento de 18,3 milhões de euros.

Q. 29 Repartição da receita por agregados

Designação	2015	2016	2017
	€	€	€
Receita Fiscal Municipal (01, 02)	74.208.852	74.465.711	91.640.419
Receita da Atividade Municipal (04,0701,0702)	9.515.676	12.028.937	13.226.780
Receita proveniente Património Municipal (05,0703,09,11)	10.928.617	11.160.938	10.962.267
Transferências Cor + Cap (06, 10)	24.476.744	28.890.943	35.027.100
Outras Receitas (08,12,13)	356.441	894.828	282.945
TOTAL	119.486.330	127.441.357	151.139.511

A receita fiscal é o agregado com maior expressividade na receita cobrada quer a nível da componente corrente, com 62,9%, quer na receita total com 51,4%. A execução, deste grupo de receitas, regista no triénio uma evolução média anual de 11,1%, nos valores cobrados.

6.3 Execução da Receita Corrente

Q. 30 Execução da receita corrente

Designação	2016	Peso	2017	Peso	Varição
	€	%	€	%	%
Receita Corrente					
Impostos Diretos	72.548.636	57,3	89.970.968	61,7	24,0
Impostos Indiretos	1.917.074	1,5	1.669.451	1,1	-12,9
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.093.179	0,9	2.580.647	1,8	136,1
Rendimentos de Propriedade	4.243.108	3,3	3.539.354	2,4	-16,6
Transferências Correntes	28.805.255	22,7	30.038.674	20,6	4,3
Venda de Bens e Serviços Correntes	17.200.713	13,6	17.729.303	12,2	3,1
Outras Receitas Correntes	886.552	0,7	226.843	0,2	-74,4
Total	126.694.517	100,0	145.755.241	100,0	15,0

Na gerência de 2017 a **receita corrente** regista um incremento de **19,1 milhões de euros** comparativamente aos valores cobrados em 2016, variação que decorre, fundamentalmente, dos impostos diretos com uma arrecadação de mais 17,4 milhões de euros.

O conjunto das receitas agregadas a impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades denominada por receitas fiscais, constitui a parcela mais representativa da receita corrente, com um peso relativo de 64,6% da receita corrente, e de 52,9% da receita total, tem registado no triénio 2015-2017 um crescimento médio anual na ordem dos 12,6%.

Q. 31 Estrutura da receita fiscal

Designação	Cobrada	Cobrada	Tx Var.	Orçada	Cobrada	Desvio	Tx Var.
	2015	2016	16-15	2017	2017		17-16
	€	€	%	€	€	€	%
Impostos Diretos	71.770.942	72.548.786	1,1	71.625.880	89.970.968	18.345.088	24,0
Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI) / Contribuição Autárquica	32.053.397	31.895.781	-0,5	30.769.160	31.024.766	255.606	-2,7
Imposto Único de Circulação (IUC) / IMV	11.860.076	12.073.793	1,8	11.856.240	13.123.949	1.267.709	8,7
Imposto Municipal s/ Transações Onerosas Imóveis (IMT) / SISA	12.515.316	13.226.939	5,7	13.570.770	27.770.802	14.200.032	110,0
Derrama	15.342.152	15.338.002	0,0	15.424.890	18.033.968	2.609.078	17,6
Impostos Diretos Diversos	0	14.271	>100,0	4.820	17.483	12.663	22,5
Impostos Indiretos	1.606.491	1.917.075	19,3	1.975.080	1.669.451	-305.629	-12,9
Mercados e Feiras	0	0	0,0	10	0	-10	0,0
Loteamentos e Obras	92.380	917.102	892,7	720.990	673.249	-47.741	-26,6
Ocupação da Via Pública	420.669	378.572	-10,0	395.590	267.099	-128.491	-29,4
Publicidade	118.931	150.072	26,2	129.200	166.774	37.574	11,1
Outros	974.511	471.329	-51,6	729.290	562.329	-166.961	19,3
Taxas, Multas e Outras Penalidades	985.098	1.093.030	11,0	1.104.110	2.580.647	1.476.537	136,1
Mercados e Feiras	0	0	0,0	10	0	-10	0,0
Loteamento e Obras (particulares)	231.516	287.953	24,4	226.090	297.061	70.971	3,2
Ocupação da Via Pública (particulares)	113.619	118.313	4,1	125.070	46.060	-79.010	-61,1
Caça, uso e porte de arma	261	0	-100,0	180	0	-180	0,0
Outras	126.705	149.212	17,8	132.190	94.369	-37.821	-36,8
Multas e Outras Penalidades	512.997	537.552	4,8	620.570	2.143.157	1.522.587	298,7
TOTAL	74.362.531	75.558.891	1,6	74.705.070	94.221.067	19.515.997	24,7

Os **impostos diretos** destacam-se no grupo das receitas fiscais como a principal receita do município. Com um valor arrecadado superior ao previsto em mais 18,3 milhões de euros regista um crescimento de 17,4 milhões de euros comparativamente ao ano de 2016.

Neste grupo de impostos, todos apresentam desvios positivos face ao valor estimado, onde se destacam, o IMT, com mais 14,2 milhões de euros, a Derrama, com um aumento de 2,6 milhões de euros, e o IUC com mais 1,3 milhões de euros. A variação positiva destes impostos, evidenciam a dinamização do mercado bem como o crescimento económico do país.

Relativamente ao IMT, destaca-se a entrada extraordinária, próximo dos 5 milhões de euros, referente a receita de Dezembro de 2016, liquidada apenas em 2017.

Os **impostos indiretos** apresentam-se com um desvio negativo, comparativamente ao ano anterior, em cerca de 12,9% e uma taxa de execução de 84,5% do valor orçamentado. Resultados influenciados pelo comportamento negativo da receita realizada nos loteamentos e obras e ocupação da via pública, com cobranças inferiores a 355,3 mil euros no seu conjunto.

As **taxas, multas e outras penalidades** apresentam-se com um desvio positivo de 1,5 milhões de euros perante o orçamento final e de 1,6 milhões de euros quando comparado com os valores realizados em 2016. Esta realização de valores encontra-se justificada pela devolução de juros de mora retidos pela administração tributária nos últimos 12 anos, decorrente de juros cobrados pelo atraso no pagamento dos impostos municipais os quais constituem também, receita municipal.

Q. 32 Estrutura da receita não fiscal

Designação	Cobrada	Cobrada	Tx Var.	Orçada	Cobrada	Desvio	Tx Var.
	2015	2016	16-15	2017	2017		17-16
	€	€	%	€	€	€	%
Rendimentos de Propriedade	3.153.631	4.243.108	34,5	4.215.630	3.539.354	-676.276	-16,6
Transferências Correntes	21.706.818	28.805.255	32,7	29.418.312	30.038.674	620.362	4,3
Venda de Bens e Serviços Correntes	14.575.963	17.200.713	18,0	16.816.100	17.729.303	913.203	3,1
Outras Receitas Correntes	356.441	886.552	148,7	409.930	226.843	-183.087	-74,4
TOTAL	39.792.853	51.135.628	28,5	50.859.972	51.534.175	674.203	0,8

A rubrica **rendimentos de propriedade** regista um desvio negativo de 703,8 mil euros comparativamente ao ano anterior, em consequência da diminuição do valor referente aos lucros transferidos pelo SIMAS.

O aumento do valor cobrado nas **transferências correntes** advém dos montantes transferidos ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com o Ministério da Educação, previsto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, assinado em 17 de junho de 2015 (Diário da República, 2.ª série — N.º 145 — 28 de julho de 2015, Contrato n.º 558/2015). No âmbito deste acordo foram transferidos no total 11,4 milhões de euros para despesas de funcionamento, 3.923.462 € para pessoal não docente e para o acordo de cooperação (pré-escolar) 7.455.621€.

Também o montante recebido de IRS, 18,3 milhões de euros, é superior ao valor previsto, uma vez que aquando da elaboração do Orçamento de 2017 ainda não se encontrava disponível a informação na Lei de Orçamento de Estado para 2017, tendo sido considerado o valor do ano de 2016.

A **venda de bens e serviços correntes** observa um crescimento de 3,1% quando comparado com o ano de 2016, nomeadamente em rendas de habitação social. Comparativamente ao valor orçamentado verifica-se a mesma tendência, i.e. um desvio positivo de 913 mil euros, suportados principalmente pelas rubricas de resíduos sólidos e habitação social.

As **outras receitas correntes** com um desvio negativo de 183 mil euros, face ao valor orçamentado e 660 mil euros comparativamente ao ano anterior, encontram-se sustentados na transferência de valores de operações de tesouraria para orçamental e na regularização e consolidação dos direitos e obrigações estabelecidos entre o Município de Oeiras e a APL realizados na gerência de 2016.

6.4 Execução da Receita Capital

As receitas de capital de carácter transitório, regra geral, estão associadas a uma diminuição de património.

Registam em 2017 um aumento de 4,6 milhões de euros comparativamente a 2016 e mais 101,6% face ao valor previsional.

Q. 33 Execução da receita de capital

Designação	Cobrada	Cobrada	Tx Var.	Orçada	Cobrada	Desvio	Tx Var.
	2015	2016	16-15	2017	2017		17-16
	€	€	%	€	€	€	%
Receita Capital							
Venda de Bens de Investimento	479.601	652.875	36,1	188.690	189.756	1.066	-70,9
Transferências de Capital	2.769.926	85.688	-96,9	2.477.390	4.988.426	2.511.036	>100,0
Ativos Financeiros	1.250.000	0	-100,0	20	149.987	149.967	100,0
Passivos Financeiros	0	0	0,0	20	0	-20	0,0
Outras Receitas de Capital	0	8.276	100,0	4.160	56.102	51.942	577,9
Total	4.499.527	746.839	-83,4	2.670.280	5.384.270	2.713.990	620,9

As **vendas de bens de investimento** apresentam um desvio negativo de 463 mil euros face ao ano de 2016, e um ligeiro crescimento face ao valor previsto em orçamento.

Nas **transferências de capital** são contabilizadas as transferências de entidades societárias, privadas, do Estado e as receitas provenientes das participações a fundo perdido de contratos comunitários e de contratos com fundos autónomos.

Este grupo de receitas é o mais expressivo no conjunto das receitas de capital, com uma realização em mais 2,5 milhões de euros relativamente ao valor orçamentado e 4,9 milhões de euros quando comparado com o ano anterior.

Para a realização destes valores contribuíram:

- O valor executado do Proc.º nº 150/2006 (Alvará nº 1/2009) - Projeto do lote municipal de Habitação Social, no montante total de 1.623.500 € em nome da Massa Insolvente de Ferreira & Magalhães;
- Execução das obras de urbanização, por conta da garantia bancária, referentes ao alvará de loteamento n.º 9/2008 (procº nº 224/2000) localizado na freguesia de Barcarena pelo Novo Banco no valor de 886.509 €, em consequência da falência da entidade Pimenta & Rendeiro, SA;
- No âmbito das participações comunitárias a projetos cofinanciados destaca-se a realização dos financiamentos por parte do PorLisboa (Portugal 2020) e da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) relativas às Unidades de Saúde de Barcarena e Carnaxide no valor total de 2,4 milhões de euros.

Os **ativos financeiros** apresentam-se com uma cobrança de 150 mil euros, por força da passagem dos meios líquidos financeiros da Habitágua, existentes à data da sua liquidação no montante de 99.559 €, e pela aceitação dos bens, ainda detidos pelo Lemo, pelo valor contabilístico à data da dissolução no valor de 50.428 €. Valores em conformidade com o Relatório e Parecer do Fiscal Único.

Os valores realizados nas **outras receitas de capital** são muito expressivos, quer face ao valor previsional, quer quando comparado com o ano anterior. Resultam estes valores da recuperação das dívidas do procº nº P7/431/1948, relativo a arranjos efetuados pelo Município no Jardim Municipal de Oeiras, em substituição da empresa CIPOL, e do procº nº 3246 da entidade Condomínio do Edifício Tejo Residence, que se encontra em pagamento por prestações.

7. Análise da Despesa

Consumo de recursos realizados pelas entidades públicas para custear os serviços que prestam aos cidadãos ou para realização de investimentos

7.1 Alterações e revisões orçamentais da despesa

Q. 34 Modificações ao orçamento segundo a natureza

Designação	Orçamento inicial		Orçamento final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Despesa Corrente	97.538.575	76,2	105.727.076	68,1	8.188.501	8,4
Despesas com o Pessoal	43.474.141	34,0	43.729.416	28,2	255.275	0,6
Aquisições de Bens e Serviços	38.908.782	30,4	44.739.786	28,8	5.831.004	15,0
Juros da Dívida Pública	1.088.373	0,9	1.130.873	0,7	42.500	3,9
Transferências Correntes	12.740.731	10,0	14.874.393	9,6	2.133.662	16,7
Outras Despesas Correntes	1.326.548	1,0	1.252.608	0,8	-73.940	-5,6
Despesa Capital	30.484.785	23,8	49.533.276	31,9	19.048.491	62,5
Aquisição de Bens de Capital	25.115.057	19,6	41.754.403	26,9	16.639.346	66,3
Transferências de Capital	1.916.364	1,5	4.325.509	2,8	2.409.145	125,7
Ativos Financeiros	776.000	0,6	776.000	0,5	0	0,0
Passivos Financeiros	2.674.364	2,1	2.674.364	1,7	0	0,0
Outras Despesas de Capital	3.000	0,0	3.000	0,0	0	0,0
TOTAL	128.023.360	100,0	155.260.352	100,0	27.236.992	21,3

Apesar da identificação das despesas aquando a elaboração do orçamento, durante a execução acontecem situações em que as dotações previsionais são insuficientes ou até mesmo inexistentes. Para ultrapassar estas situações, efetuaram-se modificações orçamentais que, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento de 27,2 milhões de euros, entre as quais uma revisão para integração do saldo de gerência transitado do ano anterior.

Os reforços ao orçamento inicial da despesa permitiram adaptar as dotações de todas as rubricas que constituem a despesa com exceção das outras despesas correntes que registaram uma diminuição do valor inicial.

De entre as rubricas cujas dotações foram reforçadas é de destacar, nas despesas correntes, a aquisição de bens e serviços, nomeadamente, para outros bens, outros trabalhos especializados e outros serviços, bem como transferências para instituições sem fins lucrativos.

Q. 35 Modificações ao orçamento por serviço responsável

Designação	Orçamento inicial		Orçamento final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Assembleia Municipal e Câmara Municipal[CM]	532.040	0,4	658.040	0,4	126.000	23,7
Operações Financeiras [OF]	3.762.737	2,9	3.805.237	2,5	42.500	1,1
Serviços Gerais [SA]	8.981.259	7,0	13.496.486	8,7	4.515.227	50,3
Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional [DGDO]	62.523.052	48,8	76.338.319	49,2	13.815.267	22,1
Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística [DPGU]	185.210	0,1	268.147	0,2	82.937	44,8
Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana [DHRU]	7.159.888	5,6	7.577.188	4,9	417.300	5,8
Departamento de Obras Municipais [DOM]	13.656.248	10,7	16.526.789	10,6	2.870.541	21,0
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos [DASU]	16.929.308	13,2	19.479.283	12,5	2.549.975	15,1
Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento [DCPC]	2.442.364	1,9	3.282.086	2,1	839.722	34,4
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social [DCDS]	4.427.984	3,5	6.793.696	4,4	2.365.712	53,4
Departamento de Educação [DE]	7.423.270	5,8	7.035.081	4,5	-388.189	-5,2
TOTAL	128.023.360	100,0	155.260.352	100,0	27.236.992	21,3

Com exceção do Departamento de Educação, que regista uma redução do orçamento inicial em 5,2%, todas as outras unidades orgânicas verificam acréscimo de valores.

Em termos de reforços orçamentais destaca-se o Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional, com um reforço de 13,8 milhões de euros, nomeadamente, para encargos de cobrança de receita, aquisição de terrenos e cabimentação da minuta de transação judicial na ação de resolução da PPPI Oeiras Expo (Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, 3ª Unidade Orgânica, Proc. n.º 1294/12.4BESNT), proposta de deliberação nº 345/2017.

O Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social também se destaca com um reforço de 53,4% da dotação inicial, nomeadamente para a comparticipação no equipamento e obras em instituições de apoio social e saúde e para apoio ao associativismo desportivo, com subsídios para atividades.

7.2 Execução Orçamental da Despesa

A Despesa previsional em 2017 teve um acréscimo de 10,7%, quando comparada com os valores de 2016, a par deste crescimento também o valor dos compromissos do exercício aumentou em cerca de 2,8%.

As despesas totais pagas apresentam um ligeiro desvio negativo, de 373 mil euros face ao ano anterior. Da diferença entre a despesa faturada e a despesa paga resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2018, de 4,4 milhões de euros.

A dívida a fornecedores, que continua a manter-se a níveis muito reduzidos, permitiu que o prazo médio de pagamento a fornecedores se fixasse, no final de 2017, em 39 dias. Saliente-se que esta dívida diz, exclusivamente, respeito a dívida não vencida, uma vez que o Município não tem pagamentos em atraso aos seus fornecedores.

Q. 36 Evolução da despesa

Designação	2015	2016	2017
	€	€	€
Despesa prevista final (1)	131.558.045	140.285.440	155.260.352
Compromissos do exercício* (2)	114.859.868	129.400.108	132.997.099
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores (3)	106.311.161	115.171.511	114.798.229
Compromissos do exercício por pagar (4)= (2)-(3)	8.548.707	14.228.597	18.198.870
Compromissos a pagar em exercícios futuros **	92.538.834	202.314.435	300.649.631
Grau de execução da despesa comprometida (2)/(1)	87,3%	92,2%	85,7%
Grau de execução da despesa paga vrs compromissos do exercício (3)/(2)	92,6%	89,0%	86,3%
Grau de execução da despesa paga vrs despesa prevista (3)/(1)	80,8%	82,1%	73,9%

* Inclui os compromissos não pagos que transitaram de exercícios anteriores

** Compromissos assumidos no exercício, mas que só se executam nos exercícios seguintes, não constituem dívida apenas encargos assumidos decorrentes de compromissos contratuais ainda não faturados

A despesa prevista final regista, nos 3 anos em análise, um crescimento médio anual de 8,6%.

Os compromissos para anos futuros registam um crescimento de 48,6% face ao valor comprometido no ano anterior em consequência da abertura de processos de concursos para aquisições de bens/serviços e investimento de cariz plurianual.

Q. 37 Realização da despesa, por classificação económica

Designação	Orçamento	Despesa	Despesa	Despesa	Desvio	Por	Taxa
	Final	Comprometida	Faturada	Paga		executar	Execução
	€	€	€	€		€	%
	1	2	3	4	5=4-1	6=3-4	7=4/1
Despesa Corrente	105.727.076	96.367.593	90.445.091	88.535.047	-17.192.028	1.910.044	83,7
Despesas com o Pessoal	43.729.416	42.114.286	42.114.259	42.070.685	-1.658.731	43.574	96,2
Aquisições de Bens e Serviços	44.739.786	38.852.340	33.993.872	32.249.445	-12.490.341	1.744.427	72,1
Juros da Dívida Pública	1.130.873	1.066.432	1.066.151	1.066.151	-64.722	0	94,3
Transferências Correntes	14.874.393	13.159.705	12.095.978	11.973.935	-2.900.457	122.043	80,5
Outras Despesas Correntes	1.252.608	1.174.830	1.174.830	1.174.830	-77.778	0	93,8
Despesa Capital	49.533.276	36.629.506	28.764.636	26.263.182	-23.270.094	2.501.454	53,0
Aquisição de Bens de Capital	41.754.403	29.258.769	22.270.322	20.572.509	-21.181.894	1.697.812	49,3
Transferências de Capital	4.325.509	3.976.044	3.209.950	2.406.308	-1.919.201	803.641	55,6
Ativos Financeiros	776.000	775.792	775.792	775.792	-208	0	100,0
Passivos Financeiros	2.674.364	2.618.902	2.508.572	2.508.572	-165.792	0	93,8
Outras Despesas de Capital	3.000	0	0	0	-3.000	0	0
TOTAL	155.260.352	132.997.099	119.209.727	114.798.229	-40.462.123	4.411.498	73,9

Em termos globais o orçamento de 2017 regista compromissos que representaram 85,7% do orçamento e uma faturação de 76,8%. Por sua vez, as despesas correntes pagas representaram 83,7% do total executado e as despesas de capital, 53%.

Nas **despesas correntes** são as despesas com pessoal que têm o maior peso e as aquisições de bens e serviços as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçamentado.

Na **aquisição de bens e serviços**, o desvio negativo de 5,9 milhões de euros, no que respeita aos compromissos assumidos face ao valor orçamentado, espelha o esforço de contenção das despesas ao longo do ano.

As **despesas de capital** comprometidas, que ascendem a 73,9% do orçamento final, registam uma faturação de 58,1%. Em termos de execução, os desvios mais significativos são registados nas rubricas de aquisição de bens de capital e transferências de capital e dentro das mesmas, nas rubricas de terrenos, edifícios, outras construções e infraestruturas e equipamento básico.

O investimento global inicialmente previsto com 25,1 milhões de euros no agrupamento de aquisição de bens de capital, teve um aumento em sede de modificações orçamentais, de 66,3%, para o qual contribuíram as rubricas de investimentos, bens do domínio público e transferências para instituições sem fins lucrativos.

Q. 38 Despesa por classificação orgânica e serviço responsável

Designação	Orçamento final		Despesa paga		Tx exec.
	€	%	€	%	%
Assembleia Municipal e Câmara Municipal[CM]	658.040	0,4	548.880	0,5	83,4
Operações Financeiras [OF]	3.805.237	2,5	3.574.724	3,1	93,9
Serviços Gerais [SA]	13.496.486	8,7	7.262.584	6,3	53,8
Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional [DGDO]	76.338.319	49,2	59.795.862	52,1	78,3
Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística [DPGU]	268.147	0,2	194.019	0,2	72,4
Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana [DHRU]	7.577.188	4,9	5.770.121	5,0	76,2
Departamento de Obras Municipais [DOM]	16.526.789	10,6	10.572.671	9,2	64,0
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos [DASU]	19.479.283	12,5	13.992.726	12,2	71,8
Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento [DCPC]	3.282.086	2,1	2.651.962	2,3	80,8
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social [DCDS]	6.793.696	4,4	5.154.579	4,5	75,9
Departamento de Educação [DE]	7.035.081	4,5	5.280.101	4,6	75,1
TOTAL	155.260.352	100,0	114.798.229	100,0	73,9

Quanto à despesa por Serviço Responsável verifica-se que, em 2017, o Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional (DGDO) é a unidade orgânica que apresenta o maior peso no orçamento em termos previsionais e em sede de execução de despesas, ao agregar as despesas com pessoal, pagamento dos encargos decorrentes das parcerias público privadas, transferências para as empresas municipais e intermunicipais, despesas de funcionamento transversais a toda a autarquia, como os consumos das instalações, seguros e aquisição de mobiliário.

O Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), apresenta-se com o segundo maior orçamento, por força das despesas com a manutenção e construção de parques e jardins, com a recolha de resíduos sólidos e a gestão da frota do Município, logo seguida do Departamento Municipal de Obras (DOM) que agrega as despesas relacionadas com a requalificação/reparação de equipamentos municipais e escolares, requalificação de espaços públicos, consumos de iluminação pública.

7.3 Execução da Despesa Corrente

Q. 39 Execução da despesa corrente

Designação	Pago 2015	Pago 2016	Tx Var. 16-15	Orçamento final	Despesa paga	Desvio	Tx Var. 17-16
	€	€	%	€	€	€	%
Despesa Corrente							
Despesas com o Pessoal	34.650.282	40.594.366	17,2	43.729.416	42.070.685	-1.658.731	3,6
Aquisições de Bens e Serviços	33.128.240	31.122.271	-6,1	44.739.786	32.249.445	-12.490.341	3,6
Juros da Dívida Pública	1.907.933	1.505.334	-21,1	1.130.873	1.066.151	-64.722	-29,2
Transferências Correntes	8.287.609	10.355.967	25,0	14.874.393	11.973.935	-2.900.457	15,6
Outras Despesas Correntes	1.067.035	1.164.752	9,2	1.252.608	1.174.830	-77.778	0,9
TOTAL	79.041.098	84.742.690	7,2	105.727.076	88.535.047	-17.192.028	4,5

As **despesas correntes** observam um crescimento de 3,8 milhões de euros em pagamentos efetuados no ano de 2017 quando comparado com o ano anterior e um desvio negativo de 17,2 milhões de euros perante o valor previsional.

A análise das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com o pessoal como sendo o mais expressivo neste grupo, com um peso de 41,4% do total da despesa corrente orçamentada e de 47,6% da despesa corrente paga, apresenta-se com uma taxa de execução de 96,1% da despesa faturada. Este agregado em conjunto com as aquisições de bens e serviços representam 83,9 % da despesa corrente paga.

Q. 40 Evolução das despesas com o pessoal

Despesas com o Pessoal	Pago 2015	Pago 2016	Tx Var. 16-15	Orçamento final	Despesa paga	Desvio	Tx Var. 17-16
	€	€	%	€	€	€	%
Remunerações Certas e Permanentes	25.277.414	29.847.765	18,1	32.266.777	31.281.636	-985.141	4,8
Abonos Variáveis ou Eventuais	1.884.004	2.288.890	21,5	2.102.500	1.951.584	-150.916	-14,7
Segurança Social	7.488.863	8.457.711	12,9	9.360.139	8.837.465	-522.674	4,5
TOTAL	34.650.282	40.594.366	17,2	43.729.416	42.070.685	-1.658.731	3,6

As **despesas com o pessoal** apresentam uma variação positiva de 3,6% relativamente ao período homólogo. À semelhança do ano de anterior, o ano de 2017 ficou marcado por diversas alterações legislativas. Conforme determinado pela LOE as valorizações remuneratórias e outros acréscimos continuam suspensos, no entanto o art.º 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o OE para 2016, e pelo artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o OE para 2017 manteve a possibilidade de atribuição de prémios de

desempenho, com carácter excecional, a um limite máximo de 2% do número de trabalhadores do Município aprovado no n.º 1 do artº 39º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2015.

Foram efetuados vários procedimentos concursais para constituição de reservas de recrutamento do município com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, o que permitiu ao Município a possibilidade de recurso a esta bolsa com vista ao exercício de funções destinadas à satisfação de necessidades permanentes dos serviços quando tal fosse necessário.

No final de 2017 o número de efetivos era de 2.393, um aumento de 3,2% face ao ano anterior, percentagem que se reflete nas variações positivas dos encargos com o pessoal.

A aquisição de **bens e serviços**, com uma variação positiva de 1,1 milhões de euros relativamente ao ano de 2016, apresenta-se como o segundo agregado com a mais elevada percentagem de execução, quer a nível das despesas correntes, com 36,4%, quer das despesas totais com 28,1%.

Nas aquisições de bens destacam-se as despesas com combustíveis, com 954 mil euros, alimentação – refeições confeccionadas, com 1,1 milhões de euros, material de transporte – peças, com 641,8 mil euros e outros bens, com 785, 5 mil euros.

No que respeita às aquisições de serviços salientam-se as despesas com os encargos das instalações, com 2,9 milhões de euros, a conservação de bens, com 5,6 milhões de euros, outros trabalhos especializados, com 3,2 milhões de euros e outros serviços, com 9,8 milhões de euros, nomeadamente a aquisição de serviços de gestão de resíduos sólidos e consumos de iluminação pública.

Os **juros da dívida pública** apresentam-se com pagamentos efetuados no montante de 1,1 milhões, valor quando comparado com o ano anterior exibe uma poupança de 439 mil euros.

As **transferências correntes** apresentam, relativamente aos valores executados em 2016, um crescimento de 1,6 milhões de euros. Para esta variação concorreram as transferências efetuadas no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia, para manutenção de atividades nas Corporações de Bombeiros, apoio às atividades relacionadas com o associativismo desportivo, apoio social das famílias, apoio no funcionamento e transportes escolares nas escolas.

As **outras despesas correntes**, agrupamento que comporta despesas de carácter residual, evidenciam um desvio negativo de 78 mil euros face ao valor estimado e um ligeiro crescimento, inferior a 1%, face a 2016.

7.4 Execução da Despesa de Capital

As **despesas de capital** registam um desvio negativo de 49,5 milhões de euros face ao valor estimado e um decréscimo comparativamente ao valor realizado no ano anterior na ordem dos 4,2 milhões de euros.

Q. 41 Execução da despesa de capital

Designação	Pago 2015	Pago 2016	Tx Var.	Orçamento final	Despesa paga	Desvio	Tx Var.
	€	€	16-15				17-16
			%	€	€	€	%
Despesa Capital							
Aquisição de Bens de Capital	20.737.905	22.915.166	10,5	41.754.403	20.572.509	-41.754.403	-10,2
Transferências de Capital	2.040.559	1.318.234	-35,4	4.325.509	2.406.308	-4.325.509	82,5
Ativos Financeiros	775.792	775.792	0,0	776.000	775.792	-776.000	0,0
Passivos Financeiros	3.712.073	5.419.629	46,0	2.674.364	2.508.572	-2.674.364	-53,7
Outras Despesas de Capital	3.734	0	-100,0	3.000	0	-3.000	0,0
TOTAL	27.270.063	30.428.821	11,6	49.533.276	26.263.182	-49.533.276	-13,7

A **aquisição de bens de capital** destaca-se como sendo o agrupamento mais representativo nos pagamentos efetuados, com 78,3% do total pago em despesas de capital, no entanto quando comparado com o ano anterior apresenta-se com uma variação negativa de 10,2%.

Q. 42 Evolução das despesas de investimento

Aquisição de bens de capital	Pago 2015	Pago 2016	Tx Var.	Orçamento final	Despesa paga	Desvio	Tx Var.
	€	€	16-15				17-16
			%	€	€	€	%
Investimentos	15.737.137	15.158.191	-3,7	31.520.304	13.805.547	-17.714.756	-8,9
Terrenos	822.176	919.530	11,8	5.357.876	2.458.321	-2.899.555	>100,0
Habitacões	1.469.485	1.552.246	5,6	1.477.691	637.871	-839.820	-58,9
Edifícios	9.535.304	6.894.288	-27,7	15.457.466	6.242.584	-9.214.882	-9,5
Construções Diversas	2.666.956	2.642.040	-0,9	1.888.333	1.314.280	-574.053	-50,3
Material de Transporte	355.640	645.611	81,5	780.472	588.167	-192.305	-8,9
Equipamento de informática	100.431	169.467	68,7	959.029	489.001	-470.028	>100,0
Software informático	242.173	233.338	-3,6	874.732	377.589	-497.143	61,8
Equipamento administrativo	84.074	43.119	-48,7	550.117	301.058	-249.058	>100,0
Equipamento básico	389.435	2.048.306	426,0	4.094.488	1.396.676	-2.697.812	-31,8
Ferramentas e utensílios	4.095	0	-100,0	0	0	0	0,0
Artigos e objetos de valor	67.369	10.244	-84,8	80.100	0	-80.100	-100,0
Bens de domínio público	5.000.769	7.756.975	55,1	10.234.099	6.766.962	-3.467.138	-12,8
TOTAL	20.737.905	22.915.166	10,5	41.754.403	20.572.509	-21.181.894	-10,2

O agrupamento dos **investimentos**, apresenta uma variação negativa de 1,3 de milhões de euros face ao valor realizado em 2016, onde se destacam os subgrupos **habitacões**, com uma quebra de 914,4 mil euros,

construções diversas, com menos 1,3 milhões de euros e equipamento básico, com um decréscimo de 651,6 mil euros.

O investimento global, que atingiu o montante de 20,6 milhões de euros, realizou-se nomeadamente em:

Terrenos

Aquisição de prédio rústico denominado Linho, sito em Oeiras e S. Julião da Barra à Turcongel, pelo valor de 1.750.000 €

Aquisição do edifício ocupado pelo Atlético Clube de Porto Salvo (PD 473/17), pelo valor de 280 mil euros

Habitações

Reabilitação e beneficiação em bairros municipais – edifícios e reabilitação de edifícios no âmbito do programa de habitação jovem

Edifícios

Requalificação/reparação de equipamentos municipais no montante de 899,3 mil euros

Parcerias Público Privadas, valor relativo às 2 prestações do ano de 2017, 4,4 milhões de euros

Novas instalações do Centro de Saúde de Barcarena, 838 mil euros

Construções diversas

Instalações desportivas e recreativas, 533 mil euros

Construção e beneficiação de espaços exteriores, 438 mil euros

Extensão de Saúde de Algés, 98 mil euros

Material de transporte

Grandes reparações em viaturas e equipamento de RSU, 306,7 mil euros

Aquisição de viaturas e máquinas, no valor de 281,5 mil euros

Equipamento básico

Equipamento de RU enterrado e semi-enterrado, 402,5 mil euros

Aquisição de viaturas elétricas no âmbito do financiamento do Fundo Ambiental, no valor de 249 mil euros

Bens do domínio público

Requalificação de espaços públicos, no valor de 3,6 milhões de euros

Requalificação e manutenção do espaço urbano, 1,2 milhões de euros

Requalificação de equipamentos escolares, no total de 889,4 mil euros

Obras no Parque dos Poetas, 184,7 mil euros

Passeio Marítimo de Oeiras, 272,8 mil euros

No âmbito das **transferências de capital** verifica-se um crescimento de 1,1 milhões de euros comparativamente ao valor realizado em 2016, crescimento esse, suportado no aumento dos subsídios atribuídos para obras em entidades diversas, como clubes desportivos e centros paroquiais, para aquisição de viaturas e obras em quartéis de bombeiros e remodelação de instalações.

O valor realizado de 2,5 milhões de euros nos **passivos financeiros** corresponde à amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, que no final de 2017 apresentam um capital em dívida de 15,9 milhões de euros.

8. Análise das Grandes Opções do Plano

O orçamento inicial do Município de Oeiras no valor de 128 milhões de euros registou, durante a gerência de 2017, 15 modificações orçamentais e 7 revisões ao orçamento, em consequência de dotações previsionais insuficientes para a realização/concretização de projetos decorrentes da gestão do município. No final do mês de dezembro o orçamento ascendia o valor de 155,3 milhões de euros, distribuídos para ações integradas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e para Atividades mais Relevantes (AMR).

Ilustração 43 Distribuição do orçamento pelo PPI e AMR's

	Dotação Inicial €	%	Dotação Final €	%	Pago	%
Orçamento Total	128.023.360	100,0	155.260.352	100,0	114.798.229	73,9
• PPI	30.484.785	23,8	49.533.276	31,9	26.263.182	22,9
• AMR's	97.538.575	76,2	105.727.076	68,1	88.535.047	77,1

O orçamento previsional do PPI, apesar de ser aquele que menor expressividade tem no valor total do orçamento inicial, apresenta-se com um reforço de dotação no montante de 19 milhões de euros.

A [execução das Grandes Opções do Plano](#) (doravante designadas de GOP), apresentam uma realização de **73,9%** face à dotação final.

O total dos pagamentos efetuados verte-se na execução das despesas de investimento (PPI) no montante de 26,3 milhões de euros e nas despesas correntes (AMR's) no valor de 88,5 milhões de euros.

8.1 Despesa por função

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pelos serviços do Município e classificados por funções

Ilustração 44 Execução das Grandes Opções do Plano

Designação funcionais	Orçamento inicial €	Orçamento final €	Despesa paga AMR's €	Despesa paga PPI €	Despesa total €
Funções gerais	61.456.176	66.387.320	55.866.138	2.785.327	58.651.465
Administração Geral	59.551.461	64.029.282	53.976.834	2.458.671	56.435.505
Proteção Civil	1.869.000	2.320.888	1.878.492	326.656	2.205.148
Polícia Municipal	35.715	37.150	10.811	0	10.811
Funções sociais	51.276.696	70.620.476	24.965.324	18.622.422	43.587.746
Ensino Não Superior	9.041.570	8.619.485	3.407.251	3.832.994	7.240.245
Serviços Auxiliares de Ensino	2.661.450	2.412.124	1.804.181	0	1.804.181
Saúde	1.974.665	2.456.320	359.928	1.217.992	1.577.921
Ação Social (s)	0	230.323	43.010	0	43.010
Desporto Recreio e Lazer	0	263.100	247.504	0	247.504
Ação Social	4.373.164	13.949.707	2.364.301	2.478.505	4.842.805
Habituação	3.002.867	3.343.967	910.198	1.165.089	2.075.287
Ordenamento do Território	6.898.168	9.505.509	1.024.455	3.461.726	4.486.181
Saneamento	121.594	145.894	0	49.473	49.473
Resíduos Sólidos	8.776.270	9.690.926	5.536.004	727.093	6.263.097
Proteção do Meio Ambiente	8.505.319	11.708.277	4.246.748	4.082.617	8.329.365
Cultura	2.911.627	3.633.107	2.350.328	411.666	2.761.994
Desporto, Recreios e Lazer	3.010.002	4.661.736	2.671.415	1.195.267	3.866.682
Funções económicas	7.985.001	9.756.178	5.033.266	1.219.340	6.252.605
Indústria e Energia	2.561.500	3.070.720	2.496.562	220.710	2.717.273
Transportes Rodoviários	1.284.767	1.344.527	119.101	663.255	782.356
Comércio e Turismo	4.000	25.200	1.329	0	1.329
Comércio e Turismo (Turismo)	866.767	1.177.081	431.266	272.762	704.028
Outras Funções Económicas	3.267.967	4.138.650	1.985.007	62.612	2.047.619
Outras Funções	7.305.487	8.496.379	2.670.320	3.636.093	6.306.413
Operações da Dívida Autárquica	3.762.737	3.805.237	1.066.151	2.508.572	3.574.724
Transferências entre Administrações	3.346.900	4.236.250	1.432.955	1.127.521	2.560.476
Diversas não especificadas	195.850	454.892	171.214	0	0
TOTAL	128.023.360	155.260.352	88.535.047	26.263.182	114.798.229

No ano de 2016 foi dado cumprimento ao preceituado no art.º 41.º e art.º 44.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, em que os orçamentos devem ser enquadrados num quadro plurianual de programação orçamental que define os limites para a despesa do Município foram, nesta sequência foram incluídos em Grandes Opções do Plano as despesas referentes a Pessoal, Serviço da Dívida (valor de amortização e juros dos empréstimos) assim como o valor dos Fundos de Maneio.

As **Grandes Opções do Plano** no ano de 2017 apresentam uma execução face ao orçamentado, de **16,9% em investimento (PPI)**, com destaque para as funções sociais com um peso de 70,9% do total pago nesta área, e **57,0% em despesas correntes (AMR)**, onde as funções gerais se apresentam com o valor mais expressivo, designadamente 63,1% do total pago em despesas correntes.

Q. 45 Evolução das despesas por funcionais

Designção funcionais	2015	2016	Tx Var.	Orçamento final	Despesa paga	Desvio	Tx Var.
	€	€	17-16				17-16
			%	€	€	€	%
Funções gerais	22.167.294	65.648.742	196,2	66.387.320	58.651.465	-7.735.855	-10,7
Administração Geral	20.535.977	64.138.362	212,3	64.029.282	56.435.505	-7.593.777	-12,0
Proteção Civil	1.619.645	1.505.291	-7,1	2.320.888	2.205.148	-115.740	46,5
Polícia Municipal	11.673	5.089	-56,4	37.150	10.811	-26.339	112,4
Funções sociais	34.466.281	39.253.011	13,9	70.620.476	43.587.746	-27.032.730	11,0
Ensino Não Superior	3.355.539	6.154.523	83,4	8.619.485	7.240.245	-1.379.240	17,6
Serviços Auxiliares de Ensino	2.427.046	2.029.662	-16,4	2.412.124	1.804.181	-607.943	-11,1
Saúde	3.461.464	3.449.972	-0,3	2.456.320	1.577.921	-878.399	-54,3
Ação Social (s)	0	0	0,0	230.323	43.010	-187.312	100,0
Desporto Recreio e Lazer	0	0	0,0	263.100	247.504	-15.596	100,0
Ação Social	3.493.707	3.982.451	14,0	13.949.707	4.842.805	-9.106.902	21,6
Habituação	1.922.653	1.955.921	1,7	3.343.967	2.075.287	-1.268.680	6,1
Ordenamento do Território	2.605.247	2.430.320	-6,7	9.505.509	4.486.181	-5.019.327	84,6
Saneamento	1.004.759	24.713	-97,5	145.894	49.473	-96.421	100,2
Resíduos Sólidos	5.470.495	7.939.079	45,1	9.690.926	6.263.097	-3.427.830	-21,1
Proteção do Meio Ambiente	4.940.865	6.601.687	33,6	11.708.277	8.329.365	-3.378.912	26,2
Cultura	3.810.848	2.328.232	-38,9	3.633.107	2.761.994	-871.113	18,6
Desporto, Recreios e Lazer	1.973.658	2.356.450	19,4	4.661.736	3.866.682	-795.054	64,1
Funções económicas	5.144.684	7.832.496	52,2	9.756.178	6.252.605	-3.503.572	-20,2
Indústria e Energia	2.253.934	2.973.975	31,9	3.070.720	2.717.273	-353.447	-8,6
Transportes Rodoviários	502.671	1.117.429	122,3	1.344.527	782.356	-562.171	-30,0
Comércio e Turismo	83	1.893	2189,7	25.200	1.329	-23.871	-29,8
Comércio e Turismo (Turismo)	519.182	2.789.008	437,2	1.177.081	704.028	-473.053	-74,8
Outras Funções Económicas	1.868.814	950.191	-49,2	4.138.650	2.047.619	-2.091.031	115,5
Outras Funções	2.399.740	2.437.262	1,6	8.496.379	6.306.413	-2.189.966	158,7
Operações da Dívida Autárquica	0	0	0,0	3.805.237	3.574.724	-230.513	100,0
Transferências entre							
Administrações	2.154.630	2.259.456	4,9	4.236.250	2.560.476	-1.675.774	13,3
Diversas não especificadas	245.110	177.806	-27,5	454.892	171.214	-283.678	-3,7
TOTAL	64.177.999	115.171.511	79,5	155.260.352	114.798.229	-40.462.123	-0,3

As **funções gerais** com a maior expressividade de valores realizados, apresenta uma execução, do valor orçamentado, de 88,3% e uma variação negativa de 7,7 milhões de euros comparativamente com os valores pagos em 2016. Destaca-se o subgrupo **administração geral** que absorve 56,4 milhões de euros e mais de metade do total pago, com 51,1%, essencialmente por força das despesas com o pessoal.

As **funções sociais** com um total pago de 43,6 milhões de euros, apresentam um crescimento de 4,3 milhões de euros face ao ano anterior e um desvio negativo de 38,3% face ao valor previsional. Do montante pago destaca-se o valor com a **proteção do meio ambiente**, 8,3 milhões de euros, designadamente para aquisição de serviços de manutenção e levantamento de espaços verdes assim como para a requalificação de espaços públicos, com os **resíduos sólidos**, com 6,3 milhões de euros em despesas com a aquisição de serviços de gestão de resíduos sólidos, grandes reparações em viaturas e equipamento de RSU e equipamento de resíduos urbanos enterrado e semi-enterrado.

A Ação Social, Ordenamento do Território e Desporto, Recreios e Lazer apresentam na sua totalidade o montante de 13,2 milhões de euros.

As **funções económicas**, que abrangem as áreas de desenvolvimento e atividades económicas, apresentam um desvio negativo de 1,6 milhões de euros quando comparado com o valor pago no ano anterior e uma realização de 64,1% do valor orçamentado, nomeadamente em consumos de iluminação pública e para o pagamento da indemnização correspondente ao acordo da PPP Oeiras Primus.

As **outras funções** apresentam o valor pago de 6,3 milhões de euros, montante que averba um aumento de 3,9 milhões de euros comparativamente a 2016. Esta variação positiva encontra-se justificada pela reclassificação efetuada no orçamento de 2017, ao valor correspondente dos juros da dívida pública e da amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, das funções gerais para outras funções.

8.2 Despesa por unidades responsáveis

Pelo Despacho n.º 11091/2016, de 15 de setembro de 2016 (Diário da República, 2.ª série — N.º 178) entrou em vigor o regulamento orgânico em vigor à data, no entanto só foi possível fazer-se refletir as alterações da estrutura orgânica no orçamento de 2017.

Nesta sequência o Departamento de Educação (DE) não apresenta comparação com o ano anterior em virtude da unidade orgânica em apreço, se encontrar inserida como divisão, no Departamento de Educação, Cultura e Promoção do Conhecimento (atual DCPC).

Q. 46 Evolução da despesa por serviço responsável

Unidades responsáveis	2015	2016	Tx Var. 15-16	Orçamento final	Despesa AMR	Despesa PPI	Despesa total	Tx Var. 17-16
	€	€	%					€
Assembleia Municipal e Câmara Municipal[CM]	0	465.645	100,0	658.040	548.880	0	548.880	17,9
Operações Financeiras [OF]	775.792	6.924.963	>100,0	3.805.237	1.066.151	2.508.572	3.574.724	-48,4
Serviços Gerais [SA]	4.011.093	4.548.280	13,4	13.496.486	5.321.819	1.940.765	7.262.584	59,7
Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional [DGDO]	19.783.675	57.999.191	193,2	76.338.319	52.343.401	7.452.462	59.795.862	3,1
Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística [DPGU]	197.597	149.094	-24,5	268.147	193.672	347	194.019	30,1
Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana [DHRU]	4.690.346	6.147.553	31,1	7.577.188	1.158.586	4.611.535	5.770.121	-6,1
Departamento de Obras Municipais [DOM]	13.991.373	13.604.677	-2,8	16.526.789	3.710.121	6.862.549	10.572.671	-22,3
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos [DASU]	12.093.832	14.696.636	21,5	19.479.283	12.419.541	1.573.185	13.992.726	-4,8
Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento [DCPC]	4.385.132	6.898.925	57,3	3.282.086	2.569.246	82.717	2.651.962	-61,6
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social [DCDS]	4.249.159	3.736.548	-12,1	6.793.696	4.004.670	1.149.909	5.154.579	38,0
Departamento de Educação [DE]	0	0	0,0	7.035.081	5.198.960	81.140	5.280.101	
TOTAL	64.177.999	115.171.511	79,5	155.260.352	88.535.047	26.263.182	114.798.229	-100,0

A **Assembleia Municipal e Câmara Municipal** apresentam um crescimento de 83 mil euros face a 2016, valor que corresponde, essencialmente a despesas com o pessoal (membros da assembleia e vereação).

As **Operações Financeiras** registam em 2017 um decréscimo de 48,4% comparativamente com o ano anterior em virtude da amortização antecipada do empréstimo nº 9015/00006774/691 - investimento efetuado na gerência de 2016.

Os **Serviços Gerais**, que agrupam o conjunto das orgânicas na dependência da Presidência, apresentam valores globais de 7,3 milhões de euros, despesa que verifica um crescimento de 2,7 milhões de euros face a 2016. Destaca-se, nesta variação, o Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil, com as transferências efetuadas para as corporações de bombeiros no valor de 2,2 milhões de euros e o Gabinete de Tecnologias e Sistemas de Informação com um acréscimo de 1,4 milhões de euros em serviços de comunicações, prestações de serviço e aquisição de equipamento informático – hardware.

O Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional [DGDO] com um crescimento de 1,8 milhões de euros face a 2016, agrega as despesas com o pessoal, despesas transversais ao funcionamento da autarquia, como os consumos das instalações em água e eletricidade, no valor de 2,9 milhões de euros, os encargos decorrentes das Parcerias Públicas Privadas, no valor de 5,3 milhões de euros. Destaca-se, também, o montante de 2,1 milhões de euros com a aquisição de imóveis (terrenos), nomeadamente, o Cerrado da Quintã/2016_José Bernardo Simões, Terreno Vila Fria _ Turcongel (prédio rústico, 24.652 m², denominado Linho), Atlético de Porto Salvo _ Edifício - Sociedade Imobiliária S.A., Construção de arruamento ligação da Rua de S. José com a Rua Qta. Estrangeira - AUGI Casal da Choca.

O Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística [DPGU] com uma realização de 194 mil euros regista um crescimento de 44,9 mil euros comparativamente a 2016.

O Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana [DHRU] apresenta uma despesa de 5,8 milhões de euros e regista uma variação negativa face ao ano anterior, de 377,4 mil euros. O valor executado comporta, entre outras, a requalificação e manutenção do espaço urbano (1,2 milhões de euros), Centro de Saúde de Barcarena (838 mil euros), Programa de Habitação Jovem (418,2 mil euros), espaços exteriores do parque habitacional municipal - construção e beneficiação (437,9 mil euros).

O Departamento de Obras Municipais [DOM] apresenta uma execução de 10,6 milhões de euros e um decréscimo de 3 milhões de euros quando comparado com o valor realizado em 2016. Despesa consequente da requalificação de espaços públicos (3,6 milhões de euros), requalificação de equipamentos escolares (889,4 mil euros), requalificação de equipamentos municipais (696,9 mil euros), entre outras, como obras de construção/reparação em edifícios municipais (456,9 mil euros), entre outros.

O Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos [DASU] apresenta uma diminuição de 703,9 mil euros face ao ano anterior e um desvio negativo de 5,5 milhões perante o valor previsional. Da execução de 14 milhões destaca-se, entre outras despesas, a aquisição de serviços de manutenção e levantamento de espaços verdes (3,1 milhões de euros), grandes reparações em viaturas e equipamento de resíduos sólidos urbanos (306,7 mil euros), equipamento de resíduos urbano enterrado e semi-enterrado (402,5 mil euros).

O Departamento de Cultura e Promoção do Conhecimento [DCPC] com uma execução de 2,7 milhões de euros, regista um decréscimo de 4,2 milhões de euros quando comparado com o ano anterior. Execução que se refletiu, entre outras ações, nos apoios aos agentes culturais no valor de 920,9 mil euros, na área do turismo e ações de promoção, animação e programação cultural (796,3 mil euros).

O Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social [DCDS] agrega as despesas desenvolvidas na área da ação social e no desporto, com uma execução de 5,2 milhões de euros observa um crescimento de 1,4 milhões de euros comparativamente a 2016. Na área da ação social, destaca-se as transferências efetuadas para as juntas freguesia – para funcionamento dos estabelecimentos de infância (686,5 mil euros), para instituições de apoio social e saúde (603,5 mil euros), aquisição de serviços para projetos de intervenção em áreas de ação social e saúde (223,1 mil euros), comparticipação de equipamento e obras em instituições de apoio social e saúde e comparticipação em equipamentos e obras na área da juventude num total de 515,8 mil euros.

Na área do desporto salienta-se o apoio ao associativismo desportivo para atividades (1 milhão de euros), remodelação e apetrechamento em instalações (526,5 mil euros), contrato programa Oeiras Viva (300 mil euros).

O Departamento de Educação [DE] apresenta-se com uma despesa realizada de 5,3 milhões de euros, onde se destacam as transferências correntes no âmbito do Contrato Interadministrativo do ME para o pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos e secundário no total de 3 milhões de euros, refeitórios de gestão não municipal – pagamento de refeições nas escolas EB1 (214,7 mil euros) e apoio ao funcionamento dos jardins-de-infância/EB1 (360,1 mil euros), apoio social escolar - transportes escolares (214,5 mil euros).



Posição
Económico-Financeira

9. Análise do Balanço

O Balanço do MO reflete a posição financeira a 31 de dezembro e, encontra-se dividido em duas grandes áreas. De um lado o patrimônio detido pelo MO e utilizado na persecução dos seus objetivos e, de outro, os recursos utilizados para a obtenção desses ativos. Estes podem ter duas proveniências, pois ou são detidos pela própria entidade, denominados de Fundos Próprios, ou detidos por entidades externas, denominados de Passivo.

Q. 47 Balanço Sintético

Descrição	2016		2017		Variação	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	€	%
Imobilizado	504.365.015,89	88,60	500.859.633,20	83,37	-3.505.382,69	-0,7
Circulante	54.824.357,43	9,63	93.081.135,36	15,49	38.256.777,93	69,8
Existências	2.682.071,46	0,47	2.535.552,04	0,42	-146.519,42	-5,5
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	1.996.655,30	0,35	3.501.773,69	0,58	1.505.118,39	75,4
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	50.145.630,67	8,81	87.043.809,63	14,49	36.898.178,96	73,6
Acréscimos e Diferimentos	10.099.306,06	1,77	6.803.806,08	1,13	-3.295.499,98	-32,6
ATIVO LÍQUIDO	569.288.679,38	100,00	600.744.574,64	100,00	31.455.895,26	5,5
Patrimônio	328.492.672,40	65,81	328.524.152,40	60,28	31.480,00	0,0
Reservas Legais	15.246.818,63	3,05	16.323.927,75	3,00	1.077.109,12	7,06
Doações	3.211.820,31	0,64	3.784.422,07	0,69	572.601,76	17,83
Reservas Decorrentes Cedência Apropriação Activos	60.055.654,92	12,03	60.055.654,92	11,02	0,00	0,00
Resultados Transitados	70.576.679,26	14,14	93.014.736,10	17,07	22.438.056,84	31,79
Resultado Líquido do Exercício	21.542.182,32	4,32	43.292.235,08	7,94	21.750.052,76	100,96
Fundos Próprios	499.125.827,84	100,00	544.995.128,32	100,00	45.869.300,48	9,2
Provisões para Riscos e Encargos	12.753.622,26	18,18	2.990.983,69	5,37	-9.762.638,57	-76,5
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	29.564.380,63	42,14	21.091.699,44	37,83	-8.472.681,19	-28,7
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	15.969.227,11	22,76	16.510.460,59	29,62	541.233,48	3,4
Acréscimos e Diferimentos	11.875.621,54	16,93	15.156.302,60	27,19	3.280.681,06	27,6
Passivo	70.162.851,54	100,00	55.749.446,32	100,00	-14.413.405,22	-20,5
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	569.288.679,38		600.744.574,64		31.455.895,26	5,5

Da análise ao **Ativo Líquido** destaca-se o seu aumento de 5,5% fortemente impulsionado pelo crescimento do ativo circulante, assente nos Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa por via do saldo de tesouraria, ou seja, da liquidez verificada entre os pagamentos e os recebimentos ocorridos em 2017. Este valor representa quase 9% de todo o ativo do MO.

Q. 48 Imobilizado Líquido

Designação	2016		2017		Variação	
	Realiz.	Peso %	Realiz.	Peso %	Valor	%
Imobilizado Líquido						
Bens do domínio Público	83.071.404,98	16,5	81.653.683,47	16,3	-1.417.721,51	-1,7
Imobilizações Incorpóreas	504.593,05	0,1	407.979,77	0,1	-96.613,28	-19,1
Imobilizações Corpóreas	401.479.846,87	79,6	397.049.300,51	79,3	-4.430.546,36	-1,1
Investimentos Financeiros	19.309.170,99	3,8	21.748.669,45	4,3	2.439.498,46	12,6
Total	504.365.015,89	100,0	500.859.633,20	100,0	-3.505.382,69	-0,7

O **Imobilizado Líquido** apresenta uma diminuição de 3,5 milhões de euros por via sobretudo das amortizações. Procedeu-se igualmente ao abate de quase 1,5 milhões de euros uma vez que se encontravam registados em duplicado na aplicação informática na rubrica de **Imobilizações Corpóreas**. Foi incluído nesta rubrica a aquisição de um prédio rústico em Oeiras no valor de 1,75 milhões de euros denominado Linhó. Inversamente os **Investimentos Financeiros** crescem mais de 2,4 milhões de euros, uma vez que a participação nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi convertida na participação da nova entidade constituída, Águas do Tejo Atlântico, ao valor nominal, acrescida da remuneração acionista a que, no âmbito do sistema multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril, o MO tinha direito.

Os valor dos **Fundos Próprios** apresentam um crescimento de mais de 9% por via sobretudo do resultado líquido do exercício. De realçar também os quase 600 mil euros de aumento proveniente de diversas **Doações**. Neste capítulo destacam-se a doação de uma parcela de terreno com 3000 m² no valor aproximado de 120 mil euros em Barcarena/Leião, no âmbito do alvará de loteamento 12/93, a doação de um edifício com logradouro pela Sociedade Filarmónica Fraternidade Carnaxide com um valor superior a 131 mil euros e a doação de um prédio rústico com 3500 m² denominado Moradinha, situado na Medrosa, com um valor aproximado de 89 mil euros.

O **Passivo** do MO apresenta uma diminuição de 14,4 milhões de euros, assente por um lado na diminuição das provisões para riscos e encargos, por via da diminuição da provisão constituída em 2016 para acautelar o pagamento aos parceiros privados da Oeiras Expo, a título indemnizatório, no âmbito de um acordo de transação judicial na ação de resolução da referida PPPI, e por outro pela diminuição do passivo de médio e longo prazo através das diminuições verificadas nos Empréstimos Bancários e nos Fornecedores de Imobilizado.

9.1 Indicadores Económico-Financeiros

Q. 49 Indicadores económico-financeiros

Indicadores	2016	2017
Estrutura do Ativo		
Ativo Fixo / Ativo Total	88,6%	83,4%
Ativo Circulante / Ativo Total	11,4%	16,6%
Estrutura do Passivo		
Passivo Longo Prazo / Passivo Exigível	42,1%	37,8%
Passivo Curto Prazo / Passivo Exigível	22,8%	29,6%
Passivo Longo Prazo / Passivo Curto Prazo	185,1%	127,7%
Rácios de Liquidez		
Liquidez Geral	3,43	5,64
Liquidez Reduzida	3,27	5,48
Prazo Segurança Liquidez	173	312
Rácios de Rendibilidade		
ROE	4,3%	7,9%
ROI	3,8%	7,2%
ROA	2,3%	5,3%
Rendimento do Investimento Total	28.368.341	43.292.235
Rendimento dos Fundos Próprios	18.887.183	39.274.690
Rendimento dos Fundos Alheios	2.654.999	4.017.545
Índice de Solvabilidade		
Fundos Próprios / Fundos Alheios	8,56	13,43
Índice de Autonomia Financeira		
Fundos Próprios / Ativo Líquido	84,8%	90,7%
Prazo Médio de Pagamentos		
PMP de acordo com DGAL (DF / A)	41	32

Os indicadores referentes à estrutura do ativo evidenciam uma alteração face ao ano transato, por via do aumento do peso do ativo circulante no total do ativo, como consequência do grande aumento do valor dos depósitos bancários.

A estrutura do passivo também sofre alterações, na medida em que o seu passivo de médio e longo prazo apresenta uma diminuição de quase 8,5 milhões de euros, que aliada à diminuição das provisões para riscos e encargos redundam numa diminuição de mais de 20% do total do ativo. Ainda neste capítulo é de referir que o passivo de curto prazo mantém-se quase inalterado face ao exercício anterior.

Sendo a classe de ativos financiada pelos fundos próprios e pelo passivo, e uma vez que da análise anterior se verifica uma diminuição do passivo, por exclusão de partes, obtém-se um crescimento dos fundos próprios,

sustentado sobretudo pela inclusão do resultado líquido do exercício, conforme análise anteriormente efetuada. Este facto revela que, em termos de autonomia financeira, o MO apresenta uma posição financeira melhor que a verificada em 2016, de quase 6%. Paralelamente, uma vez que está interligado às mesmas variáveis, o índice de solvabilidade é condizente com o cenário retratado, ou seja, o Município tem uma capacidade maior de financiar o seu ativo através de capitais próprios sem recurso ao crédito.

Uma vez que se verificou um resultado líquido do exercício bastante superior ao do ano anterior, a rentabilidade obtida foi naturalmente superior. O desempenho económico advém, quase 91%, por via do investimento efetuado pelos capitais próprios da entidade, e apenas cerca de 9% por via dos capitais alheios.

Por último destaca-se o indicador referente ao [Prazo Médio de Pagamentos](#), calculado de acordo com as recomendações da DGAL, que apresenta uma melhoria de quase 22% face ao período homólogo, significando assim uma redução de 9 dias.

10. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados reflete o desempenho económico obtido pelo MO, através das operações ocorridas, no exercício económico em apreço, comparando-o com o do ano anterior permitindo analisar a sua evolução.

Q. 50 Demonstração de Resultados

Descrição	2016		2017		Variação	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	€	%
Custos e Perdas						
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	670.854	0,6	662.301	0,6	-8.553	-1,3
Fornecimentos e Serviços Externos	36.669.437	30,9	39.459.466	35,2	2.790.029	7,6
Custos com o Pessoal	40.760.008	34,3	42.450.800	37,9	1.690.792	4,1
Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prest.Sociais	10.391.647	8,8	11.774.359	10,5	1.382.712	13,3
Amortizações do Exercício	9.875.016	8,3	10.192.175	9,1	317.159	3,2
Provisões do Exercício	11.427.233	9,6	996.887	0,9	-10.430.346	-91,3
Outros Custos	8.949.369	7,5	6.525.066	5,8	-2.424.303	-27,1
Total	118.743.564	100	112.061.054	100	-6.682.510	-5,6
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	16.553.173	11,8	16.075.657	10,3	-477.516	-2,9
Impostos e Taxas	77.515.708	55,3	91.137.113	58,7	13.621.405	17,6
Trabalhos Para a Própria Entidade	0	0,0	131.287	0,1	131.287	> 100
Proveitos Suplementares	0	0,0	4.493	0,0	4.493	> 100
Transferências e Subsídios Obtidos	28.729.126	20,5	30.203.263	19,4	1.474.137	5,1
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	20.640	0,0	20.441	0,0	-199	-1,0
Proveitos e Ganhos Financeiros	5.303.385	3,8	4.858.014	3,1	-445.370	-8,4
Outros Proveitos	12.163.714	8,7	12.923.019	8,3	759.305	6,2
Total	140.285.746	100	155.353.289	100	15.067.542	10,7
Resultados Operacionais	12.888.540		31.706.047		18.817.507	146,0
Resultados Financeiros	3.615.572		3.792.122		176.550	4,9
Resultados Correntes	16.504.113		35.498.169		18.994.056	115,1
Resultado Líquido do Exercício	21.542.182		43.292.235		21.750.053	101,0

Não obstante a estrutura de custos e perdas apresentar uma diminuição de 5,6%, quase todas as suas componentes, com exceção das Provisões do Exercício e dos Outros Custos, apresentam um crescimento.

A aquisição de serviços externos teve um aumento de 7,6% passando a ter um peso no total dos custos superior a 35% contrapondo com os quase 31% apresentados em 2016. Neste capítulo o maior contributo é dado pela aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes e pelo valor pago à TRATOLIXO pela deposição e taxa de gestão de resíduos sólidos urbanos.

Também os custos com pessoal apresentam evolução semelhante, assente sobretudo no facto de que o subsídio de férias e de natal passaram a ser pagos na sua totalidade, situação que não acontecia no ano anterior, em que ambos foram pagos apenas em 50%.

Paralelamente ocorreu um processo de mobilidades intercarreiras e intercategorias, conforme Despacho n.º 28/2017 do Sr. Presidente, e que a partir de junho transitaram de categoria ou carreira mais de 170 trabalhadores, uma vez que o Orçamento de Estado para 2017 passou a permitir a consolidação destes processos.

As Provisões do Exercício apresentam uma enorme queda face ao ano anterior uma vez que se procedeu à diminuição da provisão constituída em 2016 para acautelar o pagamento aos parceiros privados da Oeiras Expo, a título indemnizatório, no âmbito de um acordo de transação judicial na ação de resolução da referida PPPI, uma vez que tal acordo não se veio a confirmar. Assim, pelo princípio da prudência considerou-se provisionar apenas a diferença entre o valor provável deduzido do atual valor dos ativos, uma vez que os equipamentos da OEIRAS EXPO serão integrados no MO após a sua dissolução.

A diminuição ocorrida nos outros custos assenta sobretudo na diminuição verificada nos custos suportados com juros e encargos financeiros e com a diminuição dos custos e perdas extraordinárias.

No que respeita aos proveitos do MO, em 2017 cresceram quase 11%, sustentados sobretudo na receita proveniente de IMT que apresenta um valor cobrado superior a 14,5 milhões de euros em 2016. Também a Derrama apresenta um crescimento de 2,5 milhões de euros, levando a que as receitas provenientes de impostos e taxas representem quase 59% do total da receita.

Q. 51 Demonstração de Resultados simplificada

Demonstração de Resultados _ Simplificada	2016	2017
Custos Operacionais (-)	109.930.107	105.866.208
Proveitos Operacionais (+)	122.818.648	137.572.255
Resultados Operacionais	12.888.540	31.706.047
Encargos Financeiros (-)	1.687.812	1.065.892
Proveitos Financeiros (+)	5.303.385	4.858.014
Resultados Financeiros	3.615.572	3.792.122
Resultados Correntes (RO + RF)	16.504.113	35.498.169
Custos Extraordinários (-)	7.125.644	5.128.953
Proveitos Extraordinários (+)	12.163.714	12.923.019
Resultados Extraordinários	5.038.070	7.794.066
Resultado Líquido (RC + RE)	21.542.182	43.292.235
Rentabilidade Operacional (RL/Prov. Op.)	17,5%	31,5%

A Rentabilidade Operacional reflete a dimensão do lucro líquido operacional obtido, ou seja, do total dos proveitos operacionais, que correspondem aos proveitos obtidos da própria atividade do MO, mais de 31% relevam para o resultado líquido.

Da totalidade dos proveitos obtidos pelo MO em 2017, quase 28% fica em forma de lucro na entidade.

10.1 Proposta de Aplicação do Resultado Líquido

Nos termos do ponto 2.7.3. das Considerações Técnicas do POCAL, previsto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 2 de fevereiro, face ao resultado positivo de 43.292.235,08 € apurado no exercício económico de 2017, propõe-se a constituição da Reserva Legal obrigatória, aplicando o restante Resultado Líquido do Exercício em Resultados Transitados dado que o valor contabilístico da conta 51 “Património” é superior a 20% do Ativo Líquido:

- Reserva Legal (conta 571) 2.164.611,75 €
- Resultados Transitados (conta 59) 41.127.623,33 €

11. Apuramento da Dívida Total

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais obriga a que o limite da dívida total dos municípios englobe a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento.

Esta Lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

No início de 2017, o limite à dívida total ascendeu a 219,7 milhões de euros. Considerando que a dívida total no início do ano de 2017 (51,4 milhões de euros) se encontrava dentro daquele limite, o Município podia aumentar a sua dívida em 20% da margem disponível, ou seja, até mais 33,7 milhões de euros.

Q. 52 Cálculo da margem para a dívida total

	31-dez-15	31-dez-16	31-dez-17
	€	€	€
Dívida a terceiros	56.070.236	45.533.608	37.602.160
Empréstimos	23.817.027	18.397.398	15.888.825
Outras formas de endividamento	19.736.101	13.674.595	7.613.088
Débitos a terceiros	12.517.108	13.461.615	14.100.246
Valores Excluídos	7.360.333	6.467.578	6.126.683
Débitos a terceiros (OT's)	2.705.583	2.588.620	3.023.516
FAM (-)	4.654.750	3.878.958	3.103.167
Contribuição SEL para a Dívida Total	7.536.407	12.380.778	13.091.213
Entidades Participadas	7.536.407	12.380.778	13.091.213
Dívida total de operações orçamentais do município (engloba as entidades e exclui não orçamentais)	56.246.311	51.446.808	44.566.690
Margem Absoluta		168.347.336	
Utilização da margem disponível (20%)		33.669.467	

No final do ano, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades que relevam para este efeito, reduziu 13,4%, sendo de 44,6 milhões de euros, valor para o qual contribuíram, 50,7

milhões de euros da autarquia e das outras entidades que relevam para efeitos de apuramento aos quais se excluem 6,1 milhões de euros de operações não orçamentais e do Fundo de Apoio Municipal.

De acordo com o art.º 54º da referida Lei, as entidades que relevam para efeitos de apuramento do montante da dívida do Município, no final de 2017, são as seguintes:

Q. 53 Entidades que relevam para o montante da dívida municipal

% Partic.	Entidades	Dívida total entidade	Valor
		€	€
50,0	SIMAS	11.416.829,03	5.708.414,52
100,0	Oeiras Viva	411.261,25	0,00
100,0	Parques Tejo	402.990,95	0,00
59,1	Município	634.380,04	0,00
49,0	Oeiras Expo, SA	15.054.873,36	7.376.887,95
19,2	Taguspark	4.635.215,89	0,00
20,0	Tratolixo	161.677.827,77	0,00
12,5	Fundação Marquês de Pombal	0,00	0,00
2,9	E.I.A	0,00	0,00
0,5	ISQ - Centro de Incubação de Empresas, Lda.	106.597,05	0,00
20,0	AMTRES	914,20	182,84
2,1	AMPV- AM Portugueses do Vinho	0,00	457,13
4,8	RPCS_Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis	317,60	15,28
5,5	AML	93,14	5,08
7,0	ARTEMREDE - Teatros Associados	5.727,95	5.250,00
0,4	ANMP (o valor indicado na coluna é valor da quota)	0,00	0,00
TOTAL			13.091.212,78

Procedendo ao cálculo do limite da dívida total para o ano de 2018, verifica-se que registará um crescimento de 7,5%, o que significa uma margem disponível de mais 16,5 milhões de euros.

Q. 54 Limite da dívida total

	2015	2016	2017
	€	€	€
SIMAS			
	28.531.610	29.036.253	27.874.866
1	28.531.610	29.036.253	27.874.866
2	-587.273	-439.294	-724.331
(3) = (1) + (2)	27.944.337	28.596.959	27.150.535
MUNICÍPIO			
	114.986.804	126.694.517	147.378.741
4	114.986.804	126.694.517	147.378.741
5	-3.859	-137.486	-569
(6) = (4) + (5)	114.982.945	126.557.032	147.378.172
7	587.273	439.294	724.331
(8) = (3) + (6)	142.927.281	155.153.991	174.528.708
Média da receita corrente cobrada líquida últimos 3 anos			157.536.660
Limite da dívida total para 2018 (1,5 * média da receita cor. cobrada líquida dos últimos 3 anos)			236.304.990

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Largo Marquês de Pombal
2784-501 Oeiras
PORTUGAL

TEL. GERAL: 214.408.300
FAX. 214.418.712

email. municipio.oeiras@cm-oeiras.pt

www.cm-oeiras.pt

www.facebook.com/MunicipiodeOeiras

<http://twitter.com/MunicipioOeiras>

<http://issuu.com/municipiodeoeiras>

www.youtube.com/MUNICIPIODEOEIRAS

GPS: Lat 38.41'34.44"N | Long. 9°18'52.54'O

RELATÓRIO DE CONTA E GERÊNCIA